

PDI

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 2026-2032

PROGINST
Pró-Reitoria de Gestão
Institucional



CORPO DE DIRIGENTE

Josealdo Tonholo

Reitor

Eliane Aparecida Holanda

Vice Reitora

Jarman da Silva Aderico

Pró-reitor de Gestão Institucional

Até 09 de junho de 2026

José Edson Ferreira Lima

Pró-reitor de Gestão Institucional

A partir de 10 de junho de 2026

Eliane Barbosa da Silva

Pró-reitora de Graduação

Iraíldes Pereira Assunção

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

César Nonato Bezerra Candeias

Pró-reitor de Extensão e Cultura

Wellington da Silva Pereira

Pró-reitora de Gestão de Pessoas e do Trabalho

Alexandre Lima Marques da Silva

Pró-reitor Estudantil

Felipe da Rocha Paes

Pró-Reitor de Infraestrutura

Ialdo Bezerra Pereira

Procurador Geral

João Paulo Fonseca de Almeida

Chefe de Gabinete



COMISSÃO CENTRAL DO PDI

Josealdo Tonholo - Reitor

Eliane Aparecida Holanda - Vice reitora

Jarman Aderico - Pró-reitor de Gestão Institucional

Até 09 de junho de 2026

Eliane Barbosa da Silva - Pró-reitora de Graduação

Iraildes Pereira Assunção - Pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Cézar Nonato Bezerra Candeias - Pró-reitor de Extensão e Cultura

Wellington da Silva Pereira - Pró-reitor de Gestão de Pessoas e do Trabalho

Alexandre Lima Marques da Silva - Pró-reitor Estudantil

Felipe da Rocha Paes - Pró-reitor de Infraestrutura

Cláudia Maria Milito - Presidente da Comissão de Sistematização

Reinaldo Cabral Silva Filho - Núcleo de Tecnologia da Informação

Arnaldo Tenório da Cunha Júnior - *Campus* Arapiraca

Thiago Trindade Matias - *Campus* Sertão

Gaus Silvestre de Andrade Lima - *Campus* de Engenharias e Ciências Agrária (Ceca)

Daiane Pias Machado - Comissão Própria de Avaliação

Rogério de Alencar Gouveia - Conselho de Curadores (Cura)

Mateus Vasconcelos Maia - DCE



COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO DO PDI

Cláudia Maria Milito - Presidente

Jouber de Lima Lessa

José Clebson Guilherme da Silva

Fábio José Juvino

Abel Aurélio Duarte Filho

José Edson Ferreira Lima

Luisa Nascimento Oliveira

Julienne Barros

Brunno Gomes Voronkoff Carnaúba

Reinaldo Cabral Silva Filho

Simoneide Araújo Batista da Silva

COMISSÕES TEMÁTICAS

Comissão Temática do Ensino

- Eliane Barbosa da Silva
- Vanessa Leite Cervantes
- Vinícius Manzoni Vieira
- Willamys Cristiano Soares Silva
- José Fábio Boia Porto
- Tainá Medeiros dos Santos
- Rosana Sarita de Araujo

Comissão Temática da Governança

- Jarman da Silva Aderico
- Jouber de Lima Lessa
- João Paulo Fonseca de Almeida
- José Edson Ferreira Lima
- Luisa Nascimento Oliveira
- Julienne Barros



Comissão Temática da Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

- Iraildes Pereira Assunção
- Carolina Conde e Sá
- Jaqueline Leite Vaz de Barros
- Juliete de Oliveira Santos
- Erika Cavalcante de Almeida Buarque
- Débora Raquel Hettwer Massmann
- Monique Silvia de Godoi Martins
- Laís Camila Pereira Alves

Comissão de Extensão e Cultura

- Cezar Nonato Bezerra Candeias
- Giselle Silva do Nascimento Amado
- Jorge Eduardo Oliveira
- Quitéria Nascimento dos Santos

Comissão temática da Assistência

- Alexandre Lima Marques da Silva
- Adriana Guimarães Duarte
- Alex Renner Silva Santos
- Carlos Henrique Calixto dos Santos
- Thayse dos Santos Fonseca Pinheiro

Comissão Temática da Gestão de Pessoas

- Wellington da Silva Pereira
- Isabella Maria Lyra Pinto Soares
- Mariana Melo Gomes da Silva
- Laís Costa dos Anjos
- Thayse Justino Montenegro Falcão
- Viviane Regina Costa Sá

Comissão Temática da Gestão de Pessoas

- Leandro dos Santos Gonçalves
- José Clebson Silva de Farias
- Elma Fabiane da Silva Santos
- Laila Leandro Vieira da Silva
- José Benício Alves dos Santos
- Ana Maria Félix da Silva
- Ângela Maria Aquino de Oliveira

Comissão Temática da Infraestrutura

- Felipe da Rocha Paes
- Selene Maíra Morales
- Valter Quirino Santos
- Evandro Diego Alves Pinheiro
- Robson Carlos Damião
- Leonardo Duarte da Silva



LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Assinatura do presidente Juscelino Kubitschek na criação da Ufal

Figura 2 - Acesso ao *Campus* AC Simões

Figura 3 - Acesso ao *Campus* Arapiraca

Figura 4 - Acesso ao *Campus* do Sertão

Figura 5 - Sede do *Campus* Ceca

Figura 6 - Área de atuação da Ufal

Figura 7 - Organograma da Ufal

Figura 8 - Imagem de apresentação do PNE

Figura 9 - Certificação do selo ODS 2024

Figura 10: Certificação do selo ODS 2025

Figura 11: Logotipo ETA

Figura 12: Centro de Interesse Comunitário

Figura 13 : Práticas relacionadas aos mecanismos de governança

Figura 14: Relação entre governança e gestão.

Figura 15 : Forplad regional realizado na Ufal em 2025

Figura 16 : III Fórum de compras e licitações

Figura 17 : Evento nacional sobre governança de dados públicos

Figura 18: Webinar sobre elaboração e atualização de Carta de Serviços

Figura 19: Sistema de governança da Ufal

Figura 20: Matriz OCC

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução de vagas, ingressantes e matrículas (2020-2025)

Gráfico 2 - Discentes diplomados entre 2020 e 2025

Gráfico 3 - Evolução dos cursos/matrículas *lato sensu* (2021 a 2025)

Gráfico 4 - Panorama da pós-graduação (*Stricto Sensu*)

Gráfico 5: Alunos em Programas *Stricto Sensu* exclusivo ou associação

Gráfico 6: Quantitativo de grupos de pesquisa da Ufal (2020-2025)

Gráfico 7: Evolução das Ações de Extensão e Cultura

Gráficos 8: Participação docente em ações de extensão e cultura

Gráfico 9: Discentes por *Campus* ou Unidade de ensino

Gráfico 10: Investimento em materiais de manutenção em 2024

Gráfico 11: Evolução Orçamentária 2017-2032

Gráfico 12: Evolução Orçamentária 2026-2032

Gráfico 13: Série histórica orçamentária



LISTA DE INFOGRÁFICOS

Infográfico 1 - Elaboração dos objetivos e prioridades

Infográfico 2: Missão e Visão da Universidade

Infográfico 3 - Princípios da Universidade

Infográfico 4 - Relação dos objetivos estratégicos do eixo ensino com os ODS

Infográfico 5 - Relação dos objetivos estratégicos do eixo pesquisa, pós-graduação e inovação com os ODS

Infográfico 6 - Relação dos objetivos estratégicos do eixo extensão e cultura com os ODS

Infográfico 7 - Mapa estratégico

Infográfico 8 - Prioridade estratégica da governança

Infográfico 9 - Prioridades estratégicas do eixo assistência estudantil

Infográfico 10 - Prioridades estratégicas da infraestrutura

Infográfico 11 - Prioridades estratégicas da gestão de pessoas

Infográfico 12 - Oferta de cursos na Ufal

Infográfico 13: Pilares do eixo Sustentabilidade

Infográfico 14: Números NTI

Infográfico 15: Eixos da avaliação institucional do INEP

Infográfico 16: Funções da CPA e CAA

Infográfico 17: Processo de elaboração do PDP Ufal

Infográfico 18: Elementos centrais da TIC



LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Análise SWOT

Quadro 2: Dimensão ensino - objetivos, metas e indicadores

Quadro 3: Dimensão Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação - objetivos, metas e indicadores

Quadro 4: Dimensão Extensão e Cultura - objetivos, metas e indicadores

Quadro 5: Síntese do PLS

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Índices Institucionais de Avaliação Educacional

Tabela 2: Cursos de graduação Ufal (Grau, modalidade, curso, *campus*/Unidade de ensino, vagas anuais)

Tabela 3: Quantitativo de matrícula por curso técnico em 2024

Tabela 4: Quantitativo de matrículas na educação infantil

Tabela 5: Programas, nome dos cursos, modalidades e conceitos e unidades vinculadas

Tabela 6: Números produção científica

Tabela 7: Quantitativo de Docentes por Cargo

Tabela 8: Quantitativo de ativos - Técnicos

Administrativos em Educação

Tabela 9: Série histórica despesas e investimentos (2016 - 2024)

Tabela 10: Cursos a serem ofertados pelo *Campus* de Engenharias e de Ciências Agrárias para a região do Tabuleiro Sul

Tabela 11: Projeção de novos cursos para o *Campus* do Sertão



LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACE - Atividade Curricular de Extensão

ADUFAL - Associação dos Docentes da Universidade Federal de Alagoas

AEDHESP - Assessoria de Educação em Direitos Humanos e Segurança Pública

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

ASCOM - Assessoria de Comunicação

ASI - Assessoria Internacional

AVA - Ambiente Virtual de Aprendizagem

BC - Biblioteca Central

BIOCEN - Biotério Central

BVU - Biblioteca Virtual Universitária

CA - Centro Acadêmico

CAA - Coordenação de Ações Acadêmicas

CAPTIV - Colégio de aplicação Telma Vitória

CAC - Coordenadoria de Assuntos Culturais

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior

CC - Conceito de Curso

CS - Corregedoria Setorial

CCC - Casas de Cultura no *campus*

CCEC - Casas de Cultura no Espaço Cultural

CEAB - Centro de Estudos Afro-brasileiros

CECA - Centro de Ciências Agrárias

CEDU - Centro de Educação

CENSUP - Censo da Educação Superior

CEPE - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

CGD - Comitê de Governança Digital

CGU - Controladoria Geral da União

CI - Conceito Institucional

CIC - Centro de Interesse Comunitário

CIED - Coordenadoria Institucional de Educação a Distância

CISSP - Comissão Interna de Saúde do Servidor Público

CMEA - Curso de Mestrado Em Economia Aplicada

CNE - Conselho Nacional de Educação

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONAES - Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior

CONDETUF - Conselho Nacional de Dirigentes das Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais

CONSUNI - Conselho Universitário

COPEVE - Comissão Permanente do Vestibular

COS - Comunicação Social

CPA - Comissão Própria de Avaliação

CPAI - Coordenação de Planejamento, Avaliação e Informação

CPC - Conceito Preliminar de Curso

CPE - Coordenação de Política Estudantil

CPG - Coordenação de Pós-Graduação

CPO - Coordenadoria de Programação Orçamentária

CQVT - Coordenação de Qualidade de Vida no Trabalho

CSAU - Centro de Saúde CT&I Ciência, Tecnologia & Inovação CTEC - Centro de Tecnologia

CTIC - Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação

CURA - Conselho de Curadores

DAES - Documento de Arrecadação do Simples Documento

DAP - Departamento de Administração de Pessoal

DCE - Diretório Central dos Estudantes

DDC - Divisão de Desenvolvimento de Coleções

DE - Dedicação Exclusiva

DINTER - Doutorado Institucional

DRCA - Departamento de Registro e Controle Acadêmico

DSU - Divisão de Serviço ao Usuário

DTT - Divisão de Tratamento Técnico

EAD - Educação a Distância

EBSERH - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

EBTT - Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

EFEM - Escola de Enfermagem

E-MEC - Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior

ENADE - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

ENAP - Escola Nacional de Administração Pública

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

ERER - Educação para as Relações Étnico-raciais

ESAF - Escola de Administração Fazendária

ETA - Escola Técnica de Artes

ETV - Escola Técnica Vinculada a Universidade Federal

FALE - Faculdade de Letras FAMED Faculdade de Medicina

FANUT - Faculdade de Nutrição

FAPEAL - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas

FAU - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

FDA - Faculdade de Direito

FEAC - Faculdade de Economia, Administração e Ciências Contábeis

FIC - Formação Inicial e Continuada

FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos

FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis

FORPLAD - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Planejamento e Administração

FORPROEX - Fórum de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior do Brasil

FOUFAL - Faculdade de Odontologia

FSSO - Faculdade de Serviço Social

FUNDEPES - Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa

GBPS - Gigabits por Segundo

GR - Gabinete do Reitor

HUPAA - Hospital Universitário Professor Alberto Antunes

IBEU - Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e

Tecnologia IC Instituto de Computação

ICAT - Instituto de Ciências Atmosféricas

ICBS - Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde

ICHCA - Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Arte

IEFE - Instituto de Educação Física e Esporte

IES - Instituições de Ensino Superior

ICF - Instituto de Ciências Farmacêuticas

IFES - Instituições Federais de Ensino Superior

IGC - Índice Geral de Cursos

IGDEMA - Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente

IM - Instituto de Matemática

INCUBAL - Incubadora de Empresas de Alagoas

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IP - Instituto de Psicologia

IPCA - Índice de Preços ao Consumidor

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IQB - Instituto de Química e Biotecnologia

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA - Lei Orçamentária Anual

MEC - Ministério da Educação

MHN - Museu de História Natural

MINTER - Mestrado Interinstitucional

MNPEF - Mestrado Nacional Profissional em Ensino de Física

MOODLE - Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment

MTB - Museu Théo Brandão

NAC - Núcleo de Acessibilidade

NAE - Núcleo de Assistência Estudantil

NBR - Normas Brasileiras

NDE - Núcleo Docente Estruturante

NEA - Núcleo de Educação Ambiental

NEAB - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros

NIT - Núcleo de Inovação Tecnológica

NTI - Núcleo de Tecnologia da Informação

OCC - Recursos de Outros Custeios e Capital

OMS - Organização Mundial de Saúde

PAA - Políticas de Ações Afirmativas

PAAC - Plano Anual de Aquisições e Contratações

PAAF - Programa Ações Afirmativas para Afrodescendentes

PAAPE - Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico ao Estudante

PAC - Plano Anual de Capacitação

PAEL - Programa de Atividade Física, Esporte e Lazer

PASS - Política de Atenção à Saúde do Servidor

PCD - Pessoas com Deficiência

PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação

PDU - Plano de Desenvolvimento de Unidade

PEC-G - Programa de Estudantes-Convênio de Graduação

PEI - Procuradoria Educacional Institucional

PAAC - Plano Anual de Aquisições e Contratações

PAAF - Programa Ações Afirmativas para Afrodescendentes

PAAPE - Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico ao Estudante

PAC - Plano Anual de Capacitação

PAEL - Programa de Atividade Física, Esporte e Lazer

PASS - Política de Atenção à Saúde do Servidor

PCD - Pessoas com Deficiência

PD TI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação

PDU - Plano de Desenvolvimento de Unidade

PEC-G - Programa de Estudantes-Convênio de Graduação

PET - Programa de Educação Tutorial

PET-SAÚDE - Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde

PEXPG - Programa de Qualidade e Excelência da Pós-graduação

PI - Propriedade Intelectual

PIASE - Programa Integrado de Atenção à Saúde do Estudante

PIB - Produto Interno Bruto

PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência

PIBITI - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

PINS - Programa de Inserção do Novo Servidor

PLOA - Projeto de Lei Orçamentária Anual

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil

PNE - Plano Nacional de Educação

PNEU - Plano Nacional de Extensão Universitária

PNPG - Plano Nacional de Pós-Graduação

PPA - Plano Plurianual PPC Projeto Pedagógico de Curso

PPG - Programa de Pós-Graduação PPG Projeto Pedagógico Global

PPGA - Programa de Pós-Graduação em Agronomia

PPGAA - Programa de Pós-Graduação em Agricultura e Ambiente

PPGAS - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

PPGAV - Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais

PPGBQBM - Programa de Pós-Graduação Multicêntrico na área de Bioquímica e Biologia Molecular

PPGCF - Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas

PPGCS - Programa de Pós-Graduação em Ciências Biológicas e Saúde

PPGD - Programa de Pós-Graduação em Direito

PPGDIBICT - Programa de Pós-Graduação em Diversidade Biológica e Conservação nos Trópicos

PPGE - Programa de Pós-Graduação em Educação

PPGEC - Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil

PPGECIM - Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática

PPGENF - Programa de Pós-Graduação em Enfermagem

PPGEQ - Programa de Pós-Graduação em Engenharia Química

PPGES - Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino na Saúde

PPGF - Programa de Pós-Graduação em Física

PPGG - Programa de Pós-Graduação em Geografia

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História

PPGI - Programa de Pós-Graduação em Informática

PPGLL - Programa de Pós-Graduação em Linguística e Letras

PPGM - Programa de Pós-Graduação em Materiais

PPGMAT - Programa de Pós-Graduação em Matemática

PPGMCC - Programa de Pós-Graduação em Modelagem Computacional de Conhecimento

PPGMET - Programa de Pós-Graduação em Meteorologia

PPGMV - Projeto de Pós-Graduação em medicina veterinária

PPGNUT - Projeto de Pós-Graduação em nutrição

PPGP - Projeto de Pós-Graduação em psicologia

PPGPP - Programa de Pós-Graduação em Proteção de Plantas

PPGQB - Programa de Pós-Graduação em Química e Biotecnologia

PPGRHS - Programa de Pós-Graduação em Recursos Hídricos e Saneamento

PPGS - Programa de Pós-Graduação em Sociologia

PPGSS - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

PPI - Projeto Pedagógico Institucional

PROEST - Pró-Reitoria Estudantil

PROEX - Pró-Reitoria de Extensão

PROFBIO - Programa de Mestrado Profissional em Ensino de Biologia em Rede Nacional

PROFIAP - Programa de Mestrado Profissional Em Administração Pública

PROFLETRAS - Programa de Mestrado Profissional em Letras

PROFMAT - Programa de Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional

PROFNIT - Programa de Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação

PROFORD - Programa de Formação Continuada em Docência do Ensino Superior

PROFQUI - Programa de Mestrado Profissional em Química em Rede Nacional

PROGEP - Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho

PROGINST - Pró-Reitoria de Gestão Institucional

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PROPEP - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

PSS - Processo Seletivo Seriado RAAVE Rede Alagoana de Alta Velocidade

RED - Revista Extensão em Debate

REDECOMEP - Redes Comunitárias de Educação e Pesquisa

RENORBIO - Programa de Pós-Graduação da Rede Nordeste de Biotecnologia

REUNI - Programa de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais

RI/UFAL - Repositório Institucional da Universidade Federal de Alagoas

RITUR - Revista Iberoamericana de Turismo RNP Rede Nacional de Ensino e Pesquisa

RREO - Relatório Resumido da Execução Orçamentária

RSC - Reconhecimento de Saberes e Competências

RU - Restaurante Universitário

RUA - Residência Universitária Alagoana

SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SEDUC - Secretaria de Estado da Educação

SEER - Serviço de Editoração Eletrônica de Revistas

SEPLAG - Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio

SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SIASS - Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor

SIBI - Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alagoas

SIG - Sistema Integrado de Gestão

SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

SIGPP - Sistema Integrado de Gestão de Planejamentos e Projetos

SIGRH - Sistema Integrado de Gestão e Recursos Humanos

SIM - Seminário Institucional de Monitoria

SINAES - Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior

SINTUFAL - Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Alagoas

SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

SIPAC - Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos

SISU - Sistema de Seleção Unificada

SLTI - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação

SNPG - Sistema Nacional de Pós-Graduação SOF Secretaria de Orçamento Federal

SUS - Sistema Único de Saúde

TCC - Trabalho de conclusão de curso

TCU - Tribunal de Contas da União

TED - Termos de Execução Descentralizada

TI - Tecnologia da Informação

TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação

TSG - Taxa de Sucesso na Graduação

UA - Unidade Acadêmica

UAB - Universidade Aberta do Brasil

UDA - Unidade Docente Assistencial

UFAL - Universidade Federal de Alagoas

UGI - Unidade de Gestão de Integridade

UO - Unidade Orçamentário



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

2. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO E ALINHAMENTO INSTITUCIONAL DO PDI

3. PERFIL INSTITUCIONAL

- 3.1 Breve histórico e caracterização
- 3.2 Estrutura organizacional
- 3.3 Organograma

4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

- 4.1 Diretrizes estratégicas
- 4.2 Análise do ambiente
- 4.3 Mapa estratégico
- 4.4 Objetivos, indicadores e metas
- 4.5 Prioridades estratégicas

5. DIMENSÕES FINALÍSTICAS INSTITUCIONAIS

- 5.1. Ensino
- 5.2. Pesquisa e Pós-graduação
- 5.3. Extensão e Cultura

6. VETORES ESTRUTURANTES

- 6.1. Vetor Estruturante da Assistência Estudantil
- 6.2 Vetor estruturante da infraestrutura física e tecnológica
- 6.3 Vetor Estruturante de Gestão de Pessoas
- 6.4 Vetor Estruturante Governança

7. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

- 7.1. Breve apresentação do PPI
- 7.2. Inserção regional

7.3. Princípios filosóficos e técnico-metodológicos gerais

7.4. Políticas acadêmicas

7.5. Organização Didática-Pedagógica

8. AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO INSTITUCIONAL

8.1 Avaliação e monitoramento institucional

8.2 Método e instrumento da CPA

9. PERSPECTIVA DE EXPANSÃO NA GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

10. PLANOS E POLÍTICAS COMPLEMENTARES

10.1 Plano de Desenvolvimento de Pessoas

10.2 Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação

10.3 Plano de Comunicação

10.4 Política de acessibilidade e de atendimento diferenciado a pessoas com necessidades específicas

10.5 Plano de Logística Sustentável

10.6 Política para Gestão de Riscos

10.7 Plano de Integridade

10.8 Plano Anual de Atividades de Auditoria (PAINT)

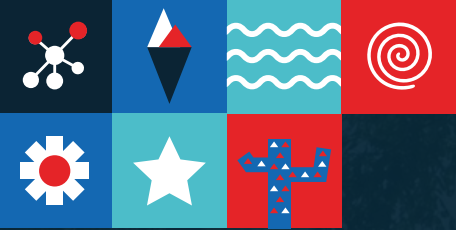
10.9 Plano ou política de Ações Afirmativas

10.10 Política Ambiental da Ufal

10.11 Plano Institucional de Internacionalização da Ufal

10.12 Política Cultural





1. INTRODUÇÃO

AL

FAIXA 1
NIBUS, VISITANTES
JÁRIOS SEM CARTÃO
FAIXA 2
JÁRIOS COM CARTÃO

1. INTRODUÇÃO

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal de Alagoas é um documento construído coletivamente, para orientar os rumos da instituição, de forma estratégica, nos próximos sete anos, de 2026 a 2032. Ele traz as diretrizes pedagógicas e organizacionais, com objetivos e metas definidos, destacando ações que vão amparar o ensino, a pesquisa e a extensão, atrelando a esses eixos-base a inovação e a sustentabilidade. Esse PDI é um compromisso firmado por toda comunidade acadêmica e pela sociedade alagoana com a Ufal de hoje e de amanhã.

Criada em 1961, a Ufal é uma universidade pública e gratuita, responsável pela formação de profissionais, de pesquisadores e de produção de conhecimento. Essa instituição é o maior vetor de desenvolvimento de Alagoas e está presente em cada canto do estado, seja presencialmente, em oito municípios, ou nos polos a distância.

A Universidade também está ciente do seu papel na defesa de um mundo mais sustentável, por isso, está comprometida com a Agenda 2030 e trouxe para esse PDI ações institucionais atreladas aos 18 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), com responsabilidade social e pensando nos próximos sete anos, mas, principalmente, criando o alicerce para a atual e as gerações futuras.

Todo o processo de construção deste PDI é conduzido pelos princípios da transparência, da participação e do planejamento integrado, mas, sobretudo, é um documento de uma Ufal real, que busca atingir os objetivos definidos com metas e ações possíveis.

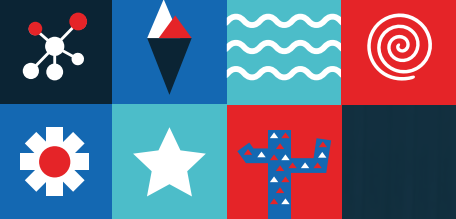
Isso considerando o cenário de restrição orçamentária por que passam as Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) na última década.

Por isso, o PDI vem ao encontro das diretrizes estratégicas da Ufal, que tem por missão produzir, multiplicar e recriar o saber coletivo em todas as áreas do conhecimento de forma comprometida com a ética, a justiça social, o desenvolvimento humano e o bem comum. Esse documento aqui apresentado está seguindo o objetivo da Universidade que é ser referência nacional nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, firmando-se como suporte de excelência para as demandas da sociedade.

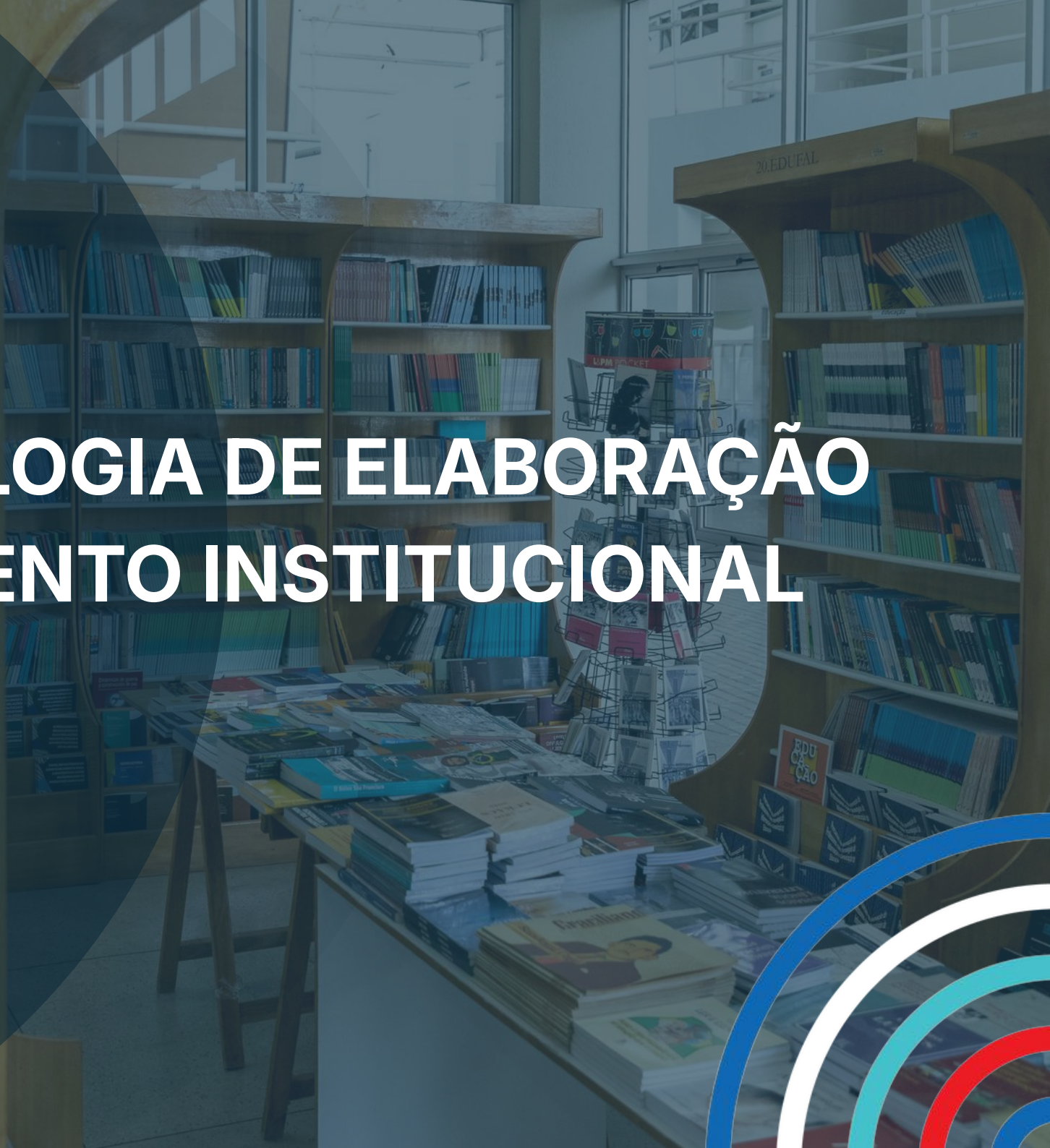
Para a construção desse documento foram instituídas nove comissões: Comissão Central; Comissão de Sistematização e comissões temáticas temáticas dos eixos finalísticos - Ensino; Pesquisa, Pós-graduação e Inovação; Extensão e Cultura; Governança; Assistência; Gestão de Pessoas e Infraestrutura; formadas por integrantes da gestão superior da Ufal e da comunidade acadêmica e participação de representantes da sociedade civil.

O documento está estruturado em dez capítulos que apresentam a metodologia usada para construção deste PDI; o perfil institucional; as áreas finalísticas de atuação; os vetores estruturantes, como assistência estudantil infraestrutura física e tecnológica gestão de pessoas gestão administrativa, orçamentária e financeira; planejamento estratégico institucional; o projeto pedagógico institucional; a avaliação e o monitoramento institucional; a perspectiva de expansão na graduação e na pós-graduação; e, para fechar, os planos e as políticas complementares.





2. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO E ALINHAMENTO INSTITUCIONAL DO PDI



2. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO E ALINHAMENTO INSTITUCIONAL DO PDI

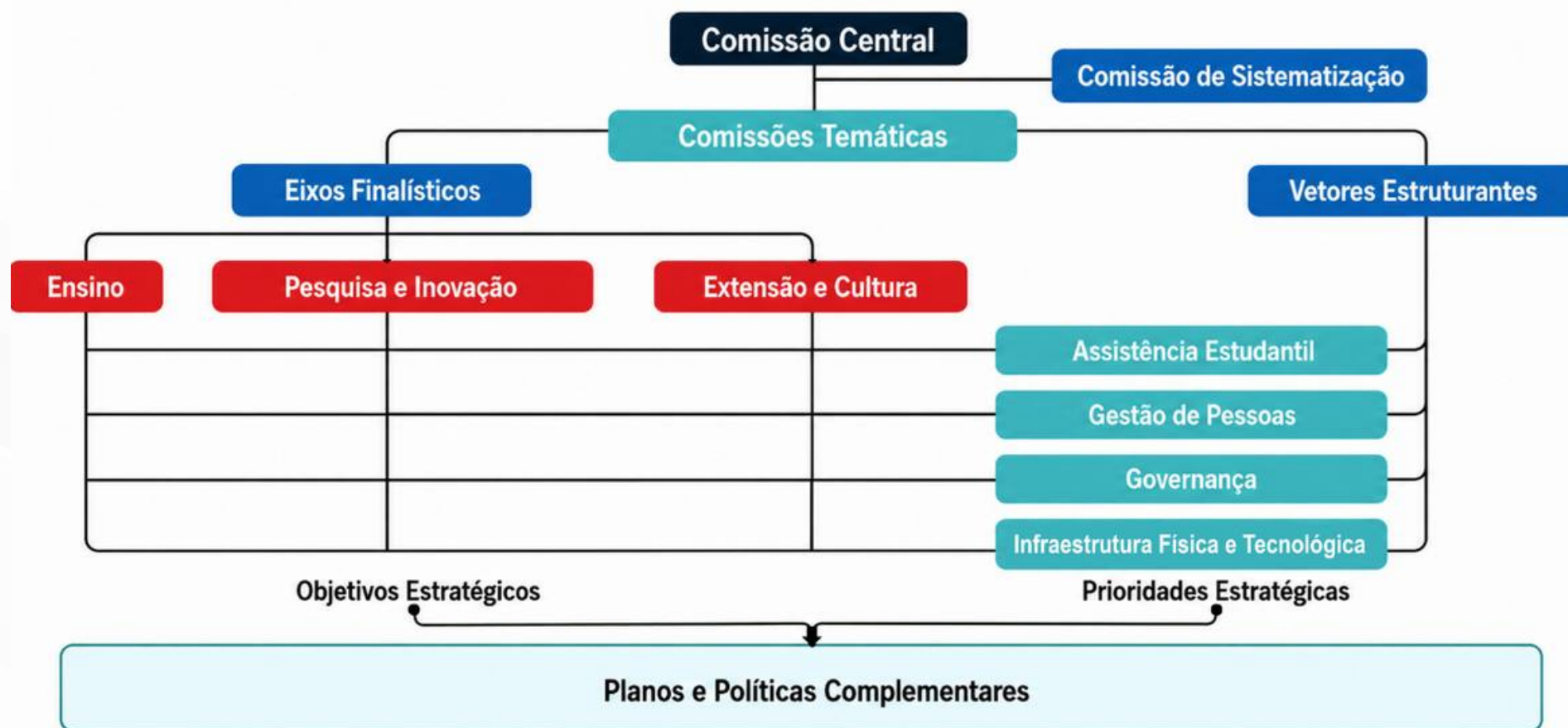
A construção do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) teve início em março de 2025, com a designação da comissão central responsável por sua elaboração, instituída por meio da Portaria GR/UFAL nº 179/2025, de 17 de março de 2025. A Comissão Central é composta por representantes da Administração Central, dos *campi* e das unidades fora de sede.

Para subsidiar o processo de elaboração, foram instituídas sete comissões temáticas, vinculadas às pró-reitorias, bem como uma comissão de sistematização, responsável pela consolidação das informações e pela articulação do processo participativo junto à comunidade acadêmica.

No âmbito da universidade, o planejamento institucional articula áreas finalísticas e vetores estruturantes como elementos essenciais para o desenvolvimento da universidade. Enquanto as áreas finalísticas contemplam as atividades centrais de ensino, pesquisa e extensão, os vetores estruturantes fortalecem a gestão e o suporte necessário para o alcance dos objetivos institucionais previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional.



Infográfico 1: Elaboração dos objetivos e prioridades



No âmbito das áreas finalísticas, foram constituídas as comissões de Ensino, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, além da Comissão de Extensão e Cultura. No que se refere às áreas estruturantes, foram instituídas as comissões de Gestão de Pessoas, Governança, Infraestrutura e Assistência Estudantil.

A metodologia adotada fundamentou-se em referenciais de outras Instituições de Ensino Superior (IES) e nos PDIs anteriores da universidade, contemplando etapas estruturadas com vistas à garantia da participação das partes interessadas. O processo foi orientado pelos princípios da transparência, participação e planejamento integrado, de modo a assegurar a legitimidade, a exequibilidade e o monitoramento contínuo do documento.

Inicialmente, procedeu-se à revisão da legislação e das normas vigentes que orientam o planejamento nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), bem como à avaliação do PDI anterior, com foco na análise dos objetivos e metas estabelecidos para o período de 2019 a 2025, de modo a identificar os principais avanços alcançados e as dificuldades enfrentadas no ciclo precedente.

A abordagem adotada seguiu as diretrizes estabelecidas no guia do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Planejamento e Administração das IFES (ForPlad), intitulado “PDI: um guia de conhecimento para as instituições federais de ensino”, bem como, de forma complementar, as orientações da Organização das Nações Unidas (ONU), especialmente no documento “Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” (Resolução A/RES/70/1).

O processo de elaboração do PDI foi estruturado em três fases: preparação, diagnóstico e planejamento. Nas fases de preparação e

diagnóstico, houve a participação das comissões vinculadas à Administração Superior e às áreas de apoio estratégico. Na fase de planejamento, além dessas instâncias, participaram também as coordenações acadêmicas e os órgãos suplementares, ampliando o caráter participativo e integrador do processo.

Na fase de preparação, foram definidos os elementos essenciais para a construção do Plano, incluindo a elaboração do cronograma de atividades, formas de transparência e a definição da identidade institucional, compreendendo missão, visão e valores.

Na fase de diagnóstico, procedeu-se à validação da identidade institucional, bem como à análise do PDI 2019–2025 e dos resultados dos processos de autoavaliação institucional. Para tanto, foram utilizadas diversas ferramentas de análise, com o objetivo de compreender a situação atual da universidade e subsidiar a construção do mapa estratégico e o planejamento das ações futuras.

Por fim, a fase de planejamento consolidou o processo de elaboração do Plano, resultando na definição dos objetivos estratégicos, indicadores e metas institucionais que orientarão a execução, o acompanhamento e a avaliação do PDI ao longo de sua vigência.

As equipes responsáveis pela condução, coordenação e assessoramento do processo de elaboração do PDI foram estruturadas de forma a assegurar a integração entre as diferentes áreas institucionais e a efetiva participação da comunidade acadêmica.

A Comissão de Sistematização, composta por servidores de distintos setores e com expertise em diversas áreas, foi responsável pela coordenação do processo, pela consolidação do documento e pela orientação, acompanhamento e monitoramento das atividades desenvolvidas pelas demais comissões. Compete, ainda, a essa comis-

são a identificação e o atendimento aos requisitos legais e normativos do PDI, com atuação transversal em todas as fases de sua elaboração.

As comissões temáticas das áreas finalísticas foram incumbidas da definição dos objetivos estratégicos, indicadores e metas institucionais. Por sua vez, as comissões das áreas estruturantes atuaram na identificação de prioridades institucionais e na proposição de diretrizes e ações de suporte, essenciais ao alcance dos objetivos estabelecidos.

A Comissão de Sistematização realizou visitas técnicas aos *campi* e às unidades fora de sede, com o objetivo de promover o compartilhamento de informações, bem como estimular o engajamento da comunidade nas ações relacionadas ao PDI.

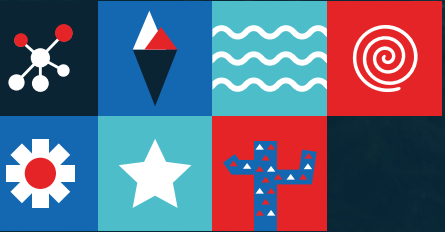
A formulação da estratégia institucional teve início ainda em 2025 e foi desenvolvida a partir de sucessivas reuniões envolvendo as comissões temáticas, aliadas à análise dos resultados institucionais. Esse processo resultou na definição de sete objetivos estratégicos, estruturados como eixos orientadores do PDI, articulados às três áreas finalísticas de atuação da Universidade (ensino, pesquisa e extensão e cultura), de modo a assegurar a coerência e a integração das ações institucionais.

Com o objetivo de ampliar a participação da comunidade universitária, foi realizada uma consulta pública, por meio de formulário eletrônico, na qual os respondentes foram convidados a avaliar e opinar sobre os objetivos estratégicos propostos. A consulta contou com a participação de 272 membros da comunidade acadêmica.

Após a consolidação e análise das contribuições recebidas, as comissões temáticas procederam à revisão e ao aprimoramento dos objetivos estratégicos, os quais foram validados a partir do processo consultivo, reforçando o caráter participativo e democrático da construção do PDI. As contribuições foram analisadas e incorporadas, quando pertinentes, promovendo o aprimoramento do conteúdo e o alinhamento dos objetivos e metas às demandas apresentadas pela comunidade acadêmica.

Além disso, foram realizadas quatro audiências públicas presenciais nos *campi* da Universidade, ampliando o debate e a participação da comunidade na construção dos objetivos e metas do PDI. Após o ciclo de audiências públicas, o documento foi apreciado pelo Conselho Universitário (CONSUNI), conforme os trâmites institucionais.





3. PERFIL INSTITUCIONAL



3. PERFIL INSTITUCIONAL

3.1. BREVE HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO

Durante o governo de Juscelino Kubitschek, a lei federal nº 3.867, de 25 de janeiro de 1961, criou a Universidade de Alagoas, reunindo as Faculdades de Direito, Medicina, Odontologia, Ciências Econômicas, Engenharia e Filosofia, Ciências e Letras. Assim, foi instituída a primeira universidade pública do estado de Alagoas.

Figura 1: Assinatura do presidente Juscelino Kubitschek na criação da Ufal



Fonte: Ascom/Ufal

O decreto-lei nº 53, de 18 de novembro de 1966, que estabeleceu princípios e normas de organização para as universidades federais, a instituição passou a adotar oficialmente a denominação Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Desde então, a Ufal conso-

lidou-se como a maior e mais importante instituição de ensino superior de Alagoas, exercendo papel central no desenvolvimento científico e acadêmico do estado.

Durante a gestão do Reitor Aristóteles Calazans Simões (1961-1971), foi criado o *Campus* Universitário em Maceió, capital do estado, marco fundamental para a expansão da universidade. Nessa perspectiva, a Ufal, instituição federal de ensino superior organizada como autarquia educacional de regime especial e vinculada ao Ministério da Educação, vem formando profissionais de excelência, produzindo e disseminando conhecimento, além de preservar e promover valores éticos, científicos, artísticos e culturais, em consonância com sua missão institucional.

Figura 2: Acesso ao *Campus* AC Simões



Fonte: Ascom/Ufal

Dentro do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, que visou ao aumento de vagas e também à expansão da rede universitária, sobretudo na perspectiva de atender o interior do país, dado que a maioria das universidades federais se encontrava nas capitais e em cidades de maior porte, a Ufal adotou a estratégia de descentralizar a oferta de cursos e possibilitar que um maior número de municípios fossem atendidos, especialmente, aqueles localizados no interior, onde o acesso à educação superior era limitado. A expansão da Ufal, promovida pelo REUNI, implicou a criação de novos *campi*. Assim, foi criado, em 2006, o *Campus Arapiraca*, no agreste alagoano, que se estende de sua sede, em Arapiraca, às Unidades Educacionais em Palmeira dos Índios e Penedo.

Figura 3: Acesso ao *Campus Arapiraca*



Fonte: Ascom/Ufal

Em 2010, foi inaugurado o *Campus do Sertão* da Universidade Federal de Alagoas, com sede no município de Delmiro Gouveia e uma Unidade Educacional em Santana do Ipanema. A criação do *campus* representou um importante avanço no processo de interiorização do ensino superior público em Alagoas.

Figura 4: Acesso ao *Campus do Sertão*



Fonte: Ascom/Ufal

No mesmo ano, também foi implantado o *Campus CECA* da Universidade Federal de Alagoas, com sede em Rio Largo e uma Unidade Educacional em Viçosa.

Figura 5: Sede do Campus Ceca

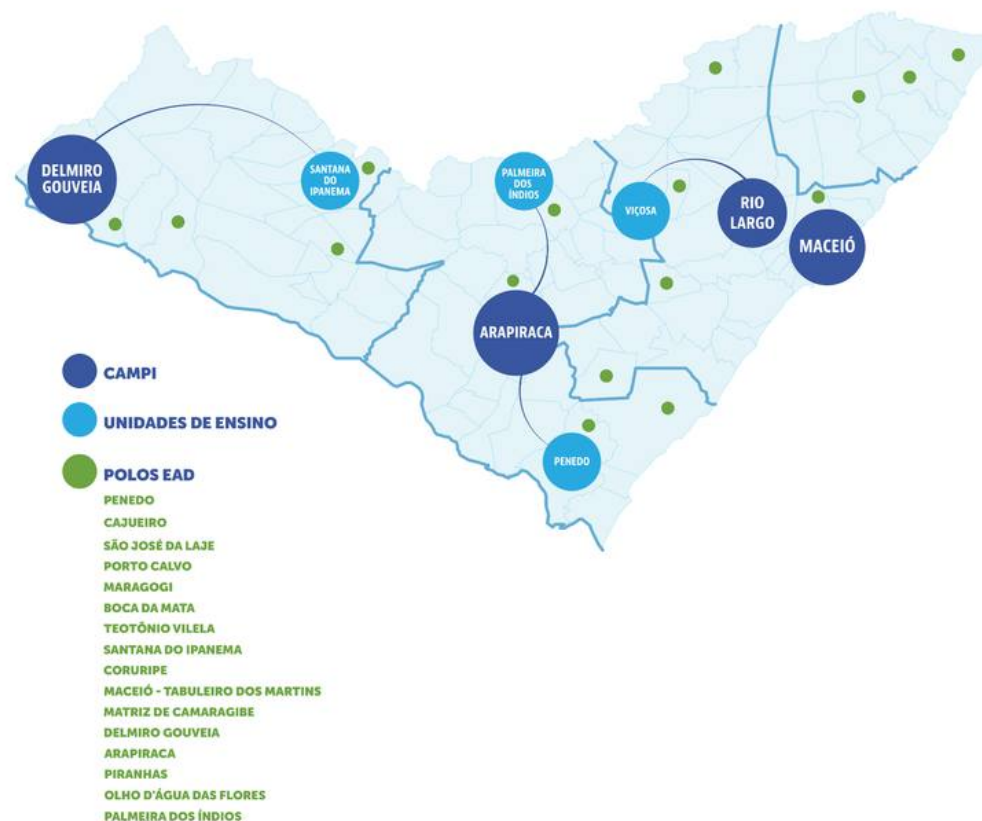


Fonte: Ascom/Ufal

A presença da Ufal no território alagoano, por meio de suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e assistência, representa um importante vetor de desenvolvimento para o estado, especialmente por se tratar de um dos estados com os mais elevados indicadores de desigualdade do Brasil. Isso significa enfrentar um enorme desafio para exercer plenamente sua missão social neste contexto periférico, de grandes limitações e precariedades.

Atualmente, a Ufal está presente nos seguintes municípios:

Figura 6: Área de atuação da UFAL



Fonte: PROGRAD

3.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) é regulamentada pelo Estatuto, pelo Regimento Geral e pelos Regimentos Internos das Unidades Acadêmicas e o regimento interno de seus órgãos de apoio

Os Conselhos superiores são:

CONSUNI

O Conselho Superior Universitário é a instância de discussão e de deliberação da política geral que norteia os rumos da Ufal. É composto por 61 membros titulares que representam toda a comunidade universitária, desde a Reitoria com suas Pró-reitorias, passando pelas direções de Unidades Acadêmicas, *Campi* Fora de Sede, até as representações dos segmentos docente, técnico-administrativo e estudantil. É dividido em duas Câmaras Temáticas: a Acadêmica, que trata dos assuntos referentes ao ensino, pesquisa e extensão e cultura, e a Administrativa, que trata da política de administração da instituição.

CURA

O Conselho de Curadores é o órgão colegiado superior, composto por 12 membros, sendo 6 titulares e 6 suplentes, com representantes do CRA/AL, CRC/AL, CORECON/AL e das categorias docente, técnico-administrativa e discente da Ufal. Compete ao Conselho o acompanhamento e a fiscalização econômico-financeira, contábil e patrimonial da Universidade.

3.2.1 Execução administrativa e acadêmica

A Reitoria constitui o órgão máximo de execução administrativa e acadêmica da instituição, sendo dirigida pelo/a Reitor/a, que possui como substituto/a auxiliar o/a Vice-Reitor/a. Ambos integram o corpo docente da universidade e são eleitos conforme a legislação vigente, o Estatuto e o Regimento Geral da Ufal, para mandato de quatro anos.

Compete ao Reitor administrar, coordenar e supervisionar todas as atividades da universidade, garantindo o cumprimento das resoluções do Conselho Universitário e expedindo atos administrativos, por meio de portarias, nos limites estabelecidos pelo Estatuto. Além disso, o Reitor representa ativa e passivamente a UFAL perante pessoas físicas e jurídicas de direito público e privado, em juízo e fora dele, exercendo poderes gerais de administração em todos os atos jurídicos da instituição.

Junto a gestão da Ufal, funcionam sete Pró-Reitorias, responsáveis por diferentes áreas da gestão universitária, sendo elas: Pró-Reitoria Estudantil (PROEST); Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC); Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD); Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPEP); Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho (PROGEP); Pró-Reitoria de Gestão Institucional (PROGINST); e Pró-Reitoria de Infraestrutura (PROINFRA).

Para mais informações sobre as Pró-Reitorias e suas respectivas coordenadorias, acesse o [site institucional](#).

3.2.2 Órgãos de assessoramento

Os órgãos de assessoramento são instâncias que atuam diretamente no apoio técnico, administrativo e estratégico à Reitoria, contribuindo para a tomada de decisões e o bom funcionamento institucional. Sua principal função é oferecer subsídios e orientações especializadas em diferentes áreas, garantindo a eficiência, a transparência e a conformidade das ações com as normas e diretrizes da universidade.



Consulte a [relação dos órgãos de assessoramento](#).

3.2.3 Órgãos de apoio administrativo

Os órgãos de apoio administrativo têm a função de garantir o funcionamento eficiente das atividades internas da Reitoria, oferecendo suporte operacional e técnico às diversas áreas. Eles atuam na execução e coordenação de processos essenciais, como registro acadêmico, financeiro, de pessoal, tecnológica e de processos seletivos, assegurando o cumprimento das normas e o bom andamento das rotinas institucionais.



Consulte a [relação de órgãos de apoio administrativo](#).

3.2.4 Órgãos de apoio acadêmico

Os órgãos de apoio acadêmico vinculados à Ufal desempenham papel fundamental no fortalecimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Esses setores oferecem suporte técnico, científico e cultural, garantindo condições adequadas para o desenvolvimento acadêmico e a formação integral da comunidade universitária.



Consulte a [relação de órgãos de apoio acadêmico](#).

A Administração Universitária conta também com comissões especiais de assessoramento, entre as quais se destacam a [Comissão Própria de Avaliação \(CPA\)](#), de natureza autônoma em relação à gestão institucional.

A Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) tem como atribuição avaliar e emitir parecer sobre processos relativos à progressão e promoção na carreira docente.

Já a Comissão Interna de Supervisão (CIS) é responsável por analisar demandas relacionadas à gestão de pessoal técnico-administrativo.

Para mais informações sobre as Comissões e Comitês instituídos na Universidade, acesse o [link](#) indicado.

3.2.5 Outras estruturas de apoio

Além dos órgãos já mencionados, a Universidade conta com instrumentos, mecanismos e estruturas de apoio que fortalecem suas atividades acadêmicas e institucionais:

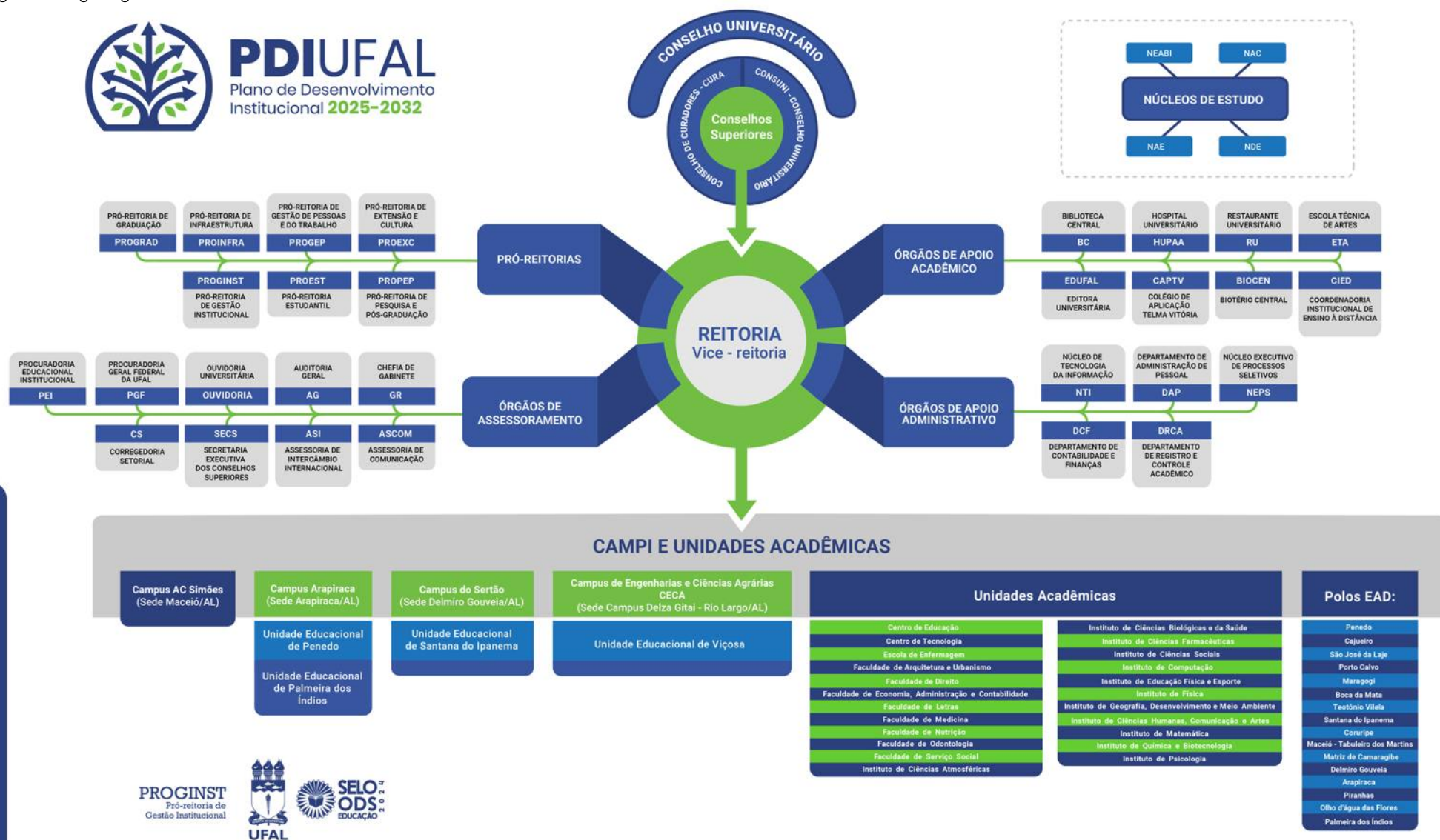
- A Coordenação de Direitos Humanos e Segurança Pública objetiva promover a democratização, a cidadania e a cultura dos direitos humanos, fortalecendo ações educacionais que respeitem as diferenças e enfrentem as desigualdades;
- O NEPS-COPEVE (Núcleo Executivo de Processos Seletivos) é responsável por organizar e executar processos seletivos, como vestibulares, concursos públicos e provas;
- Os equipamentos culturais — Museu Théo Brandão (MTB), Pinacoteca – Museu de Arte Contemporânea e Museu de História Natural (MHN) — têm papel essencial na preservação e difusão do patrimônio cultural, artístico e científico de Alagoas, promovendo pesquisa, ensino e extensão junto à comunidade;

- O Hospital Universitário Professor Alberto Antunes (Hupaa EBSERH – HU BRASIL) é um órgão de apoio acadêmico da Ufal que foi vinculado ao contrato de gestão com a empresa brasileira de serviços hospitalares (Ebserh) que atua no ensino, pesquisa e assistência em saúde, sendo referência regional e vinculado ao SUS.
- O Hospital Veterinário Universitário oferece atendimentos gratuitos e cirurgias básicas para animais de toda a região.
- O Gabinete Odontológico oferece atendimento gratuito e ações de saúde bucal a estudantes e comunidade universitária, realizando procedimentos básicos.
- O Escritório Modelo de Assistência Jurídica, vinculado à Faculdade de Direito, presta assistência jurídica gratuita à população de baixa renda, sendo também espaço de formação prática para os estudantes;
- O Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF), vinculado à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, proporciona vivência prática na aplicação de conhecimentos contábeis e tributários e oferece orientação fiscal e contábil gratuita a pessoas de baixa renda, microempreendedores individuais, pequenos produtores rurais e entidades sem fins lucrativos.
- As Casas de Cultura, ligadas à Faculdade de Letras, ofertam cursos de idiomas e Libras (Língua Brasileira de Sinais), contribuindo para a difusão linguística e cultural e para a integração entre universidade e sociedade.

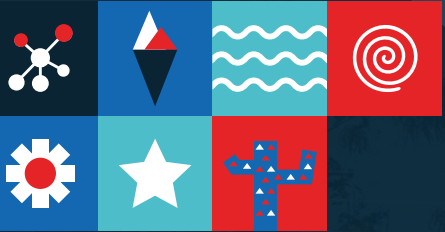
- O Espaço Cultural da Ufal, localizado no centro de Maceió, abriga as Casas de Cultura e promove o ensino de línguas e expressões culturais, ampliando o acesso à educação e à cultura.
- O Complexo Esportivo da Ufal, inaugurado em 2019, ocupa 48 mil m² e conta com infraestrutura de padrão internacional para atividades esportivas, acadêmicas e de extensão, atendendo milhares de pessoas anualmente.
- Os Laboratórios Multiusuários, distribuídos em diversas unidades, oferecem infraestrutura moderna para ensino, pesquisa e extensão, atuando em áreas como saúde, biotecnologia, química, biologia e tecnologia, e fortalecendo a inovação científica e tecnológica.

3.3. ORGANOGRAMA

Figura 7: Organograma da Ufal



Fonte: elaboração própria (2026)



4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL



4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

4.1. DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

A diretriz estratégica da universidade encontra-se em consonância com sua identidade institucional, cuja missão consiste em produzir, difundir e recriar o conhecimento em todas as áreas, orientada pelos princípios da ética, da justiça social, do desenvolvimento humano e da promoção do bem comum.

Nesse contexto, reafirma-se o compromisso institucional de consolidar-se como referência nacional nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, atuando como suporte qualificado às demandas da sociedade. Tal propósito vem sendo progressivamente materializado ao longo de sua trajetória histórica, marcada por processos contínuos de expansão, qualificação e fortalecimento institucional.

4.1.1. Missão e visão

Infográfico 2: Missão e Visão da Universidade



MISSÃO

A Universidade Federal de Alagoas tem por missão produzir e socializar conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais, a partir do ensino, da pesquisa e da extensão, de modo a formar acadêmica e profissionalmente sujeitos capazes de atuar de forma ética, inclusiva e democrática e sustentável na sociedade.



VISÃO

Ser referência local, regional e internacional em ensino, pesquisa e extensão, de forma ética, inclusiva, transparente, democrática, sustentável e socialmente referenciada, de modo a impactar positivamente a realidade social.

Fonte: elaboração própria (2026)

4.1.2. Princípios (valores)

De acordo com o Estatuto da Ufal, no seu artigo 1º, parágrafo único, a Universidade observa os seguintes princípios e finalidades decorrentes de sua natureza de instituição pública e gratuita:

Infográfico 3: Princípios da Universidade



4.2. ANÁLISE DO AMBIENTE

A análise ambiental que fundamenta o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal de Alagoas para o período de 2026 a 2032 teve como base os Planos de Desenvolvimento das Unidades (PDUs) elaborados entre 2023 e 2025. Esse processo possibilitou um diagnóstico amplo da realidade institucional, identificando potencialidades, fragilidades, oportunidades e desafios que orientaram a revisão dos referenciais estratégicos. A partir desse trabalho coletivo, tornou-se possível estruturar um planejamento que dialoga com a identidade da universidade e responde de forma propositiva às demandas acadêmicas, administrativas e sociais.

A construção do PDI considerou fatores políticos, econômicos, sociais, tecnológicos, ambientais e legais que podem influenciar a (geração de valor público para a sociedade).

Esse movimento permitiu integrar a leitura dos cenários interno e externo, fornecendo elementos para a atualização da missão, da visão de futuro da Ufal. Dessa forma, o planejamento não apenas consolida os avanços alcançados nos últimos anos, mas também projeta caminhos estratégicos para a universidade no horizonte de oito anos.

Quadro 1: Análise SWOT



FORÇAS:

- Possui uma trajetória consolidada no ensino superior, com histórico de atuação reconhecido no estado de Alagoas e na região Nordeste;
- Conta com um corpo de servidores altamente qualificado, composto por docentes e técnicos com sólida formação acadêmica e experiência profissional;
- É uma instituição com ampla experiência na formação acadêmica, apresentando elevado potencial de aprimoramento contínuo em suas práticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão;
- Oferece ensino de qualidade, refletido na expressiva atuação de seus egressos em instituições públicas, empresas privadas e organizações da sociedade civil, em âmbito local, regional e nacional;
- Possui presença multicampi estratégica, com unidades na capital e no interior do estado, contribuindo para a descentralização e democratização do acesso ao ensino superior;
- É uma instituição pública, gratuita e socialmente referenciada, comprometida com a inclusão, a equidade e a excelência acadêmica;
- Desempenha papel fundamental na interiorização do ensino superior, promovendo o desenvolvimento regional e a redução das desigualdades socioespaciais em Alagoas.



FRAQUEZAS:

- Apresenta limitações no quadro técnico-administrativo, o que pode gerar sobrecarga de trabalho e impactar a eficiência dos processos organizacionais;
- Enfrenta demandas por expansão e adequação de espaços físicos para melhor atendimento das atividades acadêmicas e administrativas;
- Necessita de constante atualização e ampliação da infraestrutura e de equipamentos didáticos, especialmente em cursos que demandam laboratórios e estruturas específicas;
- Apresenta desafios relacionados à segurança em todos os *campi*, demandando ações contínuas de melhoria;
- Identifica-se a necessidade de ampliação e qualificação de espaços de convivência acadêmica e estudantil;
- Ainda há limitações em termos de acessibilidade plena, exigindo investimentos para garantir inclusão e equidade;
- Enfrenta desafios na consolidação de práticas organizacionais e de gestão integradas entre os diferentes *campi*;
- Registra índices de retenção e evasão que impactam indicadores acadêmicos e a eficiência institucional;
- Carece de aprimoramento contínuo dos sistemas de gestão acadêmica, administrativa e processual, visando maior integração e eficiência;
- Demanda o fortalecimento de políticas institucionais voltadas ao acolhimento e à promoção da saúde mental e física de servidores e discentes;
- Requer o aprimoramento de políticas de valorização e desenvolvimento dos servidores;
- Apresenta necessidade de constante aperfeiçoamento dos processos organizacionais e de gestão, especialmente no que se refere à transparência, publicidade e atendimento às exigências dos órgãos de controle.





OPORTUNIDADES:

- Aproveitamento e fortalecimento das relações institucionais já consolidadas ao longo de sua trajetória acadêmica e administrativa;
- Localização geográfica estratégica, com presença na capital e no interior do estado, favorecendo a integração regional e o acesso ao ensino superior;
- Possibilidade de ampliação do uso de tecnologias educacionais inovadoras, incluindo ensino híbrido e recursos digitais;
- Potencial para captação de recursos em âmbito nacional e internacional, por meio de editais, convênios e agências de fomento;
- Possibilidade de ampliação de parcerias com universidades estrangeiras nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, fortalecendo a inserção internacional da instituição;
- Oportunidade de formação e capacitação contínua de servidores para atuação em processos de internacionalização e cooperação acadêmica;
- Potencial para estabelecimento e ampliação de parcerias com organizações públicas, privadas e do terceiro setor;
- Possibilidade de atração de estudantes por meio de mobilidade acadêmica, transferências e políticas de acesso e permanência;
- Ampliação da participação em redes de pesquisa e inovação, fortalecendo a produção científica e tecnológica da instituição.



AMEAÇAS:

- Restrição e instabilidade de recursos orçamentários, impactando a capacidade de investimento e expansão institucional;
- Elevada vulnerabilidade socioeconômica de parcela significativa do corpo discente, com reflexos também em aspectos emocionais e na permanência estudantil;
- Crescente concorrência com instituições privadas de ensino superior, especialmente no que se refere à oferta de cursos e modalidades flexíveis;
- Fragilidades na formação básica de parte dos estudantes ingressantes, decorrentes de desigualdades estruturais na educação básica, o que pode impactar o desempenho acadêmico e os índices de permanência e conclusão.
- A infraestrutura deficitária constitui um dos principais desafios para o desenvolvimento institucional, demandando investimentos contínuos em espaços físicos, equipamentos e condições adequadas de funcionamento.



4.2.1. Alinhamento estratégico com o Plano Nacional de Educação (PNE 2026–2036) e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)

A Universidade, ao estruturar seus objetivos estratégicos nas dimensões de Ensino, Pesquisa, Pós-Graduação, Inovação, Extensão e Cultura, evidencia forte alinhamento com o Plano Nacional de Educação (PNE) 2026–2036, especialmente no que se refere aos Objetivos 14, 15 e 16, que tratam da graduação e da pós-graduação em perspectiva de qualidade, inclusão e redução de desigualdades.

Figura 8: Imagem de apresentação do PNE



Fonte: MEC

No âmbito do Objetivo 14 do PNE, que visa ampliar o acesso, a permanência e a conclusão na graduação com qualidade e equidade, a instituição estabelece metas voltadas ao aumento do número de estudantes diplomados, à elevação da taxa de sucesso

na graduação e à redução da evasão, reforçando o compromisso com a democratização do ensino superior e com a permanência qualificada dos estudantes.

Em relação ao Objetivo 15, destacam-se ações como a atualização dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), a ampliação da titulação do corpo docente e a melhoria dos indicadores de qualidade, como o Conceito Preliminar de Curso (CPC) e o Conceito de Curso (CC), evidenciando o esforço contínuo pela excelência acadêmica e pela consolidação de padrões elevados de qualidade.

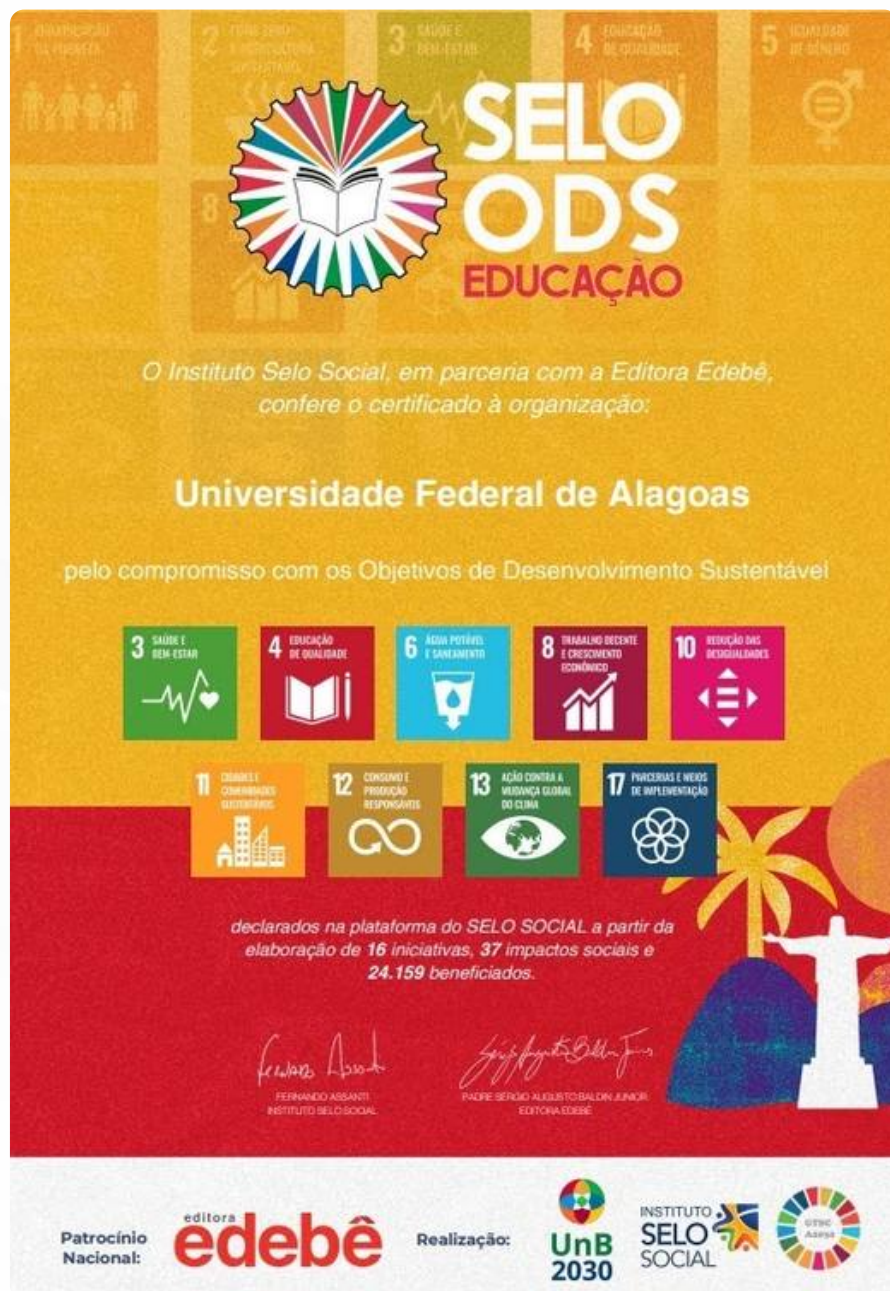
No que concerne ao Objetivo 16, a Universidade desenvolve estratégias para expandir a oferta de vagas na pós-graduação, elevar o desempenho dos programas nas avaliações da CAPES e fortalecer a produção científica qualificada, articulando ensino, pesquisa e inovação com as demandas sociais e contribuindo para o desenvolvimento científico, tecnológico, cultural, econômico, social e ambiental do País.

De forma complementar, a Universidade Federal de Alagoas (Ufal) tem consolidado uma trajetória institucional alinhada aos princípios da Agenda 2030 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), evidenciada pela participação ativa no processo de certificação do Selo ODS Educação.

Em 2025, a instituição alcançou reconhecimento nacional ao lado de diversas instituições de ensino, o que reafirma seu papel como agente de transformação social e promotora de práticas sustentáveis.

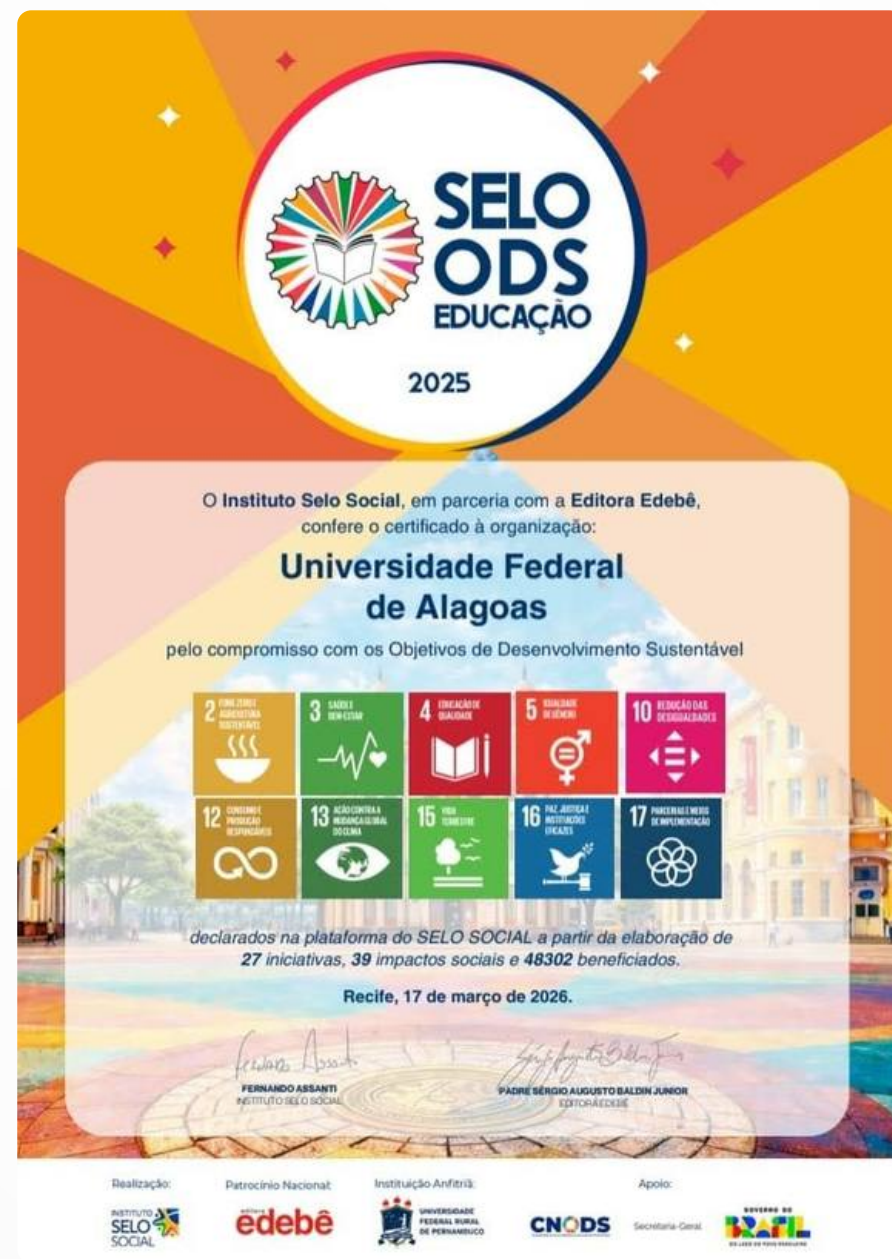


Figura 9: Certificação do selo ODS 2024



Fonte: Assessoria do GR

Figura 10: Certificação do selo ODS 2025



Fonte: Assessoria do GR



Internamente, observa-se crescimento significativo no número de projetos certificados, passando de 16 iniciativas em 2024 para 27 em 2025, demonstrando o fortalecimento de uma cultura institucional orientada à sustentabilidade. Essas ações abrangem ensino, pesquisa, extensão e gestão, promovendo impactos nas dimensões social, econômica e ambiental.

Nesse contexto, a incorporação dos ODS ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) fortalece a coerência entre o planejamento estratégico e as demandas contemporâneas, permitindo estruturar ações de forma integrada, mensurável e socialmente relevante. Essa integração contribui para o aprimoramento da governança institucional, amplia a articulação entre unidades acadêmicas e administrativas e estimula o engajamento da comunidade universitária na construção de soluções inovadoras para desafios locais e globais. Assim, a certificação no âmbito do Selo ODS Educação configura-se não apenas como reconhecimento externo, mas como instrumento estratégico de gestão, reafirmando o compromisso da Universidade com a formação cidadã, a produção de conhecimento socialmente referenciado e a promoção de um desenvolvimento mais justo, inclusivo e sustentável.

DIMENSÃO ENSINO

Infográfico 4: Relação dos objetivos estratégicos do eixo ensino com os ODS



Fonte: Elaboração própria, 2026

DIMENSÃO PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

Infográfico 5: Relação dos objetivos estratégicos do eixo pesquisa, pós-graduação e inovação com os ODS



Fonte: Elaboração própria, 2026

DIMENSÃO EXTENSÃO E CULTURA

Infográfico 6: Relação dos objetivos estratégicos do eixo extensão e cultura com os ODS



Fonte: Elaboração própria, 2026

4.3 MAPA ESTRATÉGICO

Infográfico 7: Mapa estratégico

MISSÃO

Produzir e socializar conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais a partir do ensino, da pesquisa e da extensão, de modo a formar sujeitos capazes de atuar de forma ética, inclusiva, democrática e sustentável na sociedade;

VISÃO

Ser referência local, regional e internacional em ensino, pesquisa e extensão de forma ética, inclusiva, transparente, democrática, sustentável e socialmente referenciada, de modo a impactar positivamente a realidade social.

PRINCÍPIOS

Respeito à dignidade, à igualdade, à liberdade de expressão e à diversidade da pessoa humana; Compromisso com a universidade pública, democrática, gratuita, laica e socialmente referenciada; Compromisso com a inclusão e a acessibilidade; Compromisso com a sustentabilidade em suas dimensões ambiental, social e econômica; Compromisso com ética e a transparência.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:

Dimensão Ensino

1- Ampliar a capacidade de formação visando à responsabilidade social

2 - Aprimorar a qualidade da formação com vistas à excelência

Dimensão Extensão e Cultura

1 - Ampliar e consolidar a extensão e a cultura desenvolvida pela Universidade

Dimensão Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

1- Ampliar a capacidade de formação, em nível de pós-graduação, visando a responsabilidade e inclusão social

2- Aprimorar a qualidade da formação com vistas à excelência

3 - Elevar a qualidade da pesquisa visando a responsabilidade social

4 - Aumentar a capacidade de inovação

Fonte: Elaboração própria, 2026

4.4. OBJETIVOS, INDICADORES E METAS

A estrutura do PDI 2026-2032 traz o entrelaçamento entre os objetivos estratégicos, definidos pelas áreas finalísticas de ensino, pesquisa e extensão, e as prioridades das áreas estruturantes, responsáveis por governança, gestão de pessoas, assistência estudantil e infraestrutura. Essa integração fortalece a coerência entre os compromissos acadêmicos e administrativos, garantindo que o desenvolvimento institucional ocorra de maneira articulada, sustentável e alinhada às necessidades da comunidade universitária e da sociedade alagoana.

O resultado é um plano que orienta a Ufal para o futuro, reafirmando seu compromisso com a excelência, a inclusão e a transformação social.





Quadro 2: Dimensão ensino - objetivos, metas e indicadores

DIMENSÃO ENSINO		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	METAS	INDICADORES
Objetivo 1 Ampliar a capacidade de formação visando à responsabilidade social	Aumentar em 10% o número de estudantes diplomados na graduação.	Nº de Estudantes Diplomados na Graduação e Índice de Evasão Anual e geral da instituição
	Aumentar em 10% a taxa de sucesso na graduação.	Índice de Sucesso na Graduação – ISG
Objetivo 2 Aprimorar a qualidade da formação com vistas à excelência	Atualizar até 2032 100% dos Projetos Pedagógicos de Curso de Graduação (PPCs).	Percentual de PPCs de graduação atualizados e aprovados pelo CONSUNI nos últimos 8 anos
	Ampliar a proporção de doutores do corpo docente em efetivo exercício nos cursos de graduação para 90%.	Percentual de docentes do quadro efetivo com titulação de Doutorado.
	Aumentar em 10% o CPC (Conceito Preliminar de Curso) de 47 cursos em ciclos trienais do Enade.	Percentual de cursos com CPC contínuo igual ou superior a 3.
	Aumentar em 18% o Conceito de Curso (CC) dos 18 cursos não enquadrados no Enade, considerando os CC 3, 4 e 5.	Percentual de cursos avaliados in loco com Conceito de Curso (CC) igual ou superior a 3.

Quadro 3: Dimensão Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação - objetivos, metas e indicadores

DIMENSÃO PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	METAS	INDICADORES
Objetivo 1 Ampliar a capacidade de formação, em nível de pós-graduação, visando a responsabilidade e inclusão social	Elevar a nota CAPES de, no mínimo, 50% dos programas de pós-graduação da Ufal nas avaliações quadrienais previstas para 2025 e 2028	Percentual de Programas de Pós-graduação da Ufal que tiveram aumento de nota na última avaliação quadrienal da CAPES (2021-2024).
	Expandir em 30% o número de vagas nos programas de pós-graduação	Percentual de aumento do número total de vagas ofertadas nos programas de pós-graduação da Ufal
	Realizar 3 ações de sensibilização voltadas para temas sociais prioritários (como inclusão, diversidade, direitos humanos, educação básica, saúde pública ou sustentabilidade) com a participação de, no mínimo, 60% dos Programas de Pós-Graduação da Ufal.	Total de ações realizadas com foco em temas sociais prioritários no ano e número de PPGs participantes.
	Aumentar o número de titulações conjuntas em 20% (duplo diploma, cotutela, doutorados e/ou mestrados internacionais)	Percentual de aumento no número de titulações conjuntas realizadas por PPGs da Ufal em comparação com o ano base.
Objetivo 2 Aprimorar a qualidade da formação com vistas à excelência	Ampliar em 10%, o número de docentes permanentes nos programas de pós-graduação da Ufal	Percentual de docentes da Ufal que atuam como permanentes, colaboradores ou visitantes em PPGs
	Elevar em 30% a participação de discentes e docentes em redes de cooperação acadêmica nacionais e internacionais	Número de participações em redes, consórcios, projetos multicêntricos e intercâmbios
	Garantir que 90% das vagas ofertadas na pós-graduação <i>stricto sensu</i> da Ufal sejam efetivamente ocupadas.	Taxa de ocupação das vagas ofertadas nos Programas de Pós-Graduação.
	Garantir a permanência de, no mínimo, 90% dos estudantes matriculados nos Programas de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> da Ufal até a conclusão do curso.	Taxa de permanência discente na pós-graduação.

DIMENSÃO PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	METAS	INDICADORES
Objetivo 3 Elevar a qualidade da pesquisa visando a responsabilidade social	Aumentar em 22% a produção científica qualificada, condicionada à captação de financiamento externo.	Índice h da Universidade, com base no banco de dados do Scopus.
	Elevar em 20% o número de PQs e DTs	Número total de bolsistas de produtividade e desenvolvimento tecnológico.
	Manter o número de projetos de pesquisa vinculados a editais PIBIC e PIBITI igual ou superior a 500 por ciclo	Quantidade de projetos de iniciação científica e tecnológica (PIBIC/PIBITI) executados por ciclo. Será monitorado pelo cadastro de projetos no SIGAA. Exemplo: 2024 (ciclo 2023-2024), 2025 (ciclo 2024-2025).
Objetivo 4 Aumentar a capacidade de inovação	Realizar 32 ações de disseminação e formação sobre propriedade intelectual, empreendedorismo e inovação	Número de eventos/capacitações direcionados para disseminação e formação sobre empreendedorismo e inovação.
	Aprovar 32 empresas em editais de incubação de empresas	Número de projetos/empreendimentos incubados.
	Realizar 16 premiações por ano voltadas a pesquisas inovadoras	Número de pesquisadores habilitados em premiação voltada à inovação (p. ex. inserção no Prêmio Meninas e Mulheres na Ciência e Prêmio de Excelência Acadêmica / PIBITI).
	Realizar no mínimo 40 atendimentos a pesquisadores voltados a parcerias de Pesquisa e Desenvolvimento com empresas e outras instituições	Número de atendimentos a pesquisadores realizados pelo NIT/Ufal
	Disponibilizar 2 instrumentos legais vinculados ao Marco Legal de C,T&I e 2 cartilhas informativas sobre o tema até 2026 (COM PROGINST)	Instrumentos legais vinculados ao Marco Legal de C,T&I disponibilizados no site da Ufal

DIMENSÃO PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	METAS	INDICADORES
Objetivo 4 Aumentar a capacidade de inovação	Realizar 640 atendimentos a inventores da comunidade acadêmica e externos. Realizar 160 proteções da propriedade intelectual por ano. Realizar 12 ofertas públicas de tecnologias por ano	Número de atendimentos a inventores registrados pelo NIT/Ufal. Número de proteções de Propriedade Intelectual realizadas pelo NIT/Ufal. Número de ofertas de transferências de tecnologia publicadas pela Ufal
	Melhorar a redação das patentes e respostas a pareceres, aumentando o número de patentes em 10%	Número de patentes concedidas (* número acumulada)
	Aumentar em 3% o número de inventores internos e externos à Ufal	Número de técnicos, discentes e docentes autores/inventores da Ufal Número de técnicos e docentes autores/inventores Externos

Quadro 4: Dimensão Extensão e Cultura - objetivos, metas e indicadores

DIMENSÃO EXTENSÃO E CULTURA

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	METAS	INDICADORES
Objetivo 1 Ampliar e consolidar a extensão e a cultura desenvolvida pela Universidade	Ampliar em 10% a cada ano, a partir de 2026 até 2032, o número de ações extensionistas e culturais desenvolvidas pela Ufal	Número total de ações de extensão e cultura desenvolvidas pela Ufal
	Ampliar em média 15%, a cada ano, até 2032, o número de ações extensionistas e culturais desenvolvidas pela Ufal voltadas para formação docente a educadores de escola básica.	Número total de ações de extensão e cultura para formação docente em educação básica
	Ampliar em 3% a cada ano, a partir de 2026 até 2032, o número de ações extensionistas relacionadas à Cultura, desenvolvidas com apoio da Ufal	Número total de ações de extensão vinculadas à Cultura desenvolvidas pela Ufal
	Ampliar em média 5%, a cada ano, a partir de 2026 até 2032, o número total de docentes envolvidos em ações de extensão e cultura desenvolvidas pela Ufal	Número total de docentes envolvidos em ações de extensão e cultura desenvolvidas pela Ufal
	Ampliar em 3%, a cada ano, até 2032, o número total de técnicos envolvidos em ações de extensão e cultura desenvolvidas pela Ufal	Número total de técnicos envolvidos em ações de extensão e cultura desenvolvidas pela Ufal
	Ampliar em 12%, a cada ano, até 2032, o número total de estudantes em ações de extensão e cultura desenvolvidas pela Ufal	Número total de estudantes envolvidos em ações de extensão e cultura desenvolvidas pela Ufal

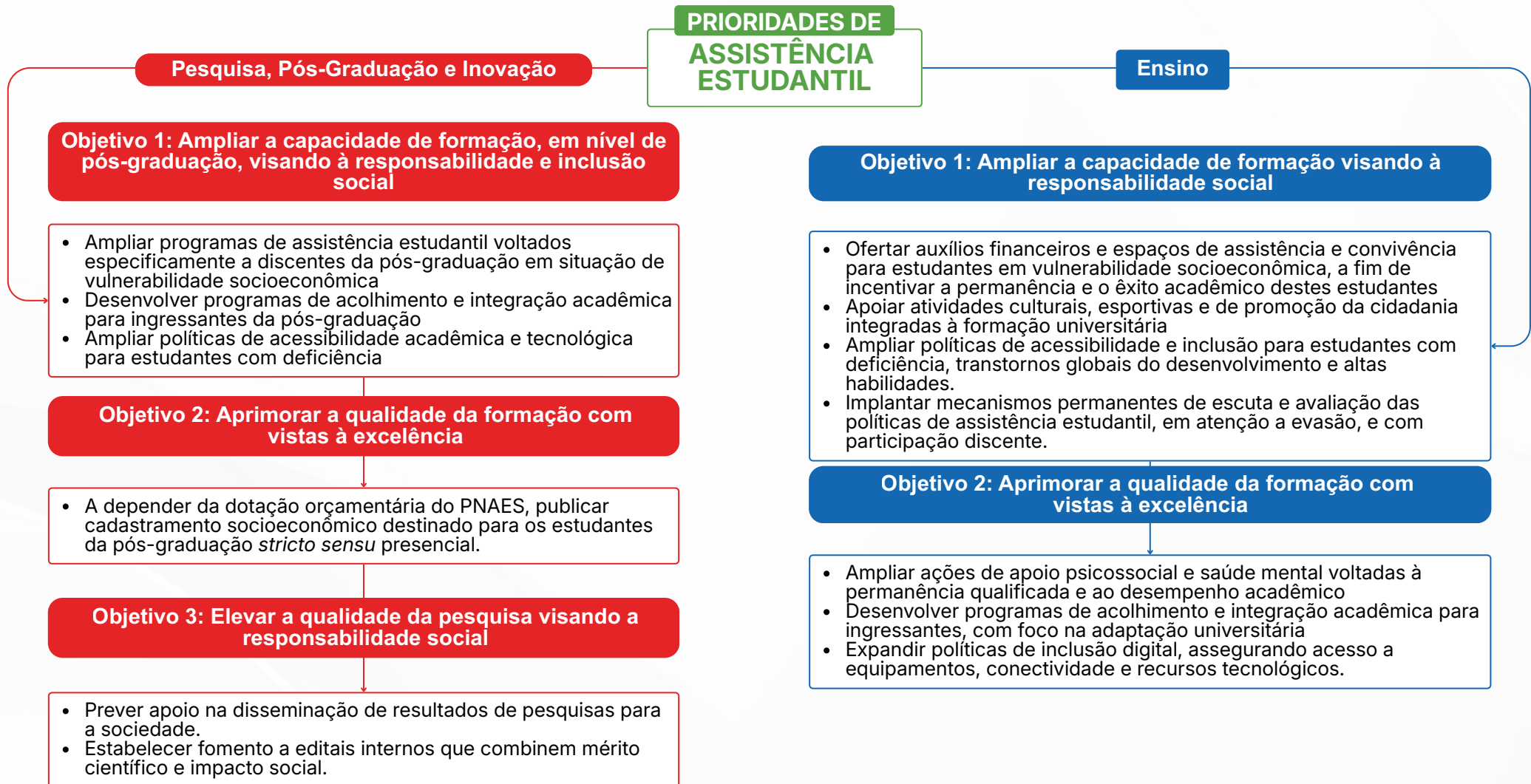
4.5 PRIORIDADES ESTRATÉGICAS

Infográfico 8: Prioridade estratégica da Governança





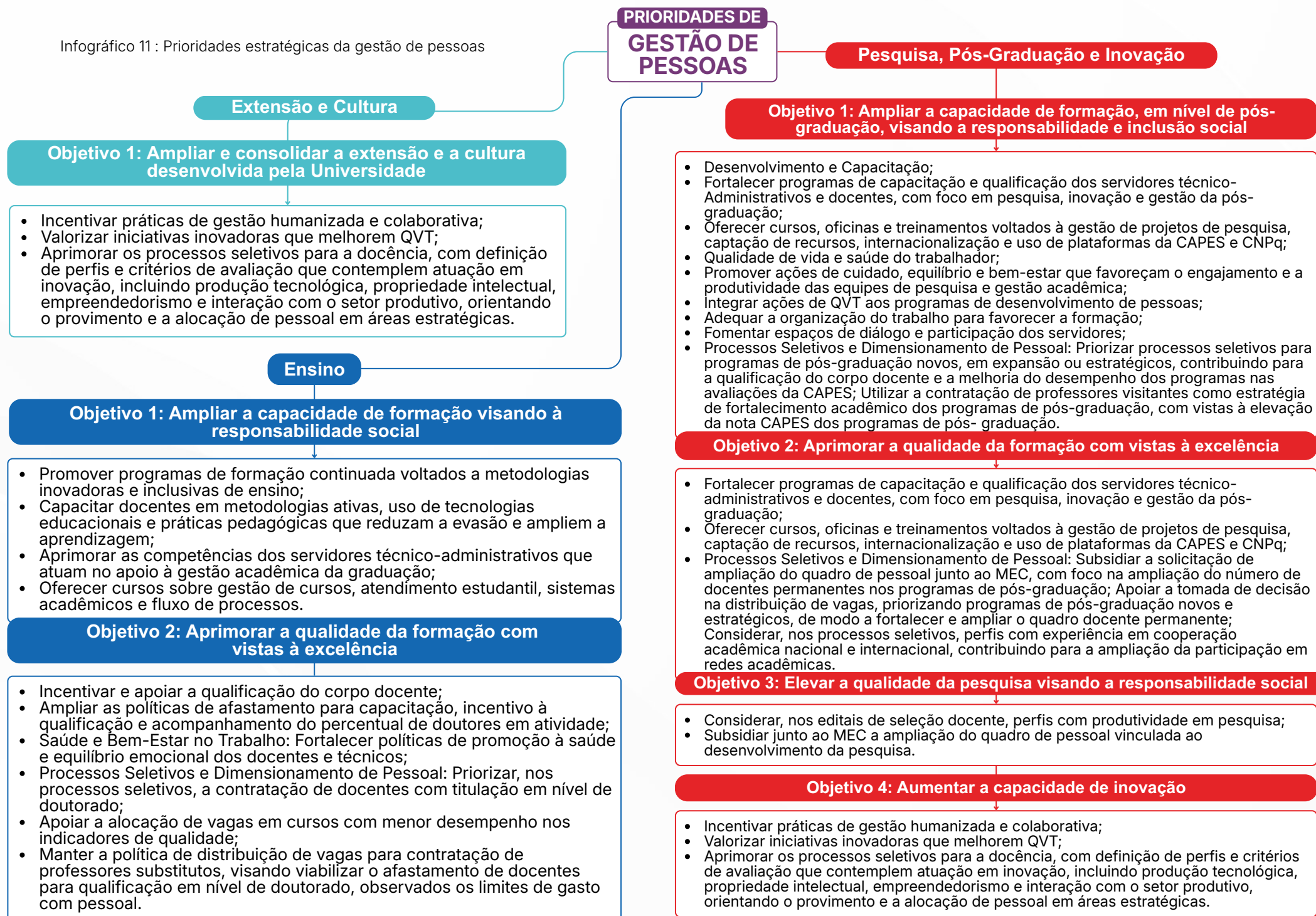
Infográfico 9: Prioridades estratégicas da Assistência Estudantil

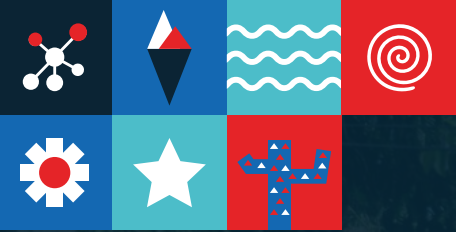


Infográfico 10: Prioridades estratégicas da infraestrutura



Infográfico 11 : Prioridades estratégicas da gestão de pessoas





5. DIMENSÕES FINALÍSTICAS INSTITUCIONAIS



5. DIMENSÕES FINALÍSTICAS INSTITUCIONAL

Os indicadores oficiais de qualidade das Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, públicas ou privadas, são definidos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

A avaliação institucional, conduzida pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), é realizada nos processos de credenciamento e credenciamento das instituições de ensino superior. Essa avaliação utiliza dois principais indicadores: o Índice Geral de Cursos (IGC) e o Conceito Institucional (CI). Já na avaliação dos cursos, são considerados o Conceito Preliminar de Curso (CPC) e o Conceito de Curso (CC).



Consulte a íntegra do último [Relatório de Recredenciamento da Ufal](#).

Em relação aos indicadores nacionais de avaliações do INEP/MEC, definidos pelo SINAES, a Ufal apresentou o seguinte cenários entre os anos 2023 e 2024:

Tabela 1: Índices Institucionais de Avaliação Educacional

Indicador de Avaliação	Sigla	Valor/Pontuação	Categoria
Índice Geral de Cursos	IGC	4	Institucional
Conceito Institucional	CI	4	Institucional
Conceito médio do doutorado	CMD	4,41	Doutorado
Conceito médio do mestrado	CMM	4,19	Mestrado

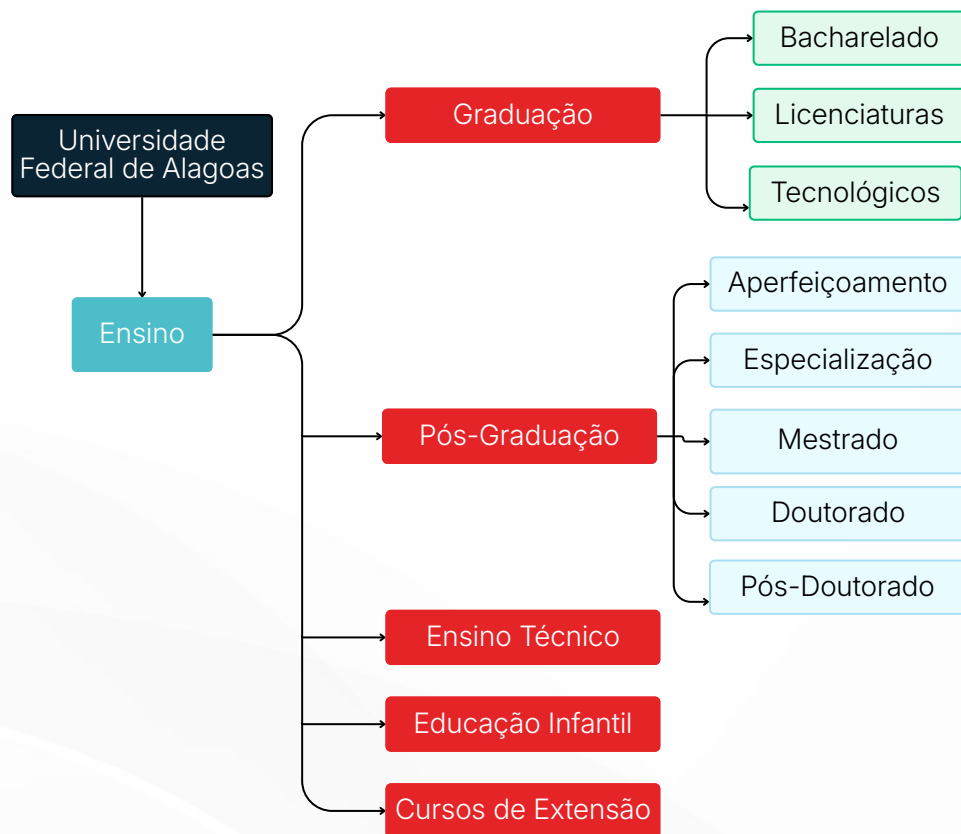
Fonte: Censo da Educação Superior de 2025

5.1 ENSINO

A Universidade Federal de Alagoas atua na área de ensino, de acordo com seu Estatuto e Regimento Geral, e oferece curso nas modalidades presencial ou a distância, nos seguintes níveis:



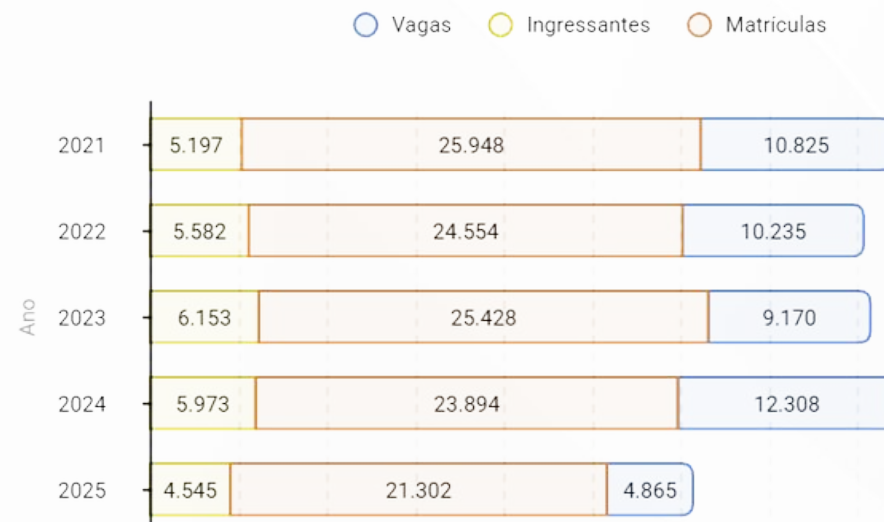
Infográfico 12: Oferta de cursos na Ufal



Fonte: Elaboração própria, 2026

Atuando em 4 *Campi* (*Campus* A. C. Simões, *Campus* de Engenharias e Ciências Agrárias, *Campus* de Arapiraca (Sede - Arapiraca, Unidade Educacional de Palmeira dos Índios e Unidade Educacional de Penedo), *Campus* do Sertão (Sede - Delmiro Gouveia e Unidade Educacional de Santana do Ipanema), os números gerais da Ufal compreendidos entre os anos de 2021 e 2025, resultado das matrículas, ingressantes e vagas, pode ser observados no gráfico 1 a seguir:

Gráfico 1: Evolução de vagas, ingressantes e matrículas (2021-2025)



Fonte: ufal.numeros/COPEVE

A Ufal ofertou 103 cursos de graduação em 2025, sendo 93 presenciais e 7 na modalidade a distância, com cerca de 21.302 (vinte e um mil, trezentos e dois) discentes com matrícula ativa, conforme dados do Censo do Ensino Superior do respectivo ano acadêmico. A tabela a seguir, detalha esse conjunto, apresentando local de oferta (*campus*/Unidade Educacional), turno, modalidade (presencial ou a distância), grau (bacharelado, licenciatura ou tecnologia), vagas ofertadas (considerando 2 semestres letivos).

Tabela 2: Cursos de graduação Ufal (Grau, modalidade, curso, *campus*/Unidade de ensino, vagas anuais)

Grau	Modalidade	Curso	Nome do Campus	Vagas Anuais
Bacharelado	Presencial	Administração	<i>Campus</i> A. C. Simões	160
Bacharelado	Presencial	Administração	<i>Campus</i> Arapiraca - Sede	50
Bacharelado	Presencial	Administração Pública	<i>Campus</i> Arapiraca - Sede	40
Bacharelado	Presencial	Agroecologia	<i>Campus</i> A. C. Simões	50
Bacharelado	Presencial	Agroecologia	<i>Campus</i> de Engenharias e Ciências Agrárias (CECA)	50
Tecnológico	Presencial	Agroecologia	<i>Campus</i> Ceca - Unidade Educacional Viçosa	60
Bacharelado	Presencial	Agronomia	<i>Campus</i> Arapiraca - Sede	50
Bacharelado	Presencial	Agronomia	<i>Campus</i> de Engenharias e Ciências Agrárias (CECA)	80
Bacharelado	Presencial	Arquitetura e Urbanismo	<i>Campus</i> A. C. Simões	72
Bacharelado	Presencial	Arquitetura e Urbanismo	<i>Campus</i> Arapiraca - Sede	40
Bacharelado	Presencial	Biblioteconomia	<i>Campus</i> A. C. Simões	50
Bacharelado	Presencial	Ciência da Computação	<i>Campus</i> A. C. Simões	80
Bacharelado	Presencial	Ciência da Computação	<i>Campus</i> Arapiraca - Sede	50
Licenciatura	Presencial	Ciências Biológicas	<i>Campus</i> A. C. Simões	75
Licenciatura	Presencial	Ciências Biológicas	<i>Campus</i> Arapiraca - Sede	50
Licenciatura	Presencial	Ciências Biológicas	<i>Campus</i> Arapiraca - Unidade Educacional Penedo	50

Grau	Modalidade	Curso	Nome do Campus	Vagas Anuais
Bacharelado	Presencial	Ciências Biológicas	<i>Campus A. C. Simões</i>	60
Bacharelado	Presencial	Ciências Contábeis	<i>Campus A. C. Simões</i>	160
Bacharelado	Presencial	Ciências Contábeis	<i>Campus do Sertão - Unidade Educacional de Santana do Ipanema (Nova)</i>	80
Bacharelado	Presencial	Ciências Econômicas	<i>Campus A. C. Simões</i>	120
Bacharelado	Presencial	Ciências Econômicas	<i>Campus do Sertão - Unidade Educacional de Santana do Ipanema (Nova)</i>	80
Bacharelado	Presencial	Ciências Sociais	<i>Campus A. C. Simões</i>	40
Licenciatura	Presencial	Ciências Sociais	<i>Campus A. C. Simões</i>	60
Licenciatura	Semipresencial	Ciências Sociais	<i>Campus A. C. Simões</i>	125
Licenciatura	Presencial	Ciências: Biologia, Física e Química	<i>Campus do Sertão - Sede</i>	60
Licenciatura	Presencial	Dança	<i>Campus A. C. Simões</i>	35
Bacharelado	Presencial	Design	<i>Campus A. C. Simões</i>	60
Bacharelado	Presencial	Direito	<i>Campus A. C. Simões</i>	156

Grau	Modalidade	Curso	Nome do <i>Campus</i>	Vagas Anuais
Bacharelado	Presencial	Educação Física	<i>Campus</i> A. C. Simões	70
Licenciatura	Presencial	Educação Física	<i>Campus</i> A. C. Simões	70
Licenciatura	Presencial	Educação Física	<i>Campus</i> Arapiraca - Sede	50
Bacharelado	Presencial	Enfermagem	<i>Campus</i> A. C. Simões	60
Bacharelado	Presencial	Enfermagem	<i>Campus</i> Arapiraca - Sede	40
Bacharelado	Presencial	Engenharia Ambiental e Sanitária	<i>Campus</i> A. C. Simões	40
Bacharelado	Presencial	Engenharia Cartográfica e de Agrimensura	<i>Campus</i> de Engenharias e Ciências Agrárias (CECA)	30
Bacharelado	Presencial	Engenharia Civil	<i>Campus</i> A. C. Simões	80
Bacharelado	Presencial	Engenharia Civil	<i>Campus</i> do Sertão - Sede	80
Bacharelado	Presencial	Engenharia de Computação	<i>Campus</i> A. C. Simões	60
Bacharelado	Presencial	Engenharia de Energia	<i>Campus</i> de Engenharias e Ciências Agrárias (CECA)	55
Bacharelado	Presencial	Engenharia de Pesca	<i>Campus</i> Arapiraca - Unidade Educacional Penedo	50

Grau	Modalidade	Curso	Nome do <i>Campus</i>	Vagas Anuais
Bacharelado	Presencial	Engenharia de Petróleo	<i>Campus</i> A. C. Simões	40
Bacharelado	Presencial	Engenharia de Produção	<i>Campus</i> Arapiraca - Unidade Educacional Penedo	50
Bacharelado	Presencial	Engenharia de Produção	<i>Campus</i> do Sertão - Sede	80
Bacharelado	Presencial	Engenharia Elétrica	<i>Campus</i> de Engenharias e Ciências Agrárias (CECA)	40
Bacharelado	Presencial	Engenharia Florestal	<i>Campus</i> de Engenharias e Ciências Agrárias (CECA)	55
Bacharelado	Presencial	Engenharia Química	<i>Campus</i> A. C. Simões	80
Bacharelado	Presencial	Farmácia	<i>Campus</i> A. C. Simões	60
Licenciatura	Presencial	Filosofia	<i>Campus</i> A. C. Simões	60
Bacharelado	Presencial	Física	<i>Campus</i> A. C. Simões	40
Licenciatura	Presencial	Física	<i>Campus</i> A. C. Simões	40
Licenciatura	Presencial	Física	<i>Campus</i> Arapiraca - Sede	50
Bacharelado	Presencial	Geografia	<i>Campus</i> A. C. Simões	80

Grau	Modalidade	Curso	Nome do <i>Campus</i>	Vagas Anuais
Licenciatura	Presencial	Geografia	<i>Campus</i> A. C. Simões	80
Licenciatura	Presencial	Geografia	<i>Campus</i> do Sertão - Sede	80
Bacharelado	Presencial	História	<i>Campus</i> A. C. Simões	40
Licenciatura	Presencial	História	<i>Campus</i> A. C. Simões	60
Licenciatura	Presencial	História	<i>Campus</i> do Sertão - Sede	80
Bacharelado	Presencial	Jornalismo	<i>Campus</i> A. C. Simões	80
Licenciatura	Presencial	Letras - Espanhol	<i>Campus</i> A. C. Simões	40
Licenciatura	Semipresencial	Letras - Espanhol	<i>Campus</i> A. C. Simões	150
Licenciatura	Presencial	Letras - Francês	<i>Campus</i> A. C. Simões	20
Licenciatura	Presencial	Letras - Inglês	<i>Campus</i> A. C. Simões	40
Licenciatura	Semipresencial	Letras - Inglês	<i>Campus</i> A. C. Simões	150
Licenciatura	Presencial	Letras - Libras	<i>Campus</i> A. C. Simões	30

Grau	Modalidade	Curso	Nome do <i>Campus</i>	Vagas Anuais
Licenciatura	Presencial	Letras - Língua Portuguesa	<i>Campus</i> Arapiraca - Sede	40
Licenciatura	Presencial	Letras - Língua Portuguesa	<i>Campus</i> do Sertão - Sede	80
Licenciatura	Presencial	Letras - Português	<i>Campus</i> A. C. Simões	60
Licenciatura	Presencial	Letras - Português	<i>Campus</i> do Sertão - Sede	60
Licenciatura	Semipresencial	Letras - Português	<i>Campus</i> A. C. Simões	250
Bacharelado	Presencial	Matemática	<i>Campus</i> A. C. Simões	20
Licenciatura	Presencial	Matemática	<i>Campus</i> A. C. Simões	120
Licenciatura	Presencial	Matemática	<i>Campus</i> Arapiraca - Sede	50
Licenciatura	Semipresencial	Matemática	<i>Campus</i> A. C. Simões	220
Bacharelado	Presencial	Medicina	<i>Campus</i> A. C. Simões	100
Bacharelado	Presencial	Medicina	<i>Campus</i> Arapiraca - Sede	60
Bacharelado	Presencial	Medicina Veterinária	<i>Campus</i> Ceca - Unidade Educacional Viçosa	60

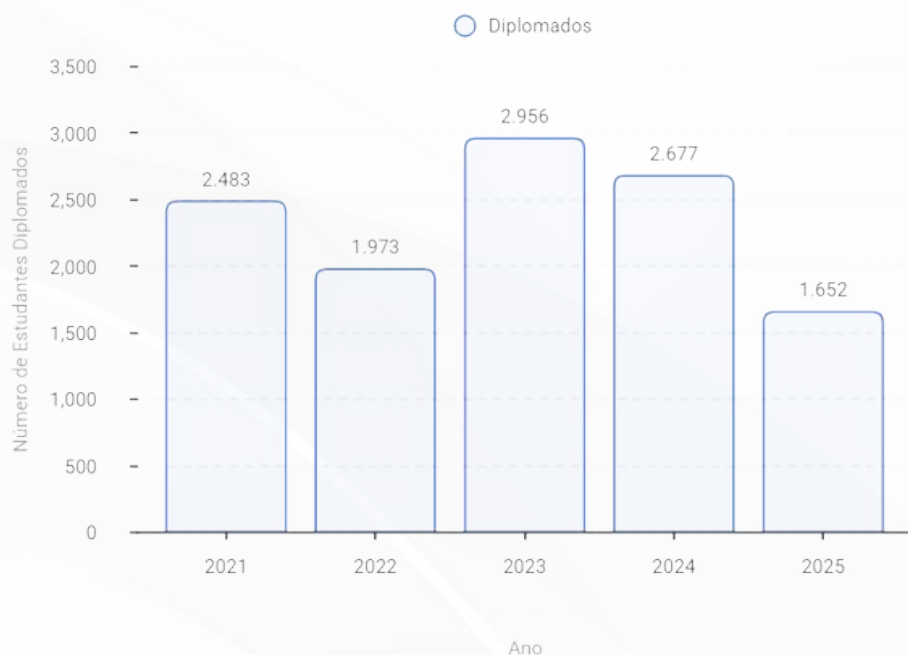
Grau	Modalidade	Curso	Nome do <i>Campus</i>	Vagas Anuais
Bacharelado	Presencial	Meteorologia	<i>Campus</i> A. C. Simões	60
Licenciatura	Presencial	Música	Espaço Cultural Universitário	30
Bacharelado	Presencial	Nutrição	<i>Campus</i> A. C. Simões	60
Bacharelado	Presencial	Odontologia	<i>Campus</i> A. C. Simões	60
Licenciatura	Presencial	Pedagogia	<i>Campus</i> A. C. Simões	240
Licenciatura	Presencial	Pedagogia	<i>Campus</i> Arapiraca - Sede	40
Licenciatura	Presencial	Pedagogia	<i>Campus</i> do Sertão - Sede	140
Licenciatura	Semipresencial	Pedagogia	<i>Campus</i> A. C. Simões	170
Bacharelado	Presencial	Psicologia	<i>Campus</i> A. C. Simões	80
Bacharelado	Presencial	Psicologia	<i>Campus</i> Arapiraca - Unidade Educacional Palmeira dos Índios	50
Bacharelado	Presencial	Química	<i>Campus</i> A. C. Simões	40
Licenciatura	Presencial	Química	<i>Campus</i> A. C. Simões	110

Grau	Modalidade	Curso	Nome do <i>Campus</i>	Vagas Anuais
Licenciatura	Presencial	Química	<i>Campus</i> Arapiraca - Sede	50
Licenciatura	Semipresencial	Química	<i>Campus</i> A. C. Simões	75
Bacharelado	Presencial	Química Tecnológica e Industrial	<i>Campus</i> A. C. Simões	40
Bacharelado	Presencial	Relações Públicas	<i>Campus</i> A. C. Simões	80
Bacharelado	Presencial	Serviço Social	<i>Campus</i> A. C. Simões	140
Bacharelado	Presencial	Serviço Social	<i>Campus</i> Arapiraca - Unidade Educacional Palmeira dos Índios	50
Bacharelado	A Distância	Sistemas de Informação	<i>Campus</i> A. C. Simões	200
Bacharelado	Presencial	Sistemas de Informação	<i>Campus</i> Arapiraca - Unidade Educacional Penedo	50
Licenciatura	Presencial	Teatro	<i>Campus</i> A. C. Simões	40
Bacharelado	Presencial	Turismo	<i>Campus</i> Arapiraca - Unidade Educacional Penedo	50
Bacharelado	Presencial	Zootecnia	<i>Campus</i> de Engenharias e Ciências Agrárias (CECA)	70

Fonte: PROGRAD/PEI

No ano letivo de 2024, a Ufal diplomou 2.677 discentes, sendo este o ano base para os dados do PDI, considerando ser o último ano letivo que contemplou os dois semestres letivos regulares. O número de discentes formados, ou seja, que cumpriram toda a carga horária curricular e colaram grau, é um dado relevante em relação à atividade finalista do ensino e converge diretamente com o objetivo permanente de se elevar a taxa de sucesso dos cursos de graduação.

Gráfico 2: Discentes diplomados entre 2021 e 2025



Fonte: <https://numeros.ufal.br/>

5.1.1 Ensino EAD

A Educação a Distância atua de forma estratégica, tendo como missão ampliar o acesso ao ensino superior público e de qualidade em todo o estado de Alagoas, promovendo a interiorização da universidade por meio do uso de tecnologias digitais e de metodologias inovadoras de ensino-aprendizagem. Entre suas principais atribuições, destacam-se: a oferta de cursos de graduação, especialização e extensão, em articulação com o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB); a gestão e manutenção do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e de demais ferramentas tecnológicas institucionais, como o Moodle Ufal; além da capacitação e do suporte técnico e pedagógico a docentes, tutores e gestores envolvidos nas ações de EaD.

O crescimento expressivo dessa modalidade, que atualmente ultrapassa a marca de quatro mil discentes matriculados, reflete o impacto positivo das iniciativas empreendidas, reafirmando o papel da universidade como promotora da inclusão educacional e do desenvolvimento social em Alagoas.

5.1.2 Ensino Técnico

O ensino técnico na universidade valoriza as expressões culturais locais, amplia o acesso à educação profissional e se compromete com a permanência e o êxito estudantil, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região por meio da economia criativa, da inclusão social e do fortalecimento da identidade cultural alagoana.

Pautada em princípios como inclusão, equidade, inovação, sustentabilidade e participação democrática, a instituição promove

uma gestão colaborativa e ética, estimulando a criatividade, o compromisso social e o reconhecimento das manifestações culturais de Alagoas.

Assim, busca não apenas qualificar seus egressos para o mundo do trabalho e a economia criativa, mas também fortalecer a cidadania e as tradições da região. A Escola Técnica de Artes da Ufal proporcionou, no ano de 2025, o acesso de 198 (cento e noventa e oito) discentes aos seus cursos técnicos regulares, conforme tabela a seguir. Além da oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada -FIC, oferecidos para alunos do EJA do estado, do Ensino Médio, da rede estadual, formando 373 alunos em 2025.

Mais informações podem ser acessadas por meio do link: <https://eta.ufal.br/>

Figura 11: logotipo ETA



Fonte: Ufal/ETA:

Tabela 3: Quantitativo de matrícula por curso técnico em 2025

Nome do Curso	Total de Discentes com Matrícula Ativa
Curso Técnico Em Dança	50
Curso Técnico Em Arte Dramática	57
Curso Técnico Em Produção De Moda	58
Curso Técnico Em Canto - Canto Erudito	8
Curso Técnico Em Instrumento Musical - Piano	9
Curso Técnico Em Instrumento Musical - Percussão	3
Curso Técnico Em Instrumento Musical - Violino	4
Curso Técnico Em Instrumento Musical - Clarineta	3
Curso Técnico Em Instrumento Musical - Saxofone	5
Curso Técnico Em Instrumento Musical - Violoncelo	1
TOTAL	198

Fonte: SIGAA – Módulo Técnico – Relatório – Quantitativo - Quantitativo de Alunos Matriculados Por Ano, Período, Faixa Etária e Habilitação. Consulta em: 24/08/2026;



5.1.3 Educação Infantil

A educação infantil vivenciou uma transformação significativa a partir de uma parceria estabelecida com o Governo de Alagoas, por meio do Programa Cria. O novo prédio do Colégio de Aplicação Telma Vitória (CAPTV) passou a abrigar a educação infantil e o 1º ano do Ensino Fundamental, atendendo mais de 100 crianças e integrando-se de forma plena aos pilares de ensino, pesquisa e extensão da universidade, além de servir como campo de estágio para estudantes de diversos cursos. Com uma estrutura moderna, projetada para o cuidado e a formação integral das crianças, a iniciativa reforça o compromisso da Ufal com a oferta de uma educação infantil pública de qualidade, baseada em práticas pedagógicas inovadoras e voltada ao desenvolvimento desde os primeiros anos de vida.

Tabela 4: Quantitativo de matrículas na educação infantil em 2025

Nível de Ensino/Turma	Número de Matrículas
Maternal 1	16
Maternal 2	16
1º Período	20
2º Período - Turma A	20
2º Período - Turma B	20

Fonte: Prograd

5.2 PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPEP) constitui uma unidade estratégica fundamental para o cumprimento da missão institucional da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), conforme delineado neste Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

A Propep desempenha um papel estratégico no fortalecimento das atividades de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica, atuando como um núcleo de articulação e regulamentação desses pilares fundamentais. Sua missão é promover a excelência acadêmica e científica, assegurando a formação de profissionais altamente qualificados e incentivando o desenvolvimento de soluções inovadoras que impactem positivamente a sociedade. Além disso, a Propep é responsável por fomentar a integração entre a comunidade acadêmica e os setores produtivos, garantindo a transferência de conhecimento e tecnologia. Por meio de uma gestão eficiente e comprometida, busca consolidar uma cultura de inovação e contribuir para o avanço científico e tecnológico do país.

Ao integrar estas dimensões com o desenvolvimento socioeconômico regional, a Propep alinha-se diretamente aos Objetivos Estratégicos da Ufal, buscando a contínua expansão do conhecimento e a consolidação da Universidade como polo gerador de soluções para os desafios contemporâneos da sociedade.

A estrutura organizacional da PROPEP, detalhada a seguir, está pautada para garantir a eficiência na execução de políticas, a conformidade legal e o suporte integral à comunidade acadêmica em todas as suas atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I).

Pós-Graduação

- Gestão e acompanhamento das atividades relacionadas à pós-graduação, abrangendo tanto os Programas *Stricto Sensu* (Mestrado e Doutorado) quanto os Programas *Lato Sensu* (Especialização).
- Gerenciamento do Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP/CAPES);
- Gestão do processo de Reconhecimento de Diplomas Estrangeiros e o acompanhamento de programas de Residência em Saúde.

Pesquisa

- Programas Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBIC, PIBITI, PIBIC Ações afirmativas, PIBIC Ensino Médio))
- Fomento à Pesquisa (Editais Internos e Externos)
- Grupos de pesquisa (DGP-CNPQ)
- Plataforma de equipamentos Multiusuários (PNIPE/PMulti)
- Patrimônio Genético e Conhecimento Tradicional Associado- SisGen -
- Comitês de Ética (CEP / CEUA)
- CNPEM/Ufal
- Instalação Animal

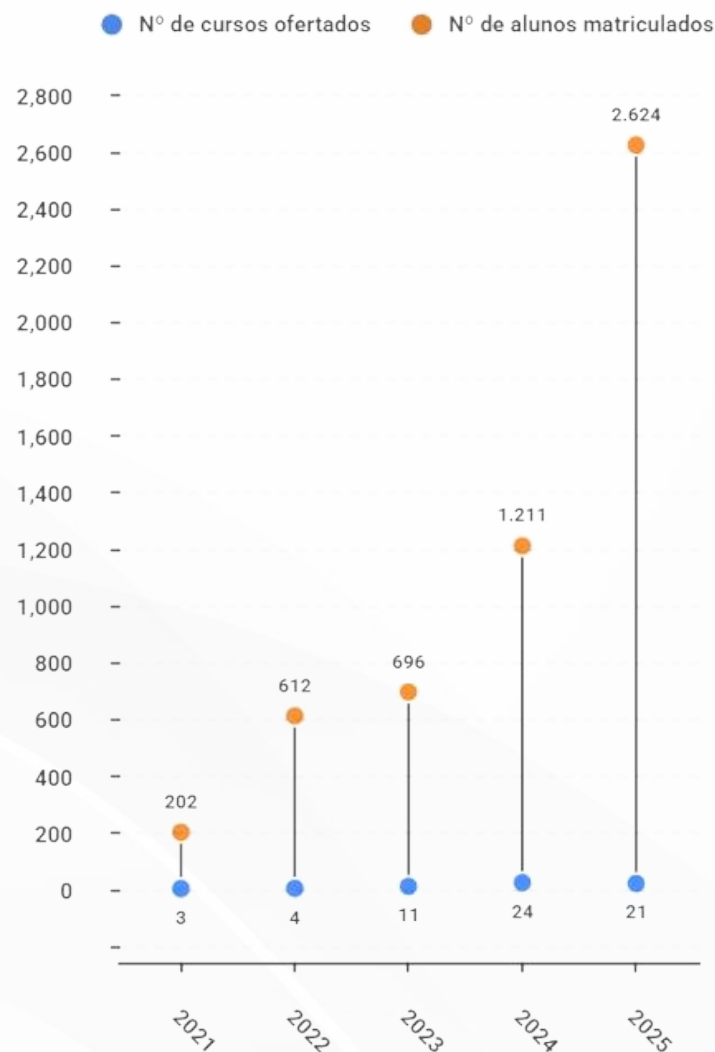
Inovação e Empreendedorismo

- Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT)
- Propriedade Intelectual e Patentes
- Transferência de Tecnologia
- Vitrine Tecnológica
- Gerenciamento de Incubadoras

A pós-graduação/Pesquisa/Inovação

A Universidade Federal de Alagoas (Ufal) vem consolidando avanços significativos no ensino de pós-graduação, reafirmando seu papel estratégico na formação avançada de recursos humanos, na produção de conhecimento científico e tecnológico e na geração de inovações. Nesse contexto, a Ufal oferece cursos de pós-graduação nos níveis *lato sensu* e *stricto sensu*, contribuindo para o fortalecimento da pesquisa e o desenvolvimento científico da região e do país.

A pós-graduação *lato sensu* (especializações) compreende cursos oferecidos pela Ufal com o objetivo de aprofundar conhecimentos específicos e teórico-práticos adquiridos após a graduação, elevar o desempenho profissional e ampliar a qualificação em áreas de atuação específicas, abrangendo diferentes campos profissionais e científicos. Essa modalidade pode ter caráter contínuo ou temporário e ser presencial ou a distância (EAD).

Gráfico 3: Evolução dos cursos/matriculas *lato sensu* (2021 a 2025)

Fonte: Relatório de Gestão/2021 a 2024 e *Dados fornecidos pela CPG/Propep, até Nov/25.

Os cursos de pós-graduação *stricto sensu* oferecidos pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal) têm como propósito principal o aprofundamento da formação acadêmica adquirida na graduação, visando à capacitação de profissionais altamente qualificados nas modalidades acadêmica e profissional. Esses programas contemplam dois níveis de titulação: o mestrado, que busca ampliar competências e pode servir como etapa preparatória para o doutorado ou ser considerado como formação terminal; e o doutorado, que proporciona uma formação científica avançada, incentivando a pesquisa, a criatividade e a geração de conhecimento original.

Assim, a Ufal contribui para o desenvolvimento de recursos humanos especializados em pesquisa, inovação tecnológica e ensino superior, atendendo às demandas do mercado e promovendo o avanço científico e acadêmico.

Atualmente, a Ufal conta com 56 Programas de Pós-graduação (PPGs), concentrando 90% dos cursos de mestrado, 65% dos mestrados profissionais e 91% dos cursos de doutorado existentes em todo o estado de Alagoas. Esses programas estão distribuídos entre diversas áreas do conhecimento, estruturados conforme as demandas regionais de formação e desenvolvimento, como demonstrado na tabela a abaixo.

Tabela 5: Programas, nome dos cursos, modalidades e conceitos e unidades vinculadas em 2025

Tipo/Nome do Programa	Mestrado	Doutorado	Mestrado Profissional	Unidade
Acadêmico				
Antropologia Social	3			ICS
Agricultura e Ambiente	3			Campus Arapiraca
Agronomia (Produção Vegetal)	4	4		CECA
Ciência Animal	4	4		CECA
Ciência da Informação	4			ICHCA
Ciência Política	A			ICS
Ciências Ambientais	A			Campus Arapiraca
Ciências da Saúde	5	5		ICBS
Ciências Farmacêuticas	4	4		ICF
Ciências Médicas	4			FAMED

Tipo/Nome do Programa	Mestrado	Doutorado	Mestrado Profissional	Unidade
Comunicação	A			ICHCA
Dinâmica do Espaço Habitado	4	4		FAU
Direito	4			FDA
Diversidade Biológica e Conservação nos	7	7		ICBS
Economia	4			FEAC
Educação	4			CEDU
Energias Renováveis	3			CECA
Enfermagem	4			ESENFAR
Engenharia Civil	4	4		CTEC



Tipo/Nome do Programa	Mestrado	Doutorado	Mestrado Profissional	Unidade
Engenharia Química	4	4		CTEC
Ensino e Formação de Professores	4			Campus Arapiraca
Filosofia	4			ICF
Física	6	6		IF
Geografia	4	4		IGDEMA
História	4	4		ICHCA
Informática	4			IC
Linguística e Literatura	5	5		FALE
Matemática	5	5		IM
Materiais	4	4		CTEC



Tipo/Nome do Programa	Mestrado	Doutorado	Mestrado Profissional	Unidade
Meteorologia	4			ICAT
Nutrição	5	5		FANUT
Odontologia	A			FOUFAL
Proteção de Plantas	4	4		IP
Psicologia	5	5		IGDEMA
Química e Biotecnologia	5	5		IQB
Recursos Hídricos e Saneamento	4	4		CTEC
Serviço Social	4	4		FSSO
Sociologia	4			ICS

Tipo/Nome do Programa	Mestrado	Doutorado	Mestrado Profissional	Unidade
Acadêmico (rede)				
Matemática - Ufba-Ufal		4		IM
Multicêntrico em Bioquímica e Biologia Molecular	5	5		IQB
PAPGCM - Ciência do Movimento	3			IEFE
RENOEM – Rede Nordeste de Ensino		4		CEDU
Renorbio - Rede Nordeste de Biotecnologia		6		IQB

Tipo/Nome do Programa	Mestrado	Doutorado	Mestrado Profissional	Doutorado Profissional	Unidade
Profissionais (sede)					
Ensino de Ciências e Matemática			3		IM
Profissionais (Sede e Rede)					
PROFNIT - Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação			4		IQB
Profissionais (Rede)					
MNPEF – Ensino de Física			5	5	IF
PROEF – Educação Física			4		IEFE
PROFBIO – Ensino de Biologia			5		ICBS



PROFLETRAS			4		FALE
PROFMAT -Matemática em Rede Nacional			5	5	IM
PROFMAT Matemática em Rede Nacional			5	5	<i>Campus Arapiraca</i>
PROFIAP - Administração Pública em Rede Nacional			3		FEAC
PROPGEES - Educação Especial			3		IEFE
PROFQUI - Química em Rede Nacional			4		IQB
PRÓ-SAÚDE - Saúde da Família			4		FAMED

Fonte: PROPEP



A Universidade Federal de Alagoas (Ufal) tem demonstrado avanços significativos na qualidade de seus Programas de Pós-Graduação (PPGs), consolidando-se como uma referência no desenvolvimento acadêmico e científico. Esse progresso reflete o compromisso da instituição em promover a excelência na formação de pesquisadores e profissionais altamente qualificados, alinhados às demandas do mercado e da sociedade.

A ampliação da produção científica e o fortalecimento das linhas de pesquisa são resultados diretos de esforços contínuos na capacitação docente, investimentos em infraestrutura e parcerias estratégicas com instituições nacionais e internacionais.

Dessa forma, a Ufal reafirma seu papel como um importante polo de conhecimento, contribuindo para o avanço tecnológico, social e cultural do país

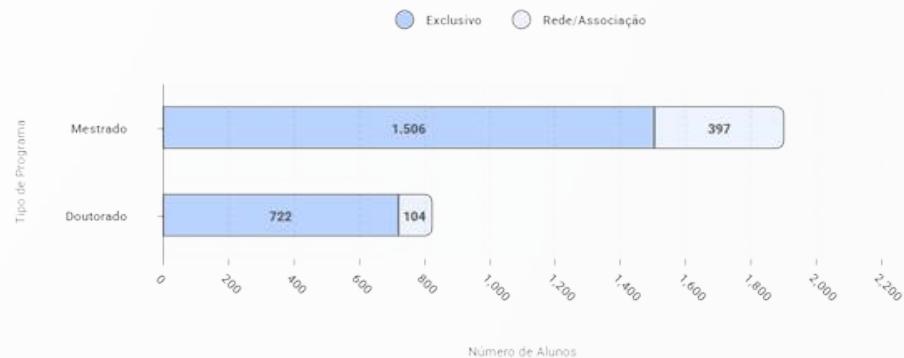
▶ Clique aqui para mais informações sobre a oferta de cursos e programas de pós-graduação *lato e stricto sensu*.

Gráfico 4: Discente matriculados na pós-graduação *Stricto Sensu* (até agosto de 2025)



Fonte: Propep

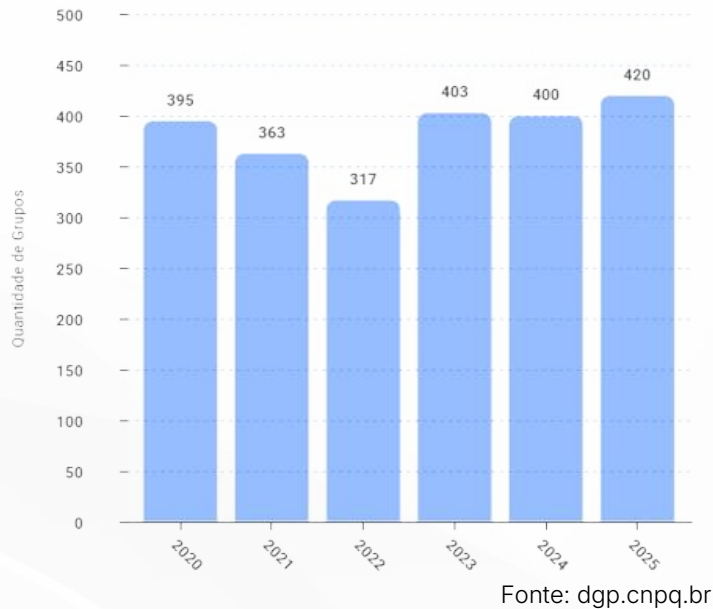
Gráfico 5: Alunos em Programas *Stricto Sensu* exclusivo ou associação (até agosto de 2025)



Fonte: Propep

Atualmente, a Ufal conta com 420 grupos de pesquisa certificados no CNPq, distribuídos em diversas áreas do conhecimento e articulados com os cursos de graduação e pós-graduação.

Gráfico 6: Quantitativo de grupos de pesquisa da Ufal (2020-2025)



A Ufal tem ampliado o incentivo à pesquisa de alto impacto e à melhoria da infraestrutura laboratorial. Essas ações fortalecem a pesquisa de excelência e, alinhada à sua política institucional, a universidade integrará duas redes do Capes Global, reafirmando seu compromisso com a colaboração científica internacional.

► Mais informações podem ser acessadas na página destinada às chamadas internas.

A universidade reforça a integração entre ensino, pesquisa e extensão por meio do PROEXT, regulamentado pela Chamada Interna nº 1/2024 – PROEXT-PG, que apoia ações de extensão nos níveis de mestrado e doutorado. No campo da inovação, incentiva a Transferência de Tecnologia (T&I) e divulga projetos e soluções por meio da Vitrine Tecnológica (vitrine.ufal.br), ampliando a visibilidade institucional e fortalecendo parcerias.

5.2.1 Produção Científica da Ufal

Os dados apresentados abaixo refletem a robustez e o engajamento do ecossistema de pesquisa da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), demonstrando sua capacidade de gerar conhecimento e formar recursos humanos.

Tabela 6: Números produção científica em 2025

Categoria	Valor Numérico
Alunos Não-Bolsistas IC/IT	2.119
Doutores Pesquisadores	858
Alunos Bolsistas IC/IT	650
Grupos de Pesquisa (DGP/CNPq)	420
Bolsistas de Produtividade (PQ e DT)	152
Mestres e Demais Pesquisadores	142

Fonte: PROPEP

A Universidade atingiu um marco histórico na excelência científica ao registrar um aumento expressivo de 25% no número de Bolsistas de Produtividade em Pesquisa (PQ) e em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora (DT).

A instituição celebra um avanço notável em sua produção científica, com uma elevação significativa de seu Índice H5, um indicador crucial de produtividade e impacto. Anteriormente, o desempenho da pesquisa, conforme dados do Scival, apontava um Índice H de 41. Isso significava que a Ufal possuía 41 publicações que haviam sido citadas 41 vezes ou mais em uma janela de cinco anos. No entanto, o desempenho mais recente da instituição demonstra um salto expressivo: o Índice H5 da Ufal subiu de 41 para 53.

O Índice H5 utiliza uma janela de publicação e citação de cinco anos, sendo uma forma justa e dinâmica de rastrear métricas de produtividade. O fato de o Índice H5 ter alcançado 53 atesta que, atualmente, a Ufal possui 53 publicações que receberam 53 citações ou mais, cada uma, no período de cinco anos. Este aumento de 12 pontos no Índice H5 (passando de 41 para 53) é um reflexo direto de:

- Aumento da Qualidade: Indica que um maior número de artigos da Ufal está sendo reconhecido e utilizado como referência pela comunidade científica global;

- Consolidação Estratégica: Evidencia o sucesso das políticas institucionais (como as ações da PROPEP) de fomento à publicação em periódicos de alto impacto e a investimentos na infraestrutura de pesquisa (CIMULTI);
- Maior Visibilidade: O salto no H5 consolida a Ufal nos rankings nacionais e internacionais, reforçando seu papel como polo de pesquisa no Nordeste e atrativo para parcerias e talentos.

Este crescimento demonstra a trajetória ascendente e a maturidade da pesquisa da Ufal, comprovando que a Universidade está gerando ciência cada vez mais relevante e influente. A performance recente da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) em métricas bibliométricas do Scopus/Scival demonstra uma aceleração notável tanto na produção quanto no impacto de sua pesquisa. Do ponto de vista da Ciência e Tecnologia, a comparação entre os períodos de 2023 e 2025 revela, assim, um aumento do Fator de Impacto e das Citações por Publicação.

O salto da média de citações por publicação de 7,2 (2023) para 12,4 (2025) é um indicador de excelência qualitativa. Nas métricas do Scopus/Scival, um aumento tão significativo aponta que a pesquisa da Ufal está mais influente: Os artigos publicados estão sendo referenciados em uma taxa muito maior pela comunidade científica global. Isso sugere que os trabalhos abordam temas de alta relevância e estão sendo publicados em periódicos de maior prestígio e alcance



. A instituição está direcionando seus pesquisadores para a publicação em journals mais bem ranqueados, o que naturalmente impulsiona a contagem de citações. Este índice é crucial para rankings globais, reforçando a reputação da Ufal como uma instituição que não apenas produz, mas que produz ciência de alto impacto.

O aumento de 4.320 para 7.024 artigos publicados em um período de três anos demonstra uma expansão robusta e acelerada da capacidade produtiva da Ufal. Este crescimento quantitativo representa ainda que a Universidade está consolidando seus programas de Pós-Graduação, Grupos de Pesquisa e programas de Iniciação Científica (IC/IT), permitindo que mais teses, dissertações e projetos resultem em publicações indexadas. O aumento no volume total de documentos é um reflexo direto do maior engajamento dos seus Doutores Pesquisadores e da crescente participação dos 152 Bolsistas de Produtividade (PQ/DT). Uma produção acadêmica alta e crescente é fundamental para garantir a sustentabilidade e a competitividade da Ufal em editais de fomento e na manutenção dos padrões de avaliação da CAPES.

Em suma, as métricas Scopus/Scival atestam que a Ufal não apenas produziu mais nos últimos três anos, mas também aumentou drasticamente a qualidade e a influência de sua ciência, caracterizando um período de grande êxito em sua estratégia de pesquisa e desenvolvimento.

Por meio do Programa de Apoio às Ações de Inovação Tecnológica da Universidade Federal de Alagoas (PRO-INOVA), a Ufal desenvolve diversas linhas de ação voltadas à promoção da cultura de inovação. Entre elas destacam-se: a criação e manutenção da Vitrine Tecnológica; a promoção, realização e participação em capacitações e eventos dedicados ao empreendedorismo, à inovação tecnológica, à propriedade intelectual e às boas práticas de gestão da inovação; o apoio a projetos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e extensão inovadora; o incentivo às iniciativas empreendedoras da universidade e o apoio à interação Universidade-Empresa.

Durante o ano de 2025, o Núcleo de Inovação Tecnológica da universidade depositou 16 pedidos de patentes de invenção, 7 registros de marcas e 30 pedidos de registro de programas de computador, dado o papel da Universidade como agente de inovação.

A Incubadora de Empresas de Alagoas (Incubal) retomou suas atividades com o lançamento de edital de incubação de empresas e aprovação de 8 empreendimentos pré-incubados e 5 empreendimentos incubados, após um hiato de 5 anos. O edital traz como parceiros para catalisar o desenvolvimento dos projetos a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do estado de Alagoas (SECTI), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Alagoas (SEBRAE) e o Instituto Evaldo Lodi (IEL). As parcerias irão permitir desde o diagnóstico dos projetos até o seu desenvolvimento para o nascimento de empreendimentos sustentáveis.



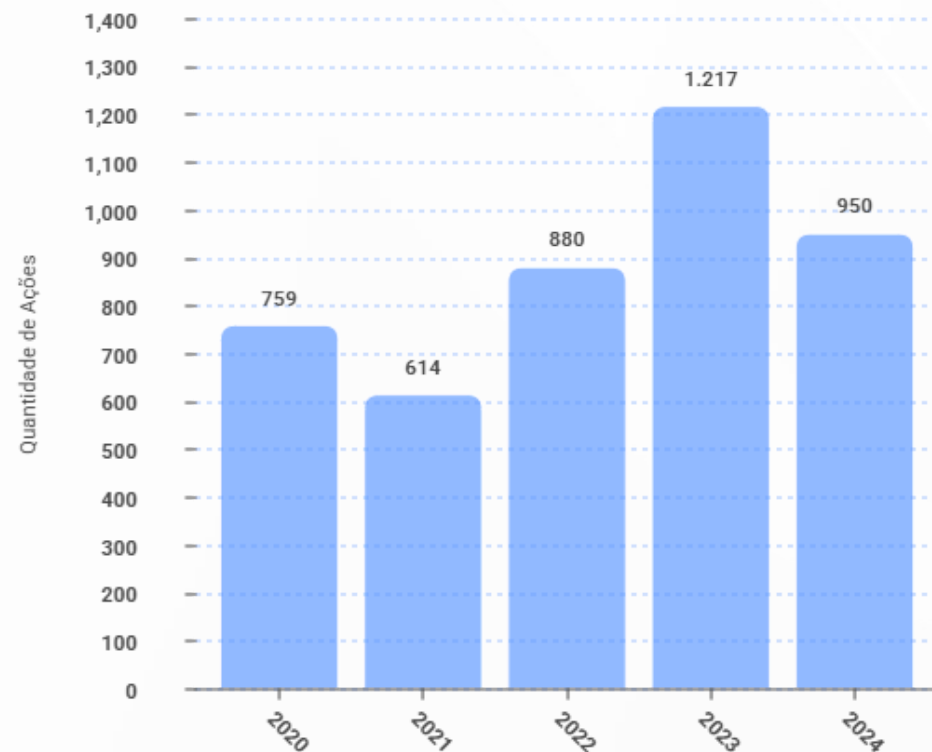
5.3 EXTENSÃO E CULTURA

A Extensão e Cultura tem como finalidade fortalecer uma política universitária que integre ensino, pesquisa e extensão, promovendo trocas educativas, culturais e científicas com a sociedade. Essa integração aproxima a universidade das comunidades e territórios, permitindo o compartilhamento de saberes e experiências que enriquecem a formação profissional e humana dos estudantes.

Na perspectiva universitária, fazer extensão é caminhar em meio a possibilidades de constatação, identificação, compreensão e atuação com uma infinidade de conhecimentos científicos e saberes, os quais contribuem de forma significativa com uma formação humana, autônoma, dialógica e comprometida com a promoção humana e com o desenvolvimento social.

Na Ufal, a prática extensionista baseia-se nos princípios da Política Nacional de Extensão Universitária, que preconiza a interação dialógica, a interdisciplinaridade, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e o compromisso com a formação cidadã, o impacto social e a transformação da realidade.

Gráfico 7: Evolução das Ações de Extensão e Cultura (2020 - 2024)

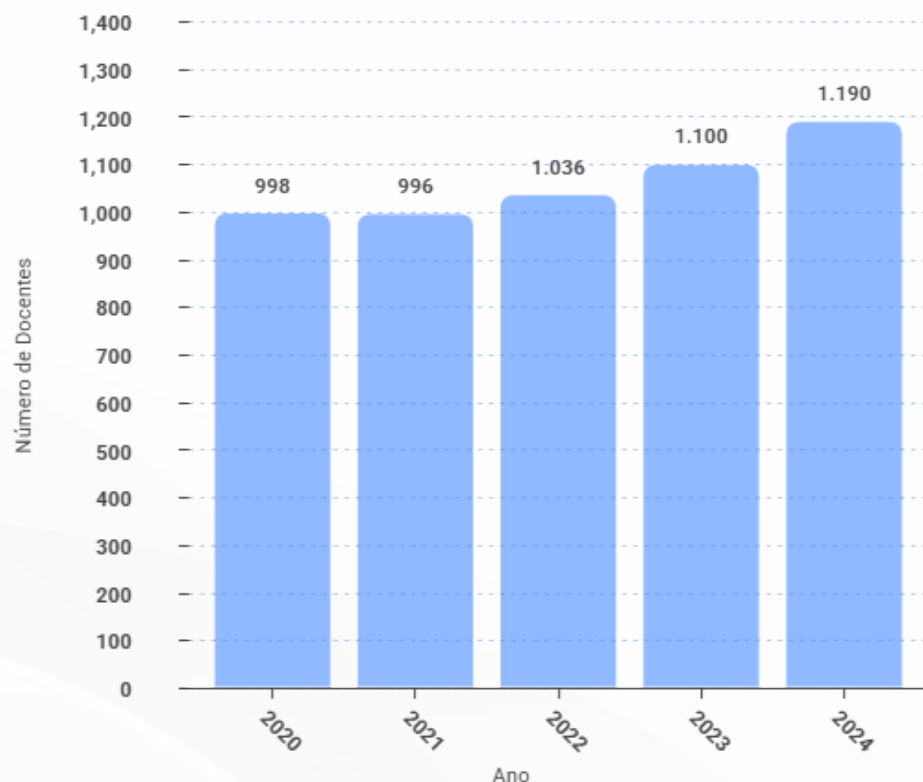


Fonte: Proexc

A área dedicada à Extensão e Cultura apresenta, em sua página institucional, um conjunto organizado de informações que refletem a estrutura de gestão e governança dessas ações no âmbito da universidade. Por meio do menu disponibilizado, é possível acessar conteúdos referentes à apresentação institucional, cursos e eventos, programas, equipamentos culturais, documentos orientadores, além das ações desenvolvidas em diálogo permanente com a sociedade. Esse arranjo evidencia o compromisso institucional com a transparência, a organização das políticas de extensão e a articulação entre ensino, pesquisa e práticas extensionistas.



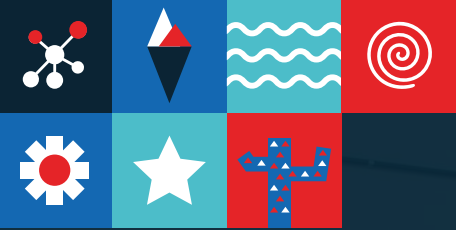
Gráficos 8: Participação docente em ações de extensão e cultura



Fonte: Proexc

A página também reúne recursos estratégicos para a comunidade acadêmica e para o público externo, como informações de contato, emissão de certificados e orientações sobre as possibilidades de financiamento de iniciativas de extensão e cultura da comunidade universitária. Ao consolidar esses elementos em um único ambiente, a instituição reforça sua política de democratização do conhecimento, ampliando a participação social e fortalecendo a cultura como dimensão essencial da formação cidadã e do desenvolvimento regional.





6. VETORES ESTRUTURANTES



6. VETORES ESTRUTURANTES

Inspirado no Programa Renascença, desenvolvido pela Federação das Indústrias de Alagoas em parceria com o Sebrae e a Universidade Federal de Alagoas (Ufal), surge a proposta de entrelaçamento entre as áreas finalísticas (ensino; pesquisa, inovação; extensão e cultura) e os vetores estruturantes (governança, assistência Estudantil, gestão de pessoas e infraestrutura física e tecnológica) no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Essa abordagem busca fortalecer a integração entre diferentes dimensões da universidade, criando um ambiente mais colaborativo e estratégico para a consolidação das metas institucionais. Assim, o modelo propõe que a construção do PDI não seja fragmentada, mas sim articulada, promovendo uma visão mais ampla do papel da instituição no desenvolvimento educacional, científico e social.

Nesse sentido, a proposta amplia as possibilidades de participação das áreas estruturantes no alcance dos objetivos e metas definidos pelas áreas finalísticas da Ufal. Ao considerar os desafios já estabelecidos nos campos de ensino, pesquisa e extensão, os vetores estruturantes passam a atuar de maneira complementar, alinhando suas estratégias ao que já foi delineado como essencial para o fortalecimento institucional. Essa articulação reforça a importância do planejamento estratégico coletivo, garantindo maior coerência entre as metas acadêmicas e os recursos administrativos e de suporte.

As áreas estruturantes — Governança, Assistência Estudantil, Gestão de Pessoas e Infraestrutura Física e Tecnológica — assumem, portanto, um papel complementar na efetivação do PDI.

Observando os objetivos propostos, elas são responsáveis por elaborar suas prioridades estratégicas de forma consistente e integrada, assegurando que o desenvolvimento institucional se dê de maneira equilibrada e sustentável. Dessa forma, o PDI passa a ser não apenas um documento de gestão, mas um instrumento de cooperação e alinhamento entre diferentes setores, fortalecendo a identidade da Ufal como instituição pública comprometida com a excelência e a responsabilidade social.

6.1 VETOR ESTRUTURANTE DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A Constituição Federal do Brasil, em seu art. 206, inciso I, assegura a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, princípio que orienta as políticas públicas voltadas à democratização do ensino. Nesse contexto, o sistema educacional brasileiro tem buscado reduzir as desigualdades sociais e regionais, especialmente por meio da ampliação do acesso ao ensino superior. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) estabelece como finalidade da educação o pleno desenvolvimento do estudante, sua preparação para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, além de reafirmar a importância da diversidade étnico-racial. Complementarmente, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) garante o direito à educação inclusiva em todos os níveis, promovendo o desenvolvimento integral das pessoas com deficiência.

Nesse esforço de ampliação do acesso e da permanência, a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012) consolidou-se como marco essencial ao reservar vagas nas universidades federais para estudantes oriundos de escolas públicas, considerando também critérios étnico-raciais, socioeconômicos e de deficiência. Já o Programa Nacional de Assistên-



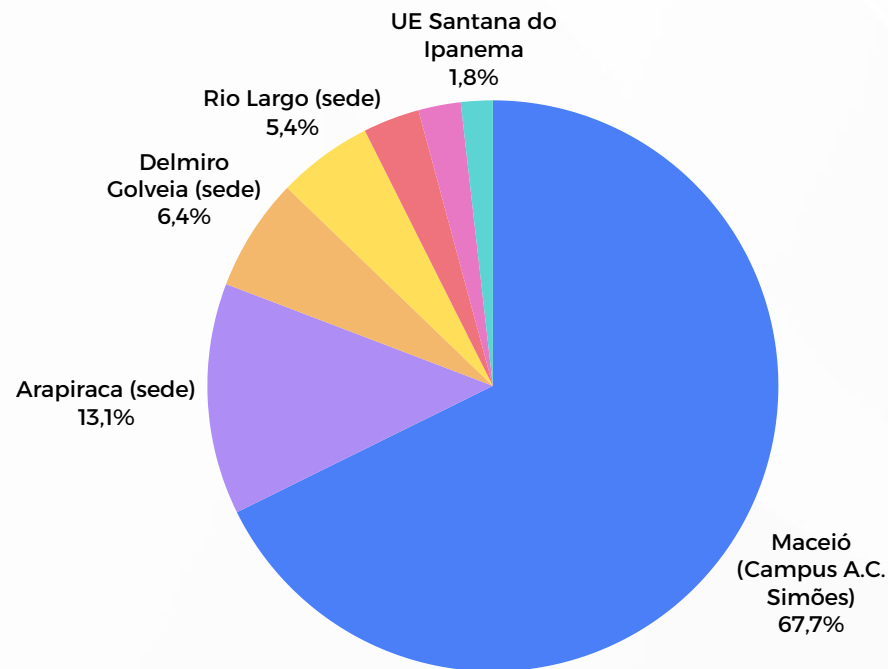
cia Estudantil - PNAES (Decreto nº 7.234/2010) constitui-se como um dos principais instrumentos para garantir a permanência e o êxito acadêmico dos estudantes, reduzindo a evasão e promovendo equidade no ensino superior. A partir do PNAES, a universidade desenvolve ações voltadas ao apoio estudantil, fundamentais diante do perfil de seu corpo discente, majoritariamente formado por estudantes de baixa renda e egressos de escolas públicas.

6.1.1 Distribuição e Perfil do corpo discente

De acordo com o Censo da Educação Superior (exercício 2023), a Ufal está categorizada como uma instituição de ensino superior de grande porte, com aproximadamente 2,43% do total de alunos matriculados em cursos de graduação presencial nas 69 Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) pesquisadas. Com aproximadamente 24.600 estudantes matriculados nessa modalidade de curso, a Ufal ocupava a 17ª colocação entre todas as Ifes.

No censo de 2023, a identificação de discentes por *campi* e unidade de ensino trouxe a distribuição a seguir:

Gráfico 9: Discentes por *Campus* ou Unidade de ensino em 2023)



Fonte: Proest

Dados da última Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das IFES, realizada em 2018 pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (Fonaprace), fornecem informações que possibilitam a caracterização do perfil dos estudantes da Ufal.

► Mais informações podem ser acessadas na [Pesquisa de Perfil Socioeconômico](#).

6.1.2 Perfil da assistência estudantil

6.1.2.1 Estímulos à permanência

Com o objetivo de promover o bem-estar, o desempenho acadêmico e o engajamento estudantil, a Ufal tem direcionado esforços a ações de caráter socioeconômico, pedagógico, acadêmico, psicológico, esportivo e cultural. Essas iniciativas integram o Programa de Assistência Estudantil e visam assegurar a permanência e o sucesso dos(as) estudantes nos cursos de graduação, contribuindo para uma formação mais inclusiva e integral.

A política de permanência da Ufal estrutura-se em duas vertentes principais:

1. Apoio à permanência material, por meio de auxílios financeiros destinados a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, como o Auxílio Alimentação, Moradia, Creche, Emergencial, para Aquisição de Óculos e a Bolsa Pró-Graduando, além de benefícios indiretos como a Residência Universitária (RUA) e o Restaurante Universitário (RU).
2. Apoio à permanência simbólica, com incentivos como o Auxílio à Participação em Eventos e a Ajuda de Custo para aquisição de materiais acadêmicos.

O acesso a esses programas ocorre mediante cadastramento socioeconômico, que considera o Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica (IVS) como parâmetro de elegibilidade.

No âmbito da qualidade de vida acadêmica, a Ufal desenvolve ações voltadas à saúde e ao acompanhamento pedagógico, por meio de programas como o Programa Integrado de Atenção à Saúde do Estudante (PIASE), o Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico ao Estudante (PAAPE) e o Programa de Apoio à Produção Artístico-Cultural Discente.

A Ufal também conta com o Núcleo de Acessibilidade (NAC), responsável por assegurar o acesso, a permanência e a aprendizagem de estudantes da Educação Especial (pessoas com deficiência, altas habilidades/superdotação, TDAH, dislexia e outros transtornos de aprendizagem). O NAC atua na eliminação de barreiras físicas, pedagógicas e atitudinais, oferece formação para a comunidade acadêmica e dispõe do Laboratório de Acessibilidade (LAC), que disponibiliza tecnologias assistivas à comunidade universitária.

No campo da inclusão digital, destaca-se o Centro de Inclusão Digital (CID), que promove o acesso às tecnologias da informação por meio de cursos e oficinas.

Por fim, no âmbito da promoção da cultura, do esporte e do lazer, a Ufal desenvolve programas voltados ao bem-estar e à integração da comunidade acadêmica, com destaque para o Programa de Atividade Física, Esporte e Lazer (PAEL).

Desse modo, a Ufal reafirma seu compromisso com a política de assistência estudantil, compreendida como um instrumento essencial para a democratização do acesso, a equidade de oportunidades e a formação integral dos(as) estudantes.

► Na página institucional voltada aos estudantes é possível acessar as [normas e detalhamentos dos programas, ações de assistência estudantil](#).

6.1.3 Organização estudantil

A Universidade Federal de Alagoas (Ufal) incentiva a organização e participação estudantil por meio de ações de apoio às representações discentes, como o Diretório Central dos Estudantes (DCE) e os Centros e Diretórios Acadêmicos (CAs e DAs).

Entre as iniciativas de fortalecimento da representação estudantil, destacam-se: a articulação com as associações atléticas; a realização do Fórum de Assistência Estudantil, voltado à discussão e aprimoramento das políticas estudantis; e a criação de um canal permanente de diálogo com os coletivos de estudantes com deficiência, a partir da Comissão Permanente de Acessibilidade. Essas ações reforçam o compromisso institucional da Ufal com a democracia, a inclusão e o protagonismo estudantil.

6.2 VETOR ESTRUTURANTE DA INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA

A Ufal possui um patrimônio físico distribuído em 4 *campi* e está presente em 9 cidades Alagoanas, ultrapassando a casa dos 250 mil m² de área construída, mais 150 mil m² de área urbanizada, com edificações e infraestrutura de diferentes tipos, épocas e estados de conservação.

A infraestrutura da Universidade Federal de Alagoas é ampla e diversificada, abrangendo desde salas de aula e laboratórios até ginásios, estádios e pistas de atletismo. Essa heterogeneidade impõe desafios à gestão de manutenção, especialmente quanto à reposição e ao controle de materiais. Em 2024, foram utilizados 411

tipos diferentes de itens, evidenciando a complexidade da manutenção do parque imobiliário da instituição.

A Ufal enfrenta o envelhecimento de suas edificações, com prédios possuindo mais de 30 anos e apresentando falhas em redes elétricas, hidrossanitárias e coberturas. A expansão sem aumento proporcional de recursos agrava o cenário, priorizando manutenções corretivas e dificultando ações preventivas e preditivas.

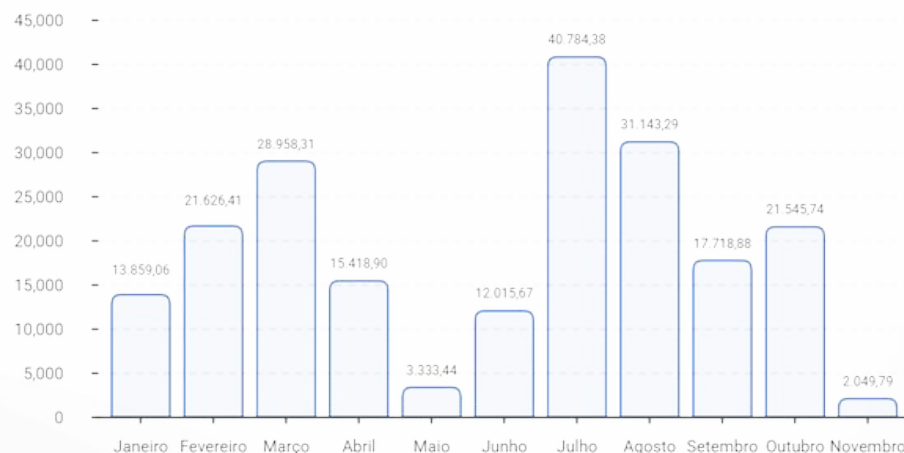
Em 2024 foi investindo mais de R\$ 370 mil em materiais de manutenção (gráfico 02), e R\$ 4 milhões em serviços de manutenção.

Figura 12: Centro de Interesse Comunitário



Fonte: Ascom/Ufal

Gráfico 10: Investimento em materiais de manutenção em 2025



Fonte: Proinfra

Diante da complexa infraestrutura da Ufal e dos cortes orçamentários da última década, torna-se essencial aprimorar os procedimentos internos por meio de ferramentas de gestão, como sistemas de gestão de ativos integrados a sensores e modelagem BIM, gestão de estoque e Business Intelligence, para otimizar o uso dos recursos públicos.

6.2.1 Acessibilidade e mobilidade

A Ufal enfrenta graves desafios de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida devido a barreiras arquitetônicas em espaços antigos, construídos antes das normas atuais. Os problemas incluem: rotas e rampas inadequadas, desníveis, falta de sinalização tátil, e ausência de elevadores/plataformas. Além disso, os banheiros adaptados nem

sempre seguem as especificações técnicas, e a distribuição de equipamentos de informação/comunicação acessíveis é irregular entre os *campi*.

A mobilidade interna nos *campi* da Ufal é crítica, com problemas como calçadas em más condições, topografia acidentada e presença de árvores nos trajetos, o que dificulta o deslocamento. Soma-se a isso a insuficiência do sistema de transporte interno para atender usuários com dificuldades de locomoção.

A complexidade do desafio exige abordagem multidisciplinar, considerando tanto os aspectos técnicos das adaptações necessárias quanto os recursos financeiros disponíveis para implementá-las de forma sistemática e permanente.

6.2.2 Sustentabilidade

A sustentabilidade é um eixo estratégico da Ufal, com o duplo compromisso de reduzir impactos ambientais e servir de modelo para a sociedade, conciliando o crescimento dos *campi* com a preservação de recursos.

O conceito se baseia em três pilares:



Infográfico 13: Pilares do eixo Sustentabilidade

01

Gestão Responsável de Recursos e Resíduos:

Otimização do uso de água e energia, considerando o bioma local e mudanças climáticas, além da gestão de resíduos.

02

Inovação em Infraestrutura:

Modernização de sistemas para reduzir desperdícios e promover a economia circular.

03

Alinhamento com Agenda Global:

Contribuição para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, como ODS 6 (Água), ODS 7 (Energia Limpa) e ODS 11 (Cidades Sustentáveis).



Embora a Ufal tenha avanços, o texto aponta lacunas críticas que demandam intervenção, focando a análise nos sistemas de água e esgoto, eficiência energética e no Plano de Logística Sustentável.

6.2.3 Sistemas de Água e Esgoto

O Campus A.C. Simões dispõe de sistema próprio de abastecimento de água, composto por poços artesianos, bombeamento e reservatórios, além de estrutura própria para tratamento de esgoto.

A retomada do sistema de abastecimento teve início em 2021, após mudanças na operação do fornecimento de água, sendo realizados estudos de viabilidade e intervenções para sua reativação e ampliação. A iniciativa proporciona maior autonomia e segurança no abastecimento do campus, reduzindo a dependência de concessionárias e gerando significativa economia de recursos públicos, estimada em mais de R\$ 20 milhões anuais.

Apesar das vantagens, a infraestrutura demanda manutenção e modernização. O envelhecimento de tubulações e equipamentos, a necessidade de ampliação do tratamento de esgoto e a baixa automação indicam a necessidade de investimentos para garantir a continuidade e a eficiência do sistema.

6.2.4 Eficiência Energética

A Ufal consome 9,8 GWh/ano de energia elétrica, com custos anuais superiores a R\$10 milhões (mais de 80% no *Campus* A.C. Simões). Devido à dependência de fontes não renováveis e à falta de automatizado de gestão elétrica, é urgente a implementação de um Programa de Eficiência Energética baseado em quatro pilares: geração de energia limpa (solar e biodigestores), compra no merca-

do mercado livre, contratação de sistema de gestão energética e ativação da subestação de 69kV. Essa mudança de paradigma visa reduzir impactos, despesas e focar recursos nas atividades essenciais da universidade.

6.2.5 Infraestrutura Tecnológica

A infraestrutura tecnológica da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) é caracterizada por um modelo de operação de larga escala, que envolve o gerenciamento de mais de 7 mil computadores, cerca de 500 ativos de rede, 190 máquinas virtuais e uma sala cofre que comporta os principais ativos de computação da Ufal. Estes ativos viabilizam a operação de 200 sites/portais e de dezenas de soluções de software ofertadas à comunidade, totalizando mais de 7,4 milhões de linhas de código mantidas pela equipe do NTI e que atendem cerca de 30 mil usuários. Toda esta infraestrutura física é conectada por mais de 500 km de cabos de rede e aproximadamente 100 km de fibras ópticas que possibilitam o uso de 350 pontos de acesso Wi-fi 6 e o videomonitoramento.

A infraestrutura computacional é marcada por um parque tecnológico heterogêneo, com demanda permanente de manutenção. Uma das principais fragilidades é a limitada resiliência energética da Universidade, cujas consequências vão muito além de danos à infraestrutura computacional e interrupção de serviços de conectividade.

Diante desse cenário, com vistas a sustentar o desenvolvimento institucional e o alcance dos objetivos estratégicos, é imprescindível a implementação de uma política permanente de manutenção e modernização do ambiente tecnológico, essenciais para manter a resi-

liência operacional, e garantir os investimentos para elevar a qualidade dos serviços de TIC em apoio às atividades finalísticas e de gestão da Ufal.

Infográfico 14: Números NTI



USUÁRIOS

Mais de 30 mil usuários, incluindo estudantes, professores e técnicos.

EQUIPAMENTOS

Mais de 7 mil computadores gerenciados em toda a instituição



INFRAESTRUTURA FÍSICA

Mais de 600km de rede (composta por 500km de cabos de rede e 100km de fibras ópticas).

CONECTIVIDADE

Mais de 350 pontos de acesso de Wi-fi distribuídos pela universidade.



EQUIPE DE TI

Equipe composta por 30 analistas, 15 técnicos e 3 assistentes de TI

RESULTADOS

30.810 serviços executados e 247 projetos entregues



Fonte: Núcleo de tecnologia da informação

6.3 VETOR ESTRUTURANTE DE GESTÃO DE PESSOAS

O quadro de pessoal da Ufal é formado por servidores técnico-administrativos em educação e docentes, cujo comprometimento é essencial para o alcance da missão institucional de produzir e socializar conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais por meio do ensino, da pesquisa e da extensão. A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) é responsável pelos processos de gestão, desenvolvimento e atenção à saúde dos servidores, com o propósito de desenvolver e manter talentos alinhados aos valores e estratégias institucionais.

As atividades da PROGEP são desenvolvidas por meio de três coordenações. A Coordenadoria de Qualidade de Vida no Trabalho (CQVT) realiza ações voltadas à valorização do servidor e à promoção da saúde, por meio do SIASS e do Gabinete Odontológico. A Coordenadoria de Processos Seletivos (CPS) é responsável pelos concursos, seleções e movimentações de servidores. Já a Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas (CDP) atua na capacitação, avaliação de desempenho e formação continuada, em conformidade com a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP). As atividades correspondentes ao cadastro e pagamento de servidores, aposentadorias e pensões, são exercidas pelo Departamento de Administração de Pessoal (DAP).

6.3.1 Perfil do corpo docente

O corpo docente da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) é composto por servidores efetivos das carreiras de Magistério Superior e de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, além de Professores Substitutos, Visitantes e Visitantes Estrangeiros, conforme a Lei nº 12.772/2012. Essa mesma lei regulamenta, no âmbito das institui-

ções Federais de Ensino (IFEs), a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, estabelecendo diretrizes para o desenvolvimento profissional e a valorização da carreira docente.

A Lei nº 12.772/2012 estabelece também os cargos isolados de Professor Titular-Livre do Magistério Superior e de Professor Titular-Livre do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, cujo provimento ocorre por concurso público, exigindo título de doutor e, no mínimo, dez anos de experiência ou de obtenção do doutorado na área de conhecimento do certame, conforme normas do Conselho Superior da instituição. O exercício desses cargos, em regra, requer regime de Dedicação Exclusiva, em razão da complexidade das atividades atribuídas, e os concursos devem seguir as disposições do Decreto nº 9.739/2019.

A nomeação para os cargos integrantes do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal segue a Lei nº 8.112/1990 e os limites definidos pelo Decreto nº 7.485/2011, que institui o Banco de Professor-Equivalente (BPEq).

Tabela 7: Quantitativo de Docentes por Cargo (2025)

Categoria do Professor	20h	40h	DE	Total de Docente
Professor do Magistério Superior	92	145	1.358	1.595
Professor do Magistério Superior - Substituto	10	154	0	164
Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	0	0	35	35

Categoria do Professor	20h	40h	DE	Total de Docente
Professor do Magistério Superior - Visitante	0	0	13	13
Professor Titular-Livre - Magistério Superior	0	0	3	3
Mestres e Demais Pesquisadores	142	0	0	142

Fonte: Progep

Em situações de afastamento ou vacância de docentes efetivos, a Lei nº 8.745/1993 autoriza a contratação temporária de Professores Substitutos, Professores Visitantes e Visitantes Estrangeiros. A criação e ampliação de cargos docentes nas IFES são definidas pelo MEC em conjunto com o MGI.

6.3.2 Perfil do corpo técnico-administrativo

O corpo técnico-administrativo da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) é composto por servidores públicos efetivos integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE), instituído pela Lei nº 11.091/2005. O regime de trabalho desses servidores é o estatutário, conforme a Lei nº 8.112/1990, com jornada de oito horas diárias e carga horária semanal de 40 horas, ressalvadas as exceções previstas em lei específica, conforme o Decreto nº 1.590/1995.

Com o advento da Lei nº 15.141/2025, passam a integrar o PCCTAE os cargos de Técnico em Educação, responsável por atividades de apoio técnico, administrativo e logístico, e de Analista em Educação, voltado às atividades técnicas, administrativas e logísticas relacionadas às competências constitucionais e legais das Instituições Federais de Ensino.

Esses profissionais atuam em todas as unidades acadêmicas e administrativas da Ufal, desempenhando funções essenciais ao suporte técnico, operacional e gerencial das atividades de ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão institucional.

Tabela 8: Quantitativo de ativos - Técnicos Administrativos em Educação

Classe	Quantidade
A	3
B	21
C	241
D	701
E	692

Fonte: Progep

6.4 VETOR ESTRUTURANTE GOVERNANÇA

6.4.1 Governança

Conforme o Referencial Básico de Governança Organizacional para Organizações Públicas e Outros Entes Jurisdicionados ao TCU (2020), a governança pública organizacional compreende essencialmente os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

Figura 13 : Práticas relacionadas aos mecanismos de governança



Fonte: TCU, 2020, p.52

Quanto a esse conceito, adotado pelo decreto nº 9.203/2017, pode-se afirmar que governar consiste na realização de três atividades fundamentais: avaliar as demandas das partes interessadas e estabelecer os problemas e serviços prioritários; direcionar a capacidade de atuação da organização para a efetiva resolução dos problemas e a oferta dos serviços prioritizados; e monitorar a gestão organizacional, de modo a garantir o cumprimento das diretrizes estabelecidas e a realização tempestiva dos ajustes necessários, evitando que riscos comprometam ou prejudiquem o alcance dos objetivos institucionais.

Por sua vez, a gestão se preocupa essencialmente em planejar, executar e controlar, conforme apresentado na figura 14.

Figura 14: Relação entre governança e gestão.



Fonte: TCU, 2020, p. 17

No contexto da gestão universitária, a estratégia é materializada por meio do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), instrumento que estabelece a missão, a visão, os objetivos e as metas que orientarão a atuação da universidade no período compreendido entre 2026 e 2032. Por sua vez, a accountability, entendida como o

dever de prestar contas, assegurar transparência e demonstrar os resultados alcançados à sociedade e às partes interessadas, concretiza-se por meio do Relatório de Gestão Integrado (RGI). Esse documento apresenta os principais resultados institucionais, a aplicação dos recursos públicos e o desempenho da organização, permitindo o acompanhamento e a avaliação do cumprimento dos objetivos estratégicos definidos no PDI.

Buscando assegurar o alinhamento de suas ações às demandas da sociedade, a instituição desenvolve iniciativas voltadas ao planejamento estratégico por meio da elaboração de planos, políticas e instrumentos de gestão que dialogam com diferentes temáticas contemporâneas e orientam a atuação institucional. O conjunto desses instrumentos, que contribuem para a concretização dos objetivos estratégicos e o fortalecimento da gestão, encontra-se detalhado no Capítulo 10 deste documento.

6.4.1.2 Liderança

A OCDE (2018) destaca que a liderança é elemento crucial para promover a boa governança pública. O comprometimento dos agentes dos mais altos níveis políticos e gerenciais do setor público é essencial para o sucesso no desenvolvimento e implementação dos valores, estratégias, políticas e processos necessários à boa governança e à melhoria dos resultados que são entregues à sociedade.

Nesse sentido, a Ufal busca fortalecer a governança institucional por meio da promoção de espaços permanentes de diálogo, integração e capacitação de gestores e servidores. Destacam-se iniciativas como o Encontro Anual de Gestores, que favorece o alinhamento estratégico entre as unidades acadêmicas e administrativas. Além disso, a Universidade participa e apoia eventos de abrangência regional e naci-

onal, a exemplo do FORPLAD Regional, ampliando a troca de experiências e o compartilhamento de soluções inovadoras para os desafios da administração pública.

Figura 15 : Forplad regional realizado na Ufal em 2025



Fonte: Ascom/Ufal

Destaca-se, ainda, a criação do Comitê de Governança, Gestão de Riscos e Controle Interno da Ufal (CGGRCI/UFAL), instituído pela Resolução nº 1/2021, de 15 de março de 2021. Entre suas atribuições, está a implementação da Política de Gestão de Riscos da Universidade, com o objetivo de orientar os processos de identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos relacionados às atividades institucionais.

6.4.1.3 Estratégia

As organizações públicas existem para produzir políticas, bens e serviços públicos, visando ao aumento, de forma sistêmica e integrada, do bem-estar social e das oportunidades aos cidadãos. Para isso é importante traçar claramente seus objetivos, definir sua estratégia de atuação, desdobrá-la em planos de ação e acompanhar sua implementação.

A estratégia institucional da Ufal orienta a definição de prioridades, objetivos e ações voltadas ao cumprimento de sua missão e ao alcance dos resultados esperados. Nesse contexto, a Universidade desenvolve diversas iniciativas que contribuem para o fortalecimento da gestão, o aprimoramento dos serviços prestados e o atendimento das demandas da sociedade, conforme apresentado a seguir:

Administração

No âmbito da administração geral da Universidade, os contratos pactuados, totalizam aproximadamente R\$ 76 milhões. Apesar das equipes responsáveis pela gestão de contratos, patrimônio e licitações serem reduzidas, têm alcançado resultados expressivos na busca pela melhor eficiência dos contratos. Desde 2020, iniciativas estratégicas têm proporcionado não apenas a otimização de recursos, mas também melhorias significativas nos processos de contratação e gestão contratual. Destacam-se:

Comissões Permanentes de Materiais e Equipamentos

Criadas para atuar em 14 grupos de materiais e equipamentos, promovendo a padronização e precificação de itens, além de oferecer suporte técnico aos agentes de contratação e ao setor de patrimônio. Essa ação tem elevado a qualidade e ampliado a variedade dos bens adquiridos, atendendo às diferentes áreas do conhecimento da Universidade.

Fórum de Compras e Licitações

Espaço permanente de integração, valorização e capacitação contínua dos principais atores envolvidos nos processos de contratação (requisitantes, comissões e setores de compras). São realizadas 10 oficinas práticas anuais e um encontro anual para reconhecimento das melhores práticas em licitações.

Figura 16 : III Fórum de compras e licitações



Fonte: Ascom/Ufal

Fórum de Gestores e Fiscais de Contratos

Espaço de integração e capacitação dos gestores e fiscais de contratos, com 10 oficinas práticas anuais e um encontro anual para premiação das melhores práticas de gestão e fiscalização contratual.

Observatório de Contratos

Iniciativa da Pró-reitoria de Gestão Institucional destinada a analisar, monitorar e propor melhorias nos contratos. Entre 2021 e 2025, suas ações geraram economia superior a R\$ 9 milhões para a Ufal, por meio de revisão de planilhas de custos, otimização de processos e colaboração com fiscais de contratos.

Repara Ufal

Projeto que facilita a contratação de Microempreendedores Individuais (MEIs) para pequenos reparos nas unidades da Universidade, promovendo agilidade, redução de custos e estímulo ao desenvolvimento local nos municípios com *campi* da instituição.

Commutatio

Sistema que promove o uso otimizado de bens móveis permanentes e de consumo, por meio de trocas e doações entre unidades acadêmicas e administrativas.



Renovação da Matriz Energética

Como ação estruturante, está prevista a desativação da dependência do fornecimento convencional de energia para o Hospital Universitário Professor Alberto Antunes (HU/UFAL) e a implantação de uma fazenda de energia solar destinada a atender parte significativa da demanda energética da instituição. A iniciativa contribuirá para a redução dos custos operacionais, para a diminuição das emissões de gases de efeito estufa e para o fortalecimento da segurança energética da Universidade, liberando recursos para investimentos em ensino, pesquisa, extensão, inovação e assistência à saúde.

Além disso, o projeto representa um avanço na incorporação dos princípios ESG à gestão institucional, ao ampliar o uso de energias renováveis, gerar benefícios para a comunidade acadêmica e fortalecer a governança por meio de uma gestão mais eficiente, transparente e orientada a resultados.

6.4.1.4 Controle

O controle consiste no conjunto de práticas destinadas a monitorar o desempenho organizacional, gerenciar riscos, assegurar a conformidade dos processos e promover a prestação de contas, contribuindo para o alcance dos objetivos institucionais e para a geração de valor público. Com o objetivo de fortalecer essa dimensão da governança, a Ufal tem desenvolvido e apoiado diversas iniciativas voltadas ao aprimoramento da gestão da informação.

Entre essas ações, destaca-se a realização do I Encontro Nacional de Governança de Dados Públicos destaca o pioneirismo da Ufal na promoção do debate sobre o uso estratégico de dados no setor público. A iniciativa fortalece as práticas de governança institucional ao incentivar a transparência, a inovação e a tomada de decisões baseada em evidências, contribuindo para uma gestão pública mais eficiente e alinhada às demandas da sociedade.

Figura 17 : Evento nacional sobre governança de dados públicos



Fonte: Nees dados Ufal

Buscando reduzir a distância informacional entre a gestão institucional e os cidadãos, a Ufal vem aperfeiçoando seus mecanismos de transparência ativa e prestação de contas. Entre as iniciativas desenvolvidas, destaca-se a criação de painéis de monitoramento e divulgação de informações institucionais, como o portal Ufal em Números que disponibiliza dados acadêmicos, orçamentários e relacionados a projetos de sustentabilidade, o Painel Proinfra, ferramenta que centraliza e torna transparentes dados operacionais relacionados a manutenção.

Outro avanço relevante refere-se à Carta de Serviços ao Usuário, instrumento que reúne e apresenta de forma clara os serviços oferecidos pela instituição. Em 2025, a Ufal foi destaque em evento nacional promovido pela Controladoria Geral da União (CGU).

Figura 18: Webinar sobre elaboração e atualização de Carta de Serviços



Fonte: CGU (2025)

Também merece destaque o Relatório de Gestão Integrado, que, desde 2024, passou a adotar uma estrutura mais aderente às normativas e boas práticas de governança.

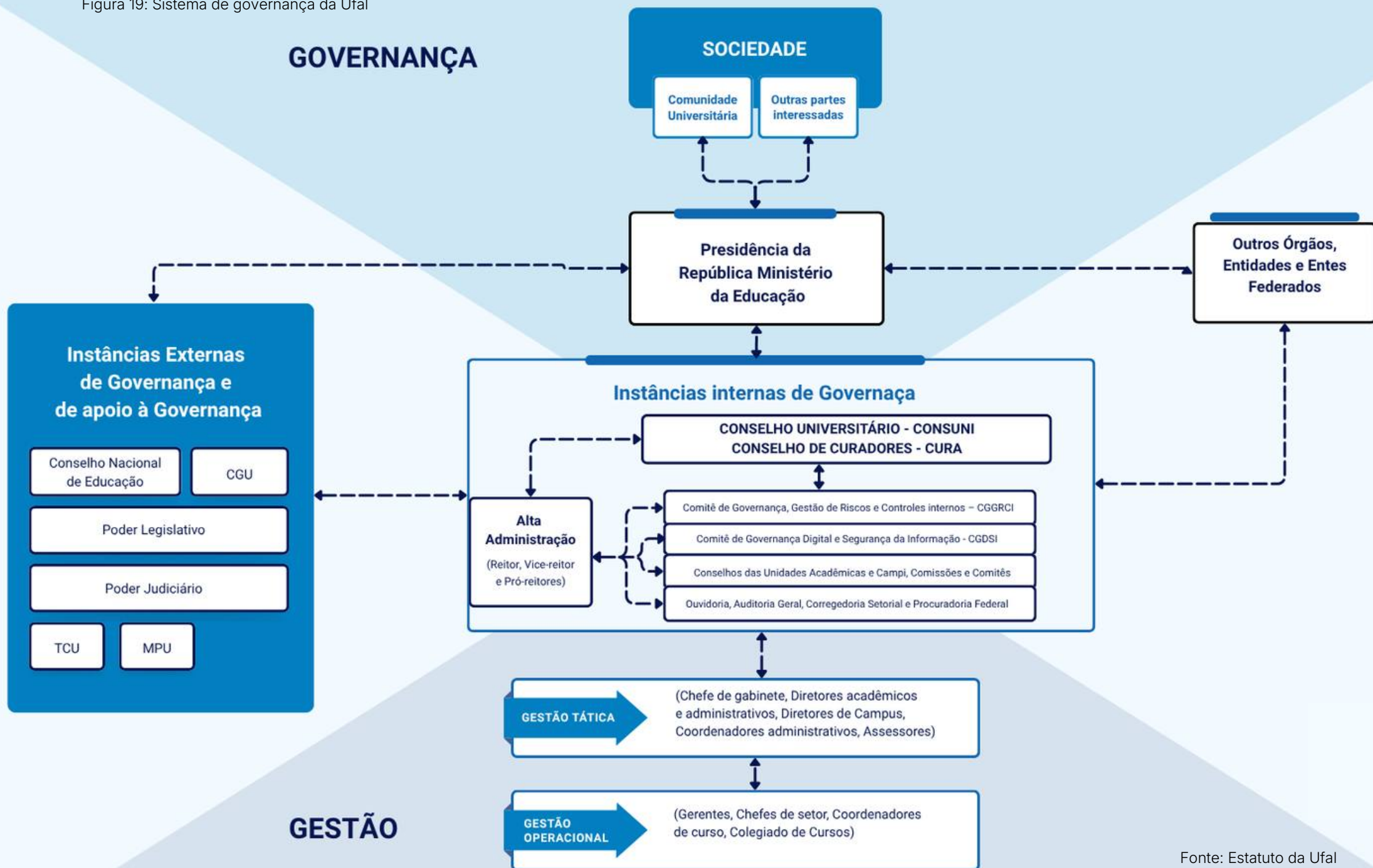
6.4.2 Integridade

A integridade, enquanto princípio fundamental da governança pública, desempenha papel essencial no fortalecimento da gestão institucional, especialmente por meio do adequado gerenciamento de processos e da gestão de riscos. A elaboração de estratégias e mecanismos voltados à identificação, avaliação e tratamento dos riscos que possam comprometer a integridade institucional é fundamental para o alcance dos objetivos estratégicos.

Nesse contexto, o Plano de Integridade da Universidade estabelece uma estrutura de gestão da integridade composta por instâncias que atuam de forma complementar na promoção da ética, da transparência, do controle e da prevenção de irregularidades, destacando-se a Auditoria Interna, a Comissão de Ética do Serviço Público, a Comissão Própria de Avaliação (CPA), a Corregedoria e a Ouvidoria. Em conjunto, esses órgãos desempenham papel estratégico no fortalecimento dos mecanismos de governança, controle interno, participação social e aprimoramento contínuo da gestão institucional.

A Corregedoria da Ufal, oficializada a partir da Resolução nº 150 de 26 de novembro de 2024, é a unidade responsável pela coordenação e organização das atividades correcionais da instituição, contribuindo para o fortalecimento da governança e da integridade institucional. Para o próximo ciclo de planejamento, a unidade definiu prioridades específicas, disponíveis para consulta em: <https://ufal.br/servidor/correicao/projetos>.

Figura 19: Sistema de governança da Ufal



Fonte: Estatuto da Ufal

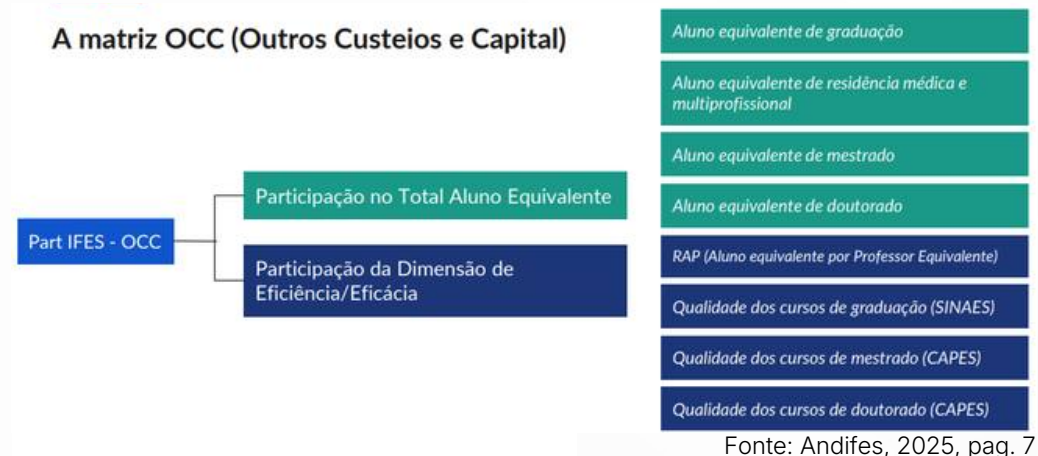
Orçamento e Finanças

A execução orçamentária e financeira da Universidade é orientada pelos principais instrumentos normativos de consolidação do orçamento público: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Esses instrumentos normativos possibilitam o acompanhamento das receitas e despesas, definem meios de arrecadação, vinculam ou não gastos a atividades específicas, programam a execução orçamentária, estabelecem metas de governo e traçam parâmetros de gestão, assegurando o uso adequado dos recursos públicos.

Os valores-base do orçamento da Ufal são definidos previamente pelo Ministério da Educação (MEC). A autonomia da Universidade restringe-se a ajustes na Matriz de Alocação de Recursos de Outros Custeios e Capital (Matriz OCC) ou entre despesas correntes e de investimento. A margem de flexibilidade é limitada pelas diretrizes do MEC.

Durante o exercício orçamentário, as IFES podem solicitar remanejamento ou alteração na natureza de despesas, em conformidade com as normas estabelecidas em portarias específicas.

Figura 20: Matriz OCC



Análise técnica da evolução orçamentária (2017–2032)

A comparação entre a dotação efetivamente aprovada (2017–2026) e a trajetória corrigida integralmente pelo IPCA evidencia uma perda gradual de capacidade orçamentária em termos reais no período 2017 a 2032.

Em 2017, a dotação era de R\$ 116,6 milhões. Caso tivesse sido reajustada anualmente pela inflação oficial (IPCA), alcançaria aproximadamente R\$ 184,6 milhões em 2026 e R\$ 224,5 milhões em 2032. Entretanto, a dotação efetiva de 2026 é de R\$ 129,2 milhões, valor 30,0% inferior ao necessário para preservar o mesmo poder de compra de 2017.

Observa-se que entre 2018 e 2021 ocorreu redução significativa dos valores nominais, culminando em 2021 com uma dotação de apenas R\$ 80,5 milhões, justamente em um período de forte aceleração inflacionária (IPCA de 10,06%). Esse movimento ampliou substancialmente a defasagem acumulada.

Embora a partir de 2022 haja recuperação nominal do orçamento, os incrementos observados não foram suficientes para recompor integralmente as perdas anteriores. Em 2026, a dotação representa apenas cerca de 70% do valor que seria necessário para manter o poder aquisitivo de 2017.

As projeções para 2027–2032, calculadas com base nos IPCA projetados para o período, indicam crescimento da dotação de R\$ 129,2 milhões para R\$ 157,2 milhões, um aumento nominal acumulado de aproximadamente 21,6%. Contudo, mesmo com essa evolução, o montante permaneceria significativamente abaixo do patamar de R\$ 224,5 milhões que corresponderia à atualização integral da dotação inicial de 2017 pela inflação acumulada.

Análise técnica da evolução orçamentária (2026–2032)

Analisando exclusivamente o cenário de inflação projetado para 2032, considerando a dotação atualizada de 2026, temos aproximadamente 21,6%, de inflação acumulada projetada para o período, portanto, para preservar integralmente o poder de compra da dotação de 2026, o orçamento de 2032 deveria atingir aproximadamente R\$ 157,2 milhões.

Entretanto, se a dotação continuar crescendo apenas no mesmo ritmo médio observado entre 2017 e 2026 (1,15% ao ano), o orçamento de 2032 alcançaria cerca de R\$ 138,4 milhões. Assim, o crescimento histórico da dotação é significativamente inferior à inflação projetada para o período, indicando uma perda real acumulada de cerca de R\$ 18,8 milhões. Assim, o crescimento histórico da dotação é significativamente inferior à inflação projeta-

da para o período, indicando uma perda real acumulada de cerca de R\$ 18,8 milhões (12%) até 2032 em relação ao montante necessário para manter o mesmo nível de capacidade financeira de 2026.

Gráfico 11: Evolução Orçamentária 2017-2032

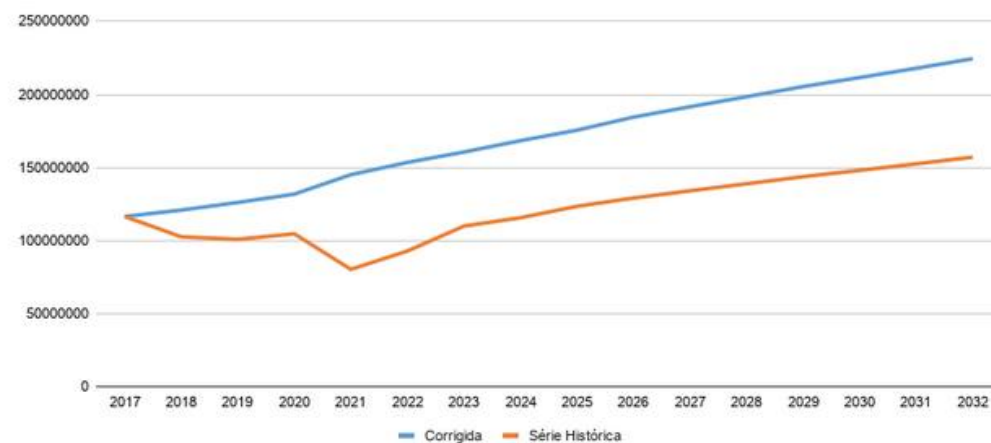
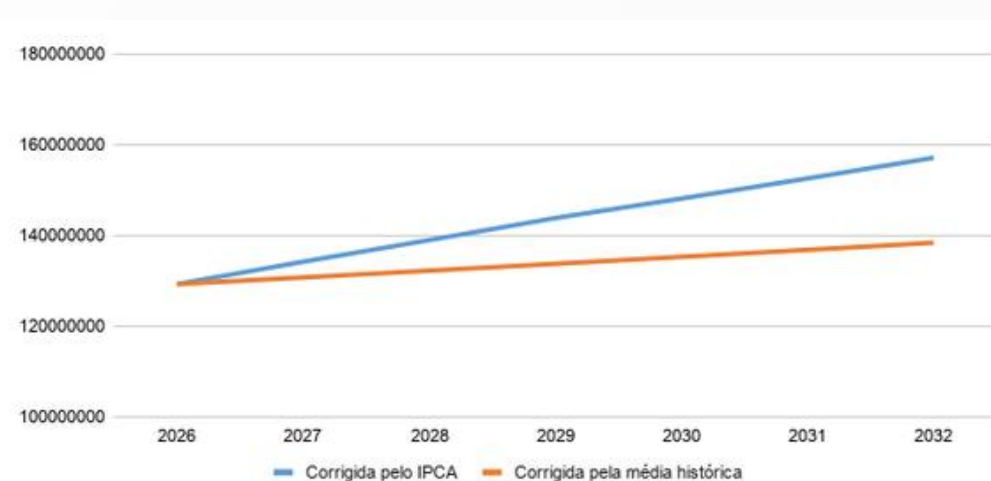


Gráfico 12: Evolução Orçamentária 2026-2032



Ao longo dos últimos anos, a Universidade vem destacando em notas públicas a insuficiência do orçamento disponibilizado.

A plataforma Ufal em Números disponibiliza dados acadêmicos, administrativos e orçamentários, permitindo o acompanhamento de indicadores institucionais de forma transparente e acessível à comunidade acadêmica e à sociedade. Entre as informações disponíveis estão dados sobre graduação, pós-graduação, assistência estudantil, patrimônio, convênios e execução orçamentária.

Se atualizado o valor das despesas discricionárias tomando como referência o orçamento aprovado em 2016, a Lei Orçamentária Anual (LOA) da Ufal corresponderia, apenas em despesas discricionárias, ao montante de R\$ 213.818.762,51, considerando o IPCA acumulado (2016–2025) de 58%.

Gráfico 13: Série histórica orçamentária



É inegável a necessidade de que a administração universitária se pautar também pela sustentabilidade financeira de suas ações, especialmente em um contexto de restrição e cortes de recursos públicos. A noção de sustentabilidade financeira, em crescimento

nos últimos anos, está relacionada ao desafio de manter ou ampliar resultados com menos recursos, reduzindo custos de manutenção e funcionamento.

Diante do compromisso social da Ufal, fundamento de sua missão e visão institucional, tal desafio requer capacidade organizativa para que sejam feitas escolhas planejadas e conscientes, assegurando o fortalecimento do ensino, da pesquisa e da extensão de forma satisfatória. Para que a Universidade cumpra plenamente seu papel social, é fundamental compreender o ciclo orçamentário como indissociável: planejamento, execução orçamentária e prestação de contas e os reflexos dessa tríade no desenvolvimento institucional.

O cenário atual é desafiador. Sem a efetiva garantia de recursos, e de sua ampliação, por parte do governo federal, corre-se o risco de sucateamento e estagnação do ensino, da pesquisa, da extensão e do papel social que a Universidade desempenha. Tal movimento pode representar o maior retrocesso desde a criação da instituição.

É inegável a necessidade de que a administração universitária se pautar também pela sustentabilidade financeira de suas ações, especialmente em um contexto de restrição e cortes de recursos públicos. A noção de sustentabilidade financeira, em crescimento nos últimos anos, está relacionada ao desafio de manter ou ampliar resultados com menos recursos, reduzindo custos de manutenção e funcionamento.

Diante do compromisso social da Ufal, fundamento de sua missão e visão institucional, tal desafio requer capacidade organizativa para que sejam feitas escolhas planejadas e conscientes, assegurando o fortalecimento do ensino, da pesquisa e da extensão de forma satisfatória. Para que a Universidade cumpra plenamente seu papel social, é fundamental compreender o ciclo orçamentário como indissociável:

ciável: planejamento, execução orçamentária e prestação de contas e os reflexos dessa tríade no desenvolvimento institucional.

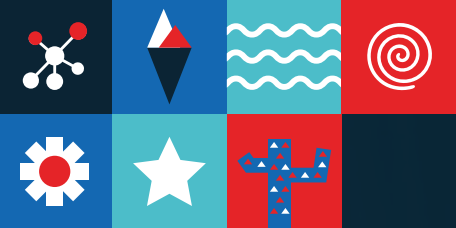
O cenário atual é desafiador. Sem a efetiva garantia de recursos, e de sua ampliação, por parte do governo federal, corre-se o risco de sucateamento e estagnação do ensino, da pesquisa, da extensão e do papel social que a Universidade desempenha. Tal movimento pode representar o maior retrocesso desde a criação da instituição.

Tabela 9: Série histórica despesas e investimentos (2016 - 2024)

GND/ANO	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
3 - Outras Despesas Correntes	100,88	100,52	95,91	98,28	98,25	74,16	86,29	103,12	110,46
4 - Investimentos	34,21	16,11	6,8	2,74	6,52	6,33	6,7	6,94	5,31

Neste contexto, a gestão da Ufal tem atuado diariamente para assegurar o pleno funcionamento da Universidade. Contudo, nos próximos anos, a manutenção e o avanço da instituição dependerão diretamente da priorização política, inclusive dos parlamentares, para assegurar o pleno funcionamento da Universidade. Essa situação fragiliza a autonomia universitária e evidencia a necessidade de uma política nacional consistente de financiamento da educação superior pública.





7. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL



7. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

7.1. BREVE APRESENTAÇÃO DO PPI

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) é parte integrante do PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) e deve manter com ele sintonia, no sentido de prover elementos que orientem a gestão da Universidade para a consecução de seus objetivos. Para tanto, o PPI apresenta aspectos da realidade institucional, afirma princípios, diretrizes e compromissos a serem observados, além de apontar mecanismos que concorram para o avanço do trabalho desenvolvido na Ufal em sua totalidade, sendo organizado em três grandes eixos: inserção regional; princípios filosóficos metodológicos e, por fim, políticas acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão.

7.2 INSERÇÃO REGIONAL

A Universidade Federal de Alagoas vivencia, desde 2006, um vultoso processo de expansão e de interiorização que culminou com sua disseminação em localidades até então não alcançadas pelo ensino superior público e suas estruturas acadêmicas, de modo que, atualmente, um contingente maior da população se vê diante da ampliação de oportunidades de acesso a atividades de ensino, pesquisa e extensão no meio universitário.

A interiorização da Universidade atende a uma demanda potencial extremamente relevante.

Segundo dados do Anuário Brasileiro da Educação Básica 2025, elaborado pela organização Todos Pela Educação, o estado de Alagoas registrou, em 2024, 127.231 matrículas no ensino médio. Desse total, 81,4% das matrículas estavam concentradas na rede estadual de ensino, evidenciando o protagonismo do Estado na oferta dessa etapa da educação básica. O anuário também aponta que o ensino médio alagoano contava com 414 escolas e 7.495 professores atuando nessa etapa de ensino.

Considerando a distribuição territorial das matrículas, observa-se que aproximadamente 80% dos estudantes do ensino médio da rede estadual estão matriculados em escolas localizadas no interior do estado, demonstrando a relevância da interiorização das políticas educacionais e da presença da rede estadual para a garantia do acesso à educação básica em municípios fora da capital. Além disso, a rede estadual concentra a maior parte das escolas que ofertam o ensino médio em Alagoas, correspondendo à principal estrutura de atendimento dessa etapa educacional no estado.

Ou seja, o movimento de expansão e de interiorização da Ufal é expressão do compromisso da universidade pública com as necessidades e demandas de escolarização da população de seu entorno, em especial dos concluintes do ensino médio público.

Esse cenário de interiorização da Ufal se materializa na dispersão espacial dos matriculados nos cursos de graduação da Universidade. Geograficamente, a Ufal está presente do litoral ao sertão do estado de Alagoas. Objetivamente, a instituição oferta atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão nas seguintes cidades:

- Maceió, capital, *Campus* A.C. Simões e Espaço Cultural
- Rio Largo, Centro de Ciência Agrárias
- Arapiraca, *Campus* de Arapiraca
- Penedo, Unidade Educacional vinculada ao *Campus* de Arapiraca
- Palmeira dos Índios, Unidade Educacional vinculada ao *Campus* de Arapiraca
- Viçosa, Unidade Educacional vinculada ao Centro de Ciência Agrárias
- Delmiro Gouveia, *Campus* do Sertão
- Santana do Ipanema, Unidade Educacional vinculada ao *Campus* do Sertão
- Maragogi, Polo EAD
- Olho D'Água das Flores, Polo EAD • São José da Lage, Polo EAD
- Matriz de Camaragibe, Polo EAD

No caso da extensão, a presença da Ufal extrapola suas instalações físicas. Mesmo com os cortes no orçamento de capital, e no orçamento de custeio e sem atualização das perdas inflacionárias, a instituição vem mantendo a quantidade e a qualidade das ações desenvolvidas. Isso tem sido possível em função do empenho e dedicação dos recursos humanos altamente qualificados da IES, expressos não só no trabalho desenvolvido no ensino, na pesquisa e na extensão, mas também no papel social que desempenham como importantes atores em conselhos, comissões e comitês municipais e estaduais por todo o estado de Alagoas.

Soma-se a isso a participação desses profissionais em acordos de cooperação com entes públicos e privados, demonstrando a grande permeabilidade que a Ufal possui na sociedade alagoana.

7.3 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TÉCNICO-METODOLÓGICOS GERAIS

Neste tópico são apresentados os princípios que norteiam as práticas acadêmicas da IES, visando ao desenvolvimento de diferentes níveis de formação dos indivíduos: princípios básicos de formação na graduação, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC); elementos estruturais dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação; avaliação e estágios curriculares.

a) Princípios básicos de formação na graduação

Os cursos de graduação da Ufal podem ser oferecidos na modalidade presencial, semipresencial e a distância. As orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais possibilitam uma organização curricular com relativa flexibilidade em relação às transformações científicas e sociais e à formação sintonizada com a realidade social, mas tal flexibilidade implica, necessariamente, considerar em todos os documentos e ações os quatro princípios norteadores da política de ensino da Ufal. São eles: Articulação entre ensino, pesquisa e extensão; Articulação entre teoria e prática; Interdisciplinaridade; Flexibilização curricular e Ética. Cada um desses princípios possui um maior aprofundamento na íntegra deste PPI.

b) Trabalho de Conclusão de Curso – TCC

Superando a concepção simplista e, por vezes equivocada, de que a pesquisa só ocorre na pós graduação, o TCC, mais do que uma exigência legal, um componente curricular obrigatório que deva exigir do discente a demonstração de sua capacidade criativa e

habilidade na aplicação dos aspectos técnicos, práticos e pedagógicos do curso é um grande motivador para a produção do conhecimento. Por meio do TCC o estudante é estimulado a sistematizar, registrar, refletir e apresentar conhecimentos técnicos, científicos e culturais produzidos como frutos de um trabalho de pesquisa, investigação científica ou extensão.

c) Estruturas dos projetos pedagógicos para graduação

O ordenamento curricular de cada curso de graduação poderá expressar-se por eixos, disciplinas, componentes curriculares, competências e objetivos, desde que atuem em consonância com os princípios das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação e com as diretrizes institucionais para a elaboração de PPCs. Assim, o projeto pedagógico de cada curso de graduação, além da clara concepção do curso em questão, com suas peculiaridades, seu currículo pleno e sua operacionalização, deverá abranger, sem prejuízo de outros, os seguintes elementos estruturais:

- Concepção e objetivos gerais do curso, contextualizados em relação às suas inserções institucional, política, geográfica e social;
- Condições objetivas de oferta e a vocação do curso;
- Cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso;
- Formas de realização da interdisciplinaridade;
- Modos da integração entre teoria e prática;
- Formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;
- Modos da integração entre graduação e pós-graduação, quando houver;

- Incentivo à pesquisa e à extensão, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica;
- Concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado, suas diferentes formas e condições de realização;
- Concepção e composição das atividades complementares; e, inclusão obrigatória do Trabalho de Conclusão de Curso;
- Concepção e composição das atividades curriculares de extensão.

d) Avaliação

A avaliação é uma dimensão da gestão no sentido de possibilitar correções, reorientar práticas pedagógicas, refletir sobre os projetos pedagógicos e delimitar os obstáculos administrativos. Deste modo, ela precisa estar definida, de forma clara e objetiva no PPC que deverá prever, também, um tempo para o processo de autoavaliação do fazer pedagógico. Ela é um mecanismo que contribui para as respostas dadas às demandas da sociedade e da comunidade científica e deve ser entendida como um processo amplo e colaborativo, respeitando os critérios estabelecidos no regulamento geral dos cursos de graduação. O acompanhamento e a avaliação do processo de ensino e aprendizagem deverão estar em consonância com a própria dinâmica curricular. A avaliação é, portanto, uma atitude de responsabilidade da instituição, dos docentes e dos estudantes acerca do processo formativo. A avaliação que aqui se propõe não é uma atividade puramente técnica, burocrática e punitiva; ela deve ser diagnóstica, processual e formativa, com o objetivo de manter a coerência com todos os aspectos de planejamento e execução do PCC. Ela transcende a concepção de

avaliação da aprendizagem e deve ser integrada ao PPC como dado que interfere consistentemente na ação pedagógica do curso.

e) Estágios Curriculares

Na Universidade Federal de Alagoas, com base no que preconiza o § 2º do art. 1º da Lei nº 11.788/2008, “o estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho”⁴. A partir dessa orientação, a política de estágios está organizada em função de duas dimensões, a administrativa e a acadêmica.

Administrativamente, os estágios fundamentam-se, primeiramente, na formalização de acordos e convênios com diversas instituições de direito público e privado, assim como profissionais liberais que comporão o cadastro de estágios. Esse cadastro estará disponível no ambiente de estágio do Sigaa, assim como em outros meios digitais de divulgação, como, por exemplo, a página de estágio no sítio digital da Universidade.

Em conjunto com a regulamentação geral, determinada por meio de uma resolução geral dos estágios, formaliza-se o processo de acesso dos discentes aos campos de prática, com a garantia da contratação de seguros de acidentes pessoal e coletivo e da formalização de termos de compromisso de estágio que promovem a segurança tanto institucional quanto do estudante.

Complementando a dimensão administrativa da política de estágios da Ufal, tem-se o estabelecimento do Programa de

Estágios Não Obrigatórios, que possibilita a contratação de estudantes para o desenvolvimento práticas de estágios no âmbito da administração, formando assim uma via de mão dupla, na qual a Universidade pode contar com a atuação de estudantes em processo de formação qualificada para atuar no suporte de sua estrutura administrativa, ao tempo que complementa e orienta a formação profissional do estudante, garantindo um ambiente de socialização de conhecimentos e de ampliação da aprendizagem em diversos espaços formativos.

7.4. POLÍTICAS ACADÊMICAS

7.4.1 Ensino

Refletindo a concepção de que os saberes devem ser construídos através do questionamento sistemático e crítico da realidade, associado à intervenção inovadora dessa mesma realidade, a Universidade Federal de Alagoas busca, em consonância com a LDB nº 9.394/1996, com o Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026, e com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação (Parecer nº 67/2003-CNE/CES), pontuar, em linhas gerais, os elementos fundamentais que nortearão sua política de ensino no período 2026-2032.

Uma visão ampliada de educação é perceptível no trabalho integrado, interdisciplinar e multiprofissional que ocorre entre os componentes curriculares dos cursos de graduação e os vários núcleos, escolas e órgãos de apoio pertencentes à Ufal, tais como: Colégio de Aplicação Telma Vitória (CAPTV); Núcleo de Estudos Afrobrasileiros (NEAB); Núcleo de Educação Ambiental (NEA); Núcleo de Acessibilidade (NAC); Escola Técnica de Artes (ETA); Assessoria de Educação em Direitos Humanos e Segurança Pública (AEDHESP), e Coordenadoria Institucional de Educação a Distância (CIED).

a) Projeto Pedagógico de Curso (PPC)

A Universidade Federal de Alagoas compreende que cada projeto pedagógico é único, pois os saberes a serem construídos e as circunstâncias de seu desenvolvimento possuem cada qual suas especificidades. Entendemos o projeto pedagógico não como um instrumento puramente técnico, e sim como elemento básico da gestão de ensino na graduação, como instrumento propulsor dos objetivos fundamentais do perfil profissional e intelectual que se pretende construir. Nesse sentido, as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação conferem aos seus respectivos colegiados ampla autonomia na elaboração de seus projetos e evidencia a intenção de garantir a flexibilidade, a criatividade e a responsabilidade das IES ao elaborarem suas propostas curriculares.

b) Programas especiais de formação pedagógica

- Programa de Formação Continuada em Docência Universitária (Proford)
- Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid/Capes/Ufal)
- Programa de Educação Tutorial (PET)
- Programa Mobilidade Acadêmica Nacional
- Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G)
- Programa de Monitoria

7.4.2 Políticas de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

a) Ensino de pós-graduação

A política de pós-graduação da Ufal visa garantir sua expansão e consolidação, tendo no horizonte a internacionalização e o aprofundamento das relações com a graduação e o ensino básico. Todas as iniciativas na área da internacionalização da pós-graduação, no âmbito da Ufal, estão alinhadas com os preceitos e orientações da política nacional para difundir a produção científica, tecnológica e cultural de maneira a tornar transparente o conhecimento que permite o crescimento profissional e desenvolvimento da ciência e da tecnologia em Alagoas e no Brasil. Desempenham importante papel os cursos e programas de pós-graduação *stricto sensu*, incluindo mestrados e doutorados institucionais, e de pós-graduação *lato sensu*.

• Pós-graduação *stricto sensu*:

A consolidação da pós-graduação *stricto sensu* da Ufal se dará pelo fortalecimento da interação entre os programas e o incentivo à iniciação científica, por meio do estímulo ao envolvimento de pesquisadores no processo de orientação a estudantes da graduação. É também primordial e fundamental para a excelência da pós-graduação o apoio à realização de colaborações técnico-científicas que possam resultar em convênios de cooperação, além da introdução de novas metodologias científicas no âmbito das linhas de pesquisas. Para isso, será ampliada a divulgação da oferta de editais que permitam a captação de recursos em diferentes órgãos de fomento. O sucesso dos programas de pós-graduação *stricto sensu* decorrerá do planejamento e gerenciamento orientado, sobretudo, pelos interesses da sociedade alagoana e do

povo brasileiro. Evidencia-se que a política da pós-graduação da Ufal toma por parâmetro as orientações da Capes, almejando o nível de excelência. Para alcançar a qualidade pretendida, serão considerados os indicadores de avaliação de desempenho da pós-graduação, tendo como referência os documentos de área da Capes. Os dados dos PPGs estão sistematicamente alojados no Sigaa, facilitando a consulta e o fornecimento de informações no processo de avaliação, e interagindo com o sistema da Capes por meio da Plataforma Sucupira.

- **Cursos Dinter e Minter:**

A Ufal apoia propostas de Mestrado Interinstitucional (Minter) e Doutorado Interinstitucional (Dinter), com o objetivo de contribuir com a formação de recursos humanos em instituições conveniadas em diversas regiões do país. Os programas de doutorado e mestrado interinstitucionais são estimulados quando do interesse público ou da necessidade de potencializar grupos de pesquisas e programas de pós-graduação promissores.

- **A pós-graduação *lato sensu*:**

O desenvolvimento de uma política institucional de pós-graduação *lato sensu*, contemplando cursos de especialização e residências de natureza multiprofissional, visa informatizar e aperfeiçoar os procedimentos de submissão de propostas e respectivos formulários, bem como assessorar as coordenações dos cursos, de forma a reduzir os prazos para emissão dos diplomas e regularizar o envio dos relatórios parciais e finais dos cursos.

Ufal permitirá iniciativas abertas e fechadas de proposta de cursos, conforme resolução interna, em especial aquelas que potencializam o desenvolvimento do estado de Alagoas, que qualificam docentes da rede pública de ensino, que formam gestores públicos e profissionais da saúde e que promovam a diversidade e os direitos humanos.

b) Políticas de pesquisa, inovação e empreendedorismo

A Ufal têm dado contribuições científicas, culturais e tecnológicas relevantes. A sua produção é expressiva em periódicos nacionais e internacionais, sendo uma parcela substancial desta produção realizada em conjunto com pesquisadores de instituições estrangeiras.

Os esforços atuais visam ao desenvolvimento de programas e políticas que insiram a instituição nas redes globais de ensino superior. Especificamente, a questão de mobilidade acadêmica ganha relevo, seja com a ida de docentes e estudantes para o exterior, seja com a recepção a pesquisadores estrangeiros. A ampliação da mobilidade acadêmica permitirá um melhor posicionamento da Ufal no cenário acadêmico mundial, ao mesmo tempo em que aumentará as possibilidades de desenvolvimento local.

A política de inovação e empreendedorismo busca o fortalecimento de uma cultura empreendedora no ambiente interno da instituição. Nesse aspecto, pode ser vista como uma estratégia para o desenvolvimento de pesquisas com caráter inovador, com geração de patentes, com o intuito de aumentar a inserção da Ufal na solução de problemas postos pela sociedade, contribuindo para o desenvolvimento regional.

No que diz respeito à formação empreendedora, a cultura do empreendedorismo deve ser fomentada por meio do apoio à promoção de eventos, palestras e cursos de curta duração, visando tanto o público interno, estudantes e servidores da Ufal, bem como o público externo. É possível também articular o tema a disciplinas específicas, por exemplo, na pós-graduação e na graduação, quando cabível.

7.4.3 Política de Extensão e Cultura

a) Atividades Curriculares de Extensão (ACE)

O Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014) tem como uma de suas metas “elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas no segmento público”.

Nesse sentido, a estratégia de número 12.7 deseja “assegurar no mínimo 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”.

A inclusão da extensão como componente curricular obrigatório é uma política conquistada pelo Forproex das Instituições Públicas de Ensino (Ipes), que ressalta sua importância para a renovação da prática e métodos acadêmicos. Sem as ações extensionistas, corre-se o risco de repetição dos padrões conserva-

dores e elitistas tradicionais, que reiteram a endogenia, abrem espaço para a mera mercantilização das atividades acadêmicas e, assim, impedem o cumprimento da missão da universidade pública e gratuita.

As Atividades Curriculares de Extensão (ACE) incluem atividades configuradas como componentes curriculares que podem ser creditadas no histórico do/a discente de graduação na forma de projetos, cursos, eventos e produtos relacionados ao Programa de Extensão da Ufal, com ementa e objetivos formativos definidos nos PPCs. Desta forma, na Ufal, cada curso deve propor, no mínimo, um programa de extensão, e, ligados a este, dois projetos, com duração de no mínimo dois semestres.

b) Princípios e diretrizes gerais da extensão

Foram considerados como ponto de partida para a observação dos princípios e diretrizes da extensão na Ufal o acúmulo do Forproex das Instituições Públicas de Ensino (IPES), registrado na Política Nacional de Extensão Universitária (PNEU); a Resolução nº 65/2014 da Ufal; as diretrizes e metas do PNE 2026-2036 e a Resolução nº 7/2018-CNE/CES. A seguir, explicaremos um pouco sobre cada uma dessas diretrizes. A Política Nacional de Extensão Universitária (PNEU) considera a extensão universitária sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a define como um “processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade”⁶. Orientada por essa concepção, a PNEU expõe diretrizes para ações de extensão universitária, a saber: interação dialógica; interdisciplinaridade e interprofissionalidade; indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão; impacto na formação do estudante; impacto e transformação social.

c) A extensão na formação profissional

No âmbito profissional, a extensão deve ser compreendida como uma possibilidade especial de apropriação complexa e socialmente situada do conhecimento científico que caracteriza cada uma das formações. Destaca-se aqui a inserção da extensão como componente curricular obrigatório, ressaltando a agregação de conhecimentos e valores humanísticos. É crucial diversificar a forma de participação dos estudantes nas ações de extensão (programas, projetos, cursos, eventos, elaboração de produtos e prestação de serviços). O estudante se constitui como agente ativo que analisa a realidade, identifica problemas, dialoga sobre/com eles, investiga possibilidades de atuação, estuda, planeja ações de forma coletiva e avalia seus resultados com uma reflexão científica e crítica, situada social e historicamente. As ações de extensão, como componentes curriculares obrigatórios, expressam uma mudança de paradigma no âmbito da formação profissional e na concepção de universidade, que passa a ser, mais do que nunca, socialmente referenciada.

Também é importante ressaltar a necessidade da continuidade nas ações de extensão. Uma questão recorrente das comunidades, movimentos sociais e instituições onde as atividades são desenvolvidas é a descontinuidade das ações extensionistas, além do caráter utilitário que por vezes assumem, limitando-se à coleta de dados, sem consequências práticas ou algum tipo de retorno acerca das investigações. Neste sentido, a curricularização e a creditação da extensão têm a potencialidade de deixar um legado social mais sistemático, organizado e profundo, sendo as ACE mantidas ao longo do percurso curricular, desenvolvidas prioritariamente em forma de projetos ao longo dos semestres.

7.5 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA-PEDAGÓGICA

a) Ensino

Na Ufal, a oferta acadêmica é realizada tanto em modalidade presencial quanto em modalidades semipresencial a distância, seja por meio de uma ou mais disciplinas ou parte destas, e, ainda, pela oferta total de um curso. A primeira modalidade se sustenta na oferta de cursos presenciais, permitindo o uso de novas ferramentas de interação, visando à potencialização da relação entre ensino e aprendizagem que envolve diferentes sujeitos que interagem diretamente.

A segunda e terceira modalidades oportunizam condições de acesso, de permanência e de qualificação para um quantitativo de estudantes que não se enquadram nas condições tradicionais de oferta. Entretanto, a oferta prioritária dos cursos de graduação é na modalidade presencial, conforme reafirmado neste PDI e no registro institucional no Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (e-MEC) do Inep.

Todas as modalidades encontram suporte em sistemas de tecnologia que favorecem a organização didática e as rotinas administrativo-pedagógicas dos cursos. No caso da graduação presencial, o SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas, também chamado de Módulo Acadêmico, agrega os diários de classe das disciplinas atribuídas aos docentes a cada semestre. Os docentes interagem com o SIGAA, por exemplo, inserindo dados sobre planos de ensino, frequência, pagelas, atas e notas.

No caso da graduação a distância, os sistemas de informação são a base de todo o trabalho desenvolvido. Desse modo, os AVAs constituem a principal ferramenta para o gerenciamento do proce-

cesso ensino-aprendizagem na EAD. Na Ufal, esses ambientes interagem com a plataforma Modular Object Oriented Distance Learning (Moodle), que funciona como uma sala de aula virtual onde estão alojadas as disciplinas dos cursos – ou mesmo os cursos na íntegra. Nesse espaço virtual, alunos e docentes se encontram, planejam, estudam, interagem, trocam mensagens e materiais, em conjunto ou autonomamente. Ressalta-se a grande utilização desses AVAs também em cursos presenciais.

Quanto à organização dos cursos de graduação, a Ufal adota o regime semestral, possibilitando a oferta de disciplinas em período de férias, por exemplo, o que permite uma movimentação mais rápida dos estudantes do fluxo individual (estudantes que estão fora do período esperado de acordo com o seu ingresso) para o fluxo padrão (estudantes pertencentes ao período esperado de acordo com seu ingresso). Na pós-graduação, além do regime semestral, são permitidos também outros regimes, desde que estejam definidos nos regimentos internos dos respectivos PPGs.

O ingresso na Ufal é efetivado por meio de processo seletivo, sendo a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) o meio de seleção e a plataforma do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) o meio de inscrição, respeitados os critérios de cotas em vigor. A partir da entrada no semestre 2019.1, a Universidade adota a sistemática de bancas de validação de autodeclarações para as vagas reservadas aos/às candidatos/as negros/as de cor parda ou preta no processo do Sisu/Ufal, além de análise dos candidatos que se autodeclaram pessoas com deficiência.

No exercício de sua autonomia, a Universidade poderá adotar outros processos de seleção, simplificados ou não, para o preenchimento de vagas ociosas ou em casos de convênios firmados no interesse público. Dentre outros, aqueles que dizem respeito à formação de docentes que atuam na rede pública de ensino e à formação de gestores públicos. Em todos os casos, a igualdade de oportunidade de acesso é garantida por meio de editais.

b) Diretrizes Pedagógicas

Esta seção apresenta o plano para atendimento às diretrizes pedagógicas da instituição, estabelecendo os critérios gerais para definição de inovações consideradas significativas, especialmente quanto à flexibilidade dos componentes curriculares; oportunidades diferenciadas de integralização curricular; atividades práticas e estágio; desenvolvimento de materiais pedagógicos; incorporação de avanços tecnológicos. Cada um desses aspectos será brevemente abordado a seguir:

- **Inovações significativas quanto à flexibilidade dos componentes curriculares**

No exercício de sua autonomia, os cursos devem incorporar a flexibilização curricular nos seus projetos pedagógicos, contemplando, para além da oferta de disciplinas eletivas, aumento ou redução de carga horária de disciplinas ou de cursos e inclusão de atividades complementares, de modo a permitir maior fluidez e dinamização na vida acadêmica dos estudantes. Aí se inclui a previsão, entre os componentes curriculares, de tempo livre para permitir ao estudante incorporar outras formas de aprendizagem e formação social.

- **Integralização Curricular e Mobilidade Estudantil**

Por meio da mobilidade, os estudantes podem integralizar disciplinas de outros cursos que façam parte ou não do elenco do seu currículo. No caso de não fazerem parte do currículo obrigatório, os estudantes aproveitam as disciplinas como atividades complementares, que são necessárias à integralização. Esse processo, amparado pela Resolução nº 122/2025-CONSUNI/UFAL, é possibilitado por matrícula em disciplinas com vagas remanescentes em outros cursos, o que também contribui com a redução de suas vagas ociosas nos cursos da instituição. Nesse sentido, a abreviação de curso é outro mecanismo que gera oportunidades diferenciadas de integralização curricular. Ela é regulamentada pela Resolução nº 122/2025-CONSUNI/UFAL, que estabelece normas para abreviar a duração de cursos de graduação para estudantes que apresentam um aproveitamento extraordinário. A mobilidade estudantil interinstitucional nacional e internacional ocorre na Ufal por intermédio de convênios entre as Ifes ou com o Programa Andifes, bem como a partir da adesão a programas específicos, coordenados pela Assessoria Internacional (ASI), que organiza programas, redes e convênios com outras universidades internacionais.

- **Atividades práticas e estágio**

O estágio é atividade inerente à formação no ensino superior, constituindo parte integrante dos PPCs, que devem observar o que preconiza a Lei nº 11.788/2008 e o que institui a Resolução nº 71/2006/CONSUNI/UFAL. As atividades práticas, por sua vez, podem

envolver visitas, experimentos, desenvolvimento de projetos, entre outros, que podem constar dos PPCs como ações sistemáticas dos cursos ou podem ocorrer em função da autonomia didática dos docentes.

- **Desenvolvimento de materiais pedagógicos**

A Universidade tem experimentado, desde 1998, com a criação dos cursos semipresenciais em Pedagogia que foram ofertados pelo Centro de Educação, a produção de materiais de apoio pedagógico para os estudantes. Em 2006 a Ufal ampliou a sua atuação por meio da adesão ao projeto piloto de Administração, modalidade a distância, precursor do Programa da Universidade Aberta do Brasil. Em 2009, a Ufal consolidou a sua atuação na UAB com a oferta de cursos para formação inicial e continuada de docentes da rede pública.

- **Incorporação de avanços tecnológicos**

A implantação de plataforma de ensino e a capacitação dos docentes da Ufal para o uso das ferramentas da Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC) têm sido pontos estruturantes para a transformação das aulas tradicionais, levando a Universidade para um novo patamar de interação. Para essa consolidação, a Universidade tem atuado a partir de ações básicas preponderantes: a) substituição dos seus sistemas informatizados acadêmicos e administrativos; b) reestruturação da rede lógica, em especial o aumento de velocidade e o alcance da rede, permitindo salas de aula com uma perspectiva mais eletrônica; c) necessidade de atualização dos desenvolvimentos tecnológicos demandados pela sociedade.

- **Atividades de extensão**

A organização da extensão, do ponto de vista institucional, se dá a partir do disposto na Resolução nº 65/2014-CONSUNI/UFAL e nº 4/2018-CONSUNI/UFAL, que dispõem sobre as diretrizes da extensão na Ufal, assim como na organização proposta pelo Forproex, por meio da Política Nacional de Extensão Universitária, na qual se baseia a resolução da Ufal. Desta forma, além das diretrizes já apresentadas na apresentação deste texto e na parte do PPI que trata da extensão, esta prática se organiza na Ufal em oito áreas temáticas definidas nacionalmente, a saber: Comunicação; Cultura; Direitos Humanos e Justiça; Educação; Meio Ambiente; Saúde; Tecnologia e Produção e, por fim, Trabalho. Todas as ações de extensão devem ser classificadas em uma das áreas temáticas, considerando seu foco principal, de forma a favorecer a organização e sistematização de estudos, relatórios e políticas de extensão.

Outro aspecto importante da organização das ações é o tipo de ação que pode ser realizada: eventos, cursos de extensão, projetos, produtos e programas. As definições destes elementos se encontram na Resolução nº 65/2014-CONSUNI/UFAL e nº 4/2018-CONSUNI/UFAL,. Quando inseridos nos PPCs, as ações de extensão são denominadas de Ações Curriculares de Extensão (ACE). Cada curso deve apresentar no mínimo um programa e dois projetos de extensão para torná-los componentes curriculares obrigatórios da formação profissional do curso.

c) Pós-graduação

O ensino da pós-graduação é realizado em dois níveis: *lato sensu* e *stricto sensu*. Os cursos *lato sensu* ofertados periodicamente à comunidade pelas UAs têm seus projetos apreciados pela Pró-

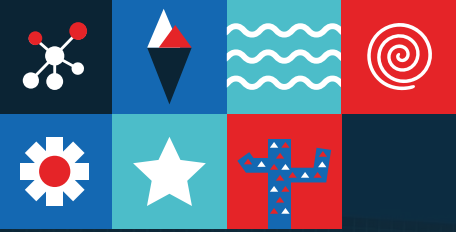
-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e orientados por regulamentação da Resolução nº 1/2018-CNE/CES, que “estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, conforme prevê o Art. 39, § 3º, da Lei nº 9.394/1996”7. A Ufal está reformulando a resolução institucional que trata do tema para adequação às diretrizes do documento do Conselho Nacional de Educação (CNE) e posterior apreciação e aprovação pelo Consuni. Os cursos *stricto sensu* fazem parte dos PPGs, podendo ser ofertados nos níveis de mestrado (acadêmico ou profissional) e doutorado, ou apenas de mestrado ou doutorado.

Esses cursos são vinculados às unidades acadêmicas e ofertados mediante prévia aprovação da Capes e normatizados pelo Regulamento Geral dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Ufal, aprovado pela Resolução nº 50/2014-CONSUNI/UFAL. Cada programa de pós-graduação da Ufal possui seu regimento interno aprovado pelo Conselho Universitário, sendo atualizado, reformulado e adaptado às normas postas no Regulamento Geral. Conforme o art. 7º do referido documento, os Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* têm por finalidade: I - proporcionar o aprimoramento em diferentes áreas do saber, visando a oferecer ao discente elevado padrão técnico, científico e profissional; II - desenvolver, no âmbito da Ufal, um ambiente de incentivo à produção de conhecimento, através da pesquisa, do ensino e da extensão; III - formar recursos humanos que atendam às exigências de qualificação e expansão do ensino superior, da profissionalização e da pesquisa. O corpo docente dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* é constituído, preferencialmente, por docentes da Ufal e professores e pesquisadores de outras instituições de ensino e pesquisa nacionais ou internacionais, conforme recomendações do regimento interno de cada programa e dos documentos de área em vigor na Capes (Art. 19 da Regulamentação Geral dos PPGs da Ufal).

O prazo máximo para a permanência dos discentes nos cursos de pós-graduação stricto sensu é de 36 (trinta e seis) meses para o mestrado e de 60 (sessenta) meses para o doutorado. As ações dos PPGs são executadas em consonância com o respectivo PPC, que responde às exigências das áreas específicas, observando os critérios de qualidade conforme os pontos destacados no processo de avaliação da Capes, a saber:

- O programa, que deve tratar das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e estrutura curricular, infraestrutura disponível, em relação aos objetivos do programa.
- O programa, que deve tratar das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e estrutura curricular, infraestrutura disponível, em relação aos objetivos do programa.
- A formação, considerando a qualidade e adequação das teses, dissertações em relação às áreas de concentração e linhas de pesquisa do programa. A produção intelectual de discentes e egressos.
- O impacto na sociedade, que demonstre o caráter inovador da produção intelectual do programa; o impacto econômico, social e cultural do programa; a Internacionalização e a visibilidade do programa.





8. AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO INSTITUCIONAL



8. AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO INSTITUCIONAL

O aprimoramento contínuo de uma instituição complexa como uma universidade pública é um exercício de reflexão constante e adesão às responsabilidades. A Ufal tem buscado fortalecer seus processos avaliativos ao longo dos anos, consolidando uma articulação institucional que oferece um panorama consistente da qualidade de seus cursos e da instituição como um todo. Compreender os resultados alcançados na avaliação institucional permite orientar nossas ações de curto, médio e longo prazos para o aperfeiçoamento contínuo.

O PDI Ufal 2026-2032 reafirma o entendimento da autoavaliação como estratégia essencial para o acompanhamento permanente das atividades da Universidade, em consonância com seus objetivos e sua função social. O objetivo central é assegurar a melhoria da qualidade da educação superior, fortalecendo a eficácia institucional e a efetividade acadêmica e social.

A avaliação institucional na Ufal aprofunda os compromissos e as responsabilidades sociais da Universidade, valorizando sua missão pública, promovendo princípios democráticos, o respeito à diferença e à diversidade, e afirmando a autonomia e a identidade institucional. O grande desafio é consolidar a cultura de avaliação como um processo eficiente e eficaz, que assegure maior qualidade ao ensino, à pesquisa, à extensão e à gestão universitária.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) é o marco referencial que estrutura a avaliação dos cursos de graduação em três eixos principais: avaliação das instituições, dos cursos e do

desempenho dos estudantes. Os resultados desses processos, subsidiam a regulação, o credenciamento e o reconhecimento de cursos. A Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Inep) é responsável por sua execução. O Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), orientado pela CAPES, define as diretrizes, estratégias e metas para a pós-graduação no Brasil.

8.1 ESTRUTURA DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A estrutura de funcionamento da Avaliação Institucional na Ufal conta com instâncias que atuam de forma complementar para dar suporte administrativo e garantir a perenidade das ações de avaliação. São elas:

- **Comissão Própria de Avaliação (CPA):** Elabora a proposta de autoavaliação junto à comunidade acadêmica e coordena o processo de aplicação dos instrumentos de auto-avaliação em conformidade com o SINAES.
- **Comissões de Avaliação e Acompanhamento (CAAs):** Presentes nas Unidades Acadêmicas e *campi*, atuam de forma articulada com a CPA.
- **Coordenadoria de Planejamento, Avaliação e Informação (CPAI):** Vinculada à Pró-Reitoria de Gestão Institucional (PROGINST), realiza o monitoramento de indicadores definidos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e auxilia a elaboração dos Plano de Desenvolvimento das Unidades (PDU's), bem como os planos de ações anuais.
- **Coordenadoria de Desenvolvimento do Pedagógico (CDP):** Vinculada à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), executa o acompanhamento dos indicadores de qualidade, tanto no âmbito do desempenho dos estudantes (permanência, evasão, retenção).

- **Procuradoria Institucional Educacional (PEI):** Também vinculada à Pró-Reitoria de Graduação, realiza o gerenciamento das avaliações de cursos, credenciamento institucional e Censo Universitário.
- **Coordenadoria de Pós-Graduação (CPG):** Vinculada à Pesquisa e Pós-Graduação (PROPEP), desempenha a mediação das avaliações dos cursos de Pós-Graduação, junto a CAPES.

A autoavaliação na Ufal é orientada pelos eixos avaliativos estabelecidos pelo Inep e pelo CAPES:

Infográfico 15: Eixos da avaliação institucional do INEP



Fonte: Elaboração própria, 2026

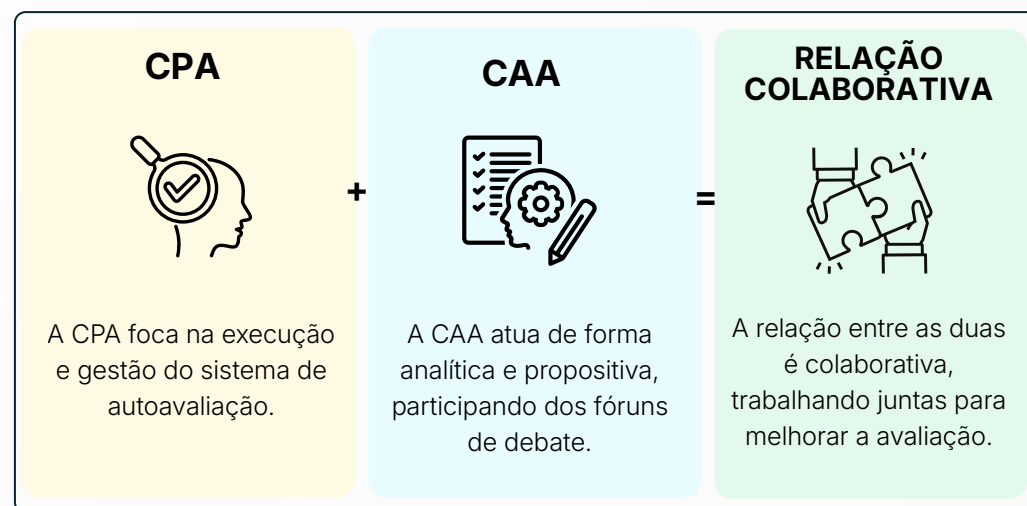
8.2 MÉTODO E INSTRUMENTO DA CPA

A CPA coordena o processo de autoavaliação semestralmente, com o apoio das CAAs. São aplicados instrumentos de avaliação junto a discentes, docentes e técnicos-administrativos. Perspectiva Discente: Avalia as disciplinas, o desempenho dos docentes, a infraestrutura das disciplinas e a instituição (gestão e infraestrutura geral).

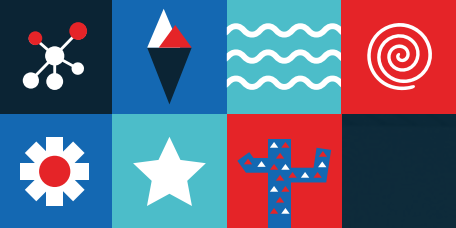
Perspectiva Docente e Técnico-Administrativa: Avalia a instituição quanto à gestão acadêmica, administrativa e infraestrutura geral.

O processo de trabalho da CPA envolve um ciclo contínuo de planejamento, sensibilização da comunidade, aplicação de instrumentos, análise de dados e divulgação de resultados. Os relatórios de autoavaliação são publicados no site da Ufal para consulta pública, de forma agregada e desagregada.

Infográfico 16: Funções da CPA e CAA



Fonte: Elaboração própria, 2026



AUDITORIO

NÃO TOMAR
CAFÉ DENTRO
DO AUDITORIO!

9. PERSPECTIVA DE EXPANSÃO NA GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO



9. PERSPECTIVA DE EXPANSÃO NA GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

A criação do novo *Campus* Tabuleiro do Sul, com sede em Teotônio Vilela, representa um passo estratégico no processo de interiorização do ensino superior em Alagoas. A iniciativa responde às necessidades educacionais da região, ampliando a presença acadêmica em territórios com grande potencial de desenvolvimento e reforçando o compromisso com a formação integral da juventude alagoana.

A implantação dessa unidade acadêmica trará impactos significativos para o Tabuleiro do Sul e municípios vizinhos. Além de expandir oportunidades de acesso ao ensino superior, a iniciativa estimula a economia local e fortalece redes de inovação, pesquisa e extensão, contribuindo diretamente para a dinamização social e produtiva da região.

No campo educacional, o novo *campus* permite ampliar a oferta de cursos superiores alinhados às demandas contemporâneas e às vocações territoriais. A estrutura acadêmica planejada favorece práticas formativas integradas incentivando a produção científica, o uso de tecnologias educacionais e a aproximação com realidades comunitárias.

A perspectiva de novos cursos também se estende ao *Campus* do Sertão, em Delmiro Gouveia e Santana do Ipanema, consolidando um ciclo de crescimento que valoriza a diversidade territorial do estado. Essa expansão fortalece a rede de formação superior no agreste e sertão, garantindo acesso mais equitativo ao conhecimento e ampliando as possibilidades de desenvolvimento humano e regional.

Tabela 10: Cursos a serem ofertados pelo *Campus* de Engenharias e de Ciências Agrárias para a região do Tabuleiro Sul

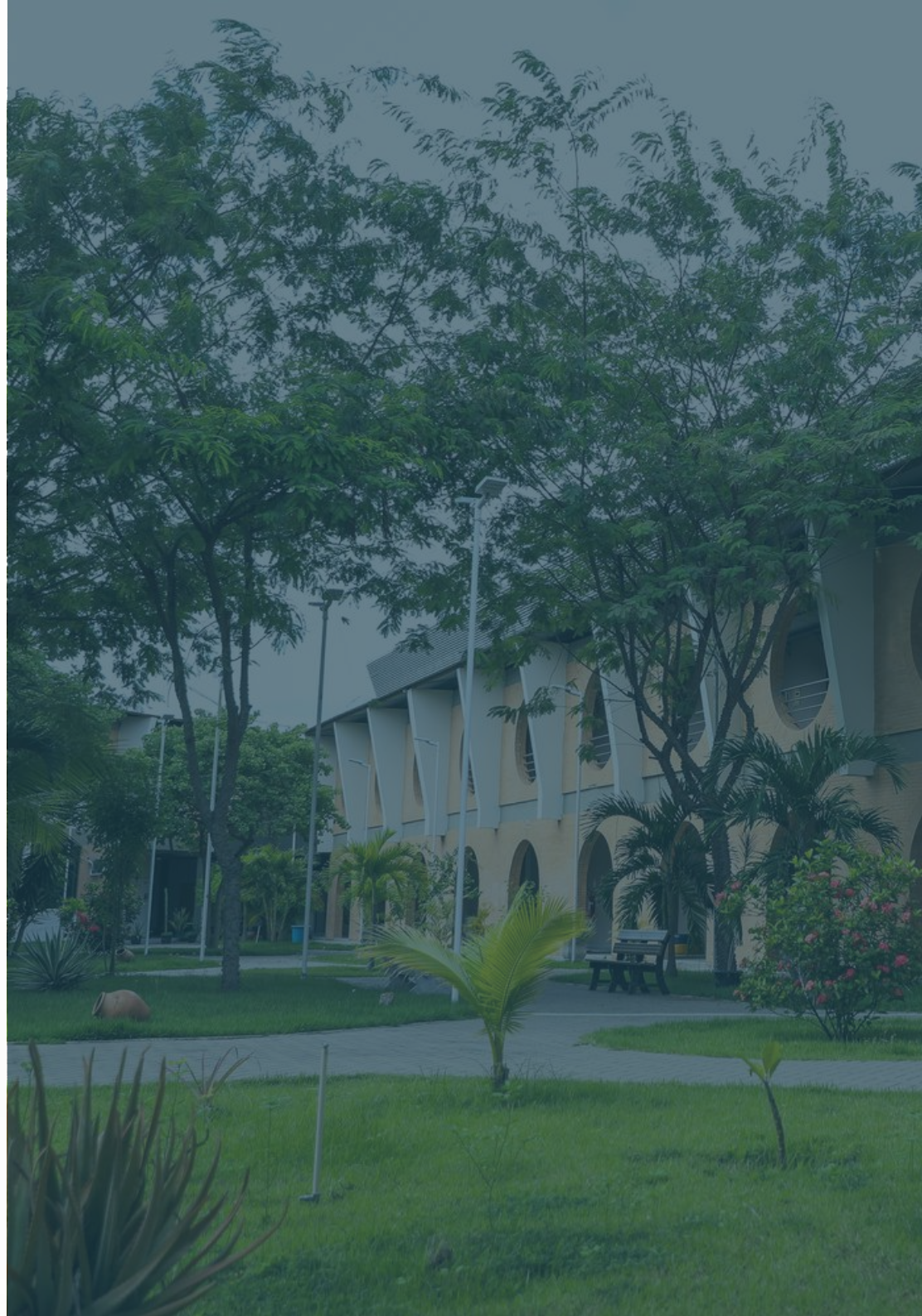
Curso	Modalidade	Turno	Vagas Ofertadas
Agroindústria	Bacharelado	Integral	50
Agroindústria	Tecnológico	Integral	50
Agrícola	Bacharelado	Integral	50
Ciências Biológicas	Licenciatura	Integral	50
Ciências de Dados	Bacharelado	Integral	50
Ciências de Dados	Tecnológico	Integral	50
Energias Renováveis	Bacharelado	Integral	50
Energias Renováveis	Tecnológico	Integral	50
Física	Licenciatura	Integral	50
Matemática	Licenciatura	Integral	50
Química	Licenciatura	Integral	50

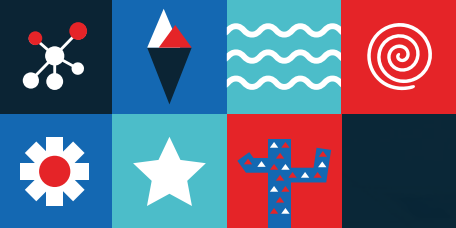
Fonte: Gabinete da reitoria

Tabela 11: Projeção de novos cursos para o *Campus* do Sertão

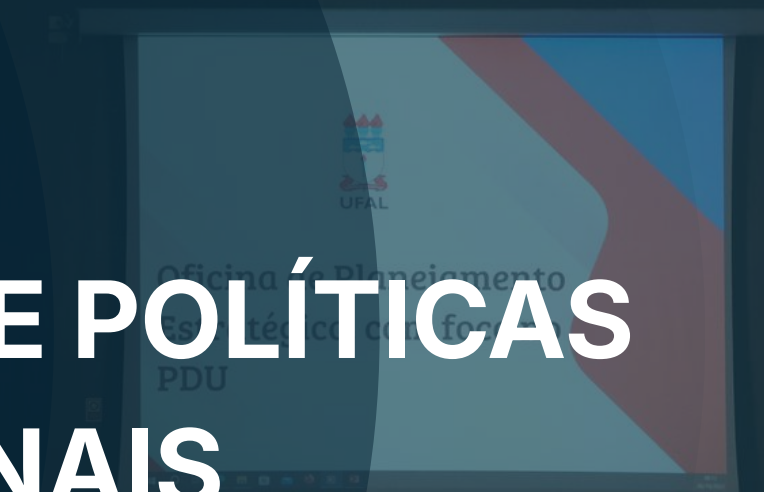
Cursos	Vagas	Município
Arqueologia	50	Delmiro Gouveia
Ciência da Computação	40	Santana do Ipanema
Educação do Campo (Licenciatura)	50	Delmiro Gouveia
Educação Física	50	Delmiro Gouveia
Educação Quilombola (Licenciatura)	50	Delmiro Gouveia
Enfermagem	60	Delmiro Gouveia
Física Licenciatura	50	Delmiro Gouveia
Fonoaudiologia	50	Delmiro Gouveia
Licenciatura Indígena	50	Delmiro Gouveia
Matemática (Licenciatura)	50	Delmiro Gouveia
Medicina	60	Delmiro Gouveia
Nutrição	40	Santana do Ipanema
Odontologia	30	Santana do Ipanema
Sistemas de Informação	40	Santana do Ipanema
Terapia Ocupacional	50	Delmiro Gouveia

Fonte: Gabinete da reitoria





10. PLANOS E POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

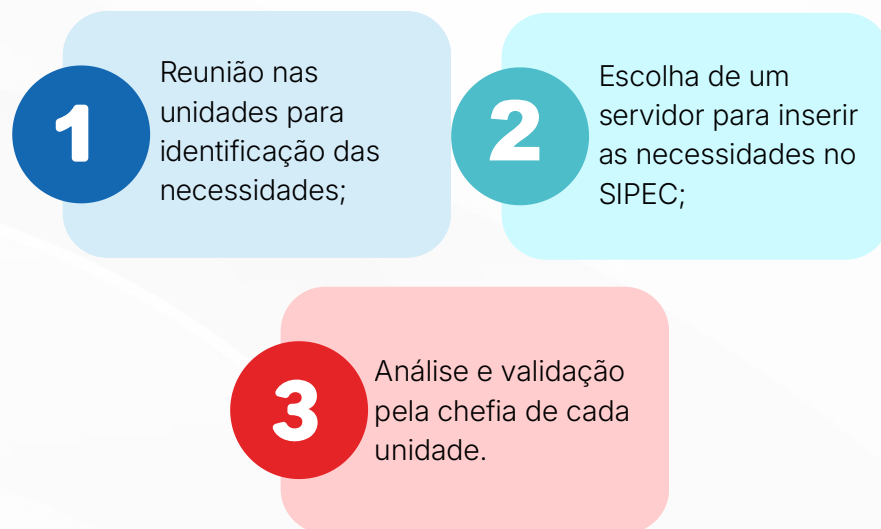


10. PLANOS E POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

10.1 PLANO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

O PDP UFAL foi elaborado com base nas diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP), com a participação dos servidores e chefias nas etapas de identificação e priorização das necessidades de desenvolvimento. O processo seguiu as seguintes etapas:

Infográfico 17: Processo de elaboração do PDP UFAL



Fonte: Elaboração própria (2026)

O objetivo do plano é promover o desenvolvimento das competências dos servidores públicos para garantir a excelência na atuação das entidades da administração pública federal.

O Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP), instituído pelo Decreto 9.991/2019 e atualizado pelo Decreto 10.506/2020, visa promover o aprimoramento das competências necessárias para a atuação eficiente dos servidores públicos. O plano deve incluir: as necessidades de desenvolvimento, público-alvo das ações, as ações previstas com carga horária estimada e o custo das ações.

Esse plano visa garantir o desenvolvimento contínuo dos servidores e a eficiência na utilização de recursos no âmbito público.

10.2 PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

O PDTIC da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) é um instrumento de gestão que orienta o uso da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) na instituição, em alinhamento ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). O PDTIC define prioridades, metas e ações estratégicas para assegurar que a TIC contribua para o alcance dos objetivos acadêmicos, administrativos e sociais da universidade. Entre seus elementos centrais estão:

Infográfico 18: Elementos centrais da TIC



Missão da TIC: prover soluções tecnológicas que possibilitem o alcance dos objetivos institucionais

Visão: ser eficaz e eficiente no fornecimento de soluções alinhadas ao PDI

Valores: efetividade, transparência, excelência, colaboração, ética, inovação e segurança.

Fonte: Elaboração própria (2026)

Em sua conclusão, o PDTIC reforça que a integração entre estratégia institucional e TIC é essencial para a modernização da Ufal. O sucesso do plano depende de seu monitoramento contínuo, da mitigação de riscos e do alinhamento permanente às metas do PDI.

10.3 POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO

A Universidade Federal de Alagoas (Ufal) aprovou, por meio da resolução 55/2026 do Conselho Universitário (Consuni), sua Política de Comunicação Institucional. Gestão, transparência, participação e compromisso público legitimam o documento aprovado.

A Política de Comunicação contribuirá para padronizar a divulgação institucional e tornar mais eficientes os fluxos de informação. Sua finalidade é reduzir ruídos na comunicação, assegurar respostas mais ágeis e adequadas à sociedade e à comunidade universitária, e, assim, minimizar possíveis impactos negativos sobre a imagem da instituição.

Documento construído coletivamente e que vai nortear as ações de comunicação institucional, independente de quem esteja à frente da gestão da Ufal e da própria Ascom, considerando princípios como, por exemplo, impessoalidade, interesse público, transparência, sustentabilidade, acessibilidade, uniformidade e unidade de discurso organizacional, e principalmente, o combate à desinformação.

A partir de agora a Ufal vai regulamentar muito do que já está desenvolvendo, mas agora com diretrizes, estratégias e ações que orientam a instituição sobre sua relação com seus públicos

O trabalho contou com contribuições de docentes, servidores técnicos e estudantes, que destacaram a importância da política para fortalecer uma comunicação mais coesa, acessível, respeitosa e representativa na Ufal.

O documento descreve vários objetivos principais, incluindo: promover o diálogo entre a Universidade e seus diversos stakeholders [públicos de interesse]; disseminar informações científicas para um público mais amplo e não especializado; aumentar a visibilidade das atividades da Universidade em ensino, pesquisa, extensão, cultura e gestão; construir legitimidade institucional na comunidade e profissionalizar as atividades de comunicação da Ufal.

A Política de Comunicação é guiada pelos seguintes princípios-chave: impessoalidade, visão estratégica, interesse público, transparência, responsabilidade ética e social, qualidade e profissionalismo, credibilidade, diversidade e inclusão, proatividade, sustentabilidade, acessibilidade e comunicação unificada.

A Assessoria de Comunicação é o órgão responsável pela gestão de comunicação da Ufal, supervisionando o uso dos canais oficiais, como o site institucional, as plataformas de mídia social, e a Rádio Ufal, além das listas de e-mail, boletins informativos e painéis externos.

A Política ainda estabelece um Conselho Curador de Comunicação para fornecer orientação e supervisão nas atividades. O documento reforça a impessoalidade na comunicação institucional, garantindo unidade na imagem da Ufal e o uso correto da marca oficial. A proposta aprovada também prevê ampla divulgação da resolução e de suas normas, para que todos conheçam e cumpram suas diretrizes.

10.4 POLÍTICA DE ACESSIBILIDADE E DE ATENDIMENTO DIFERENCIADO A PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS

O NAC (Núcleo de Acessibilidade) visa ao desenvolvimento de políticas de inclusão de pessoas com deficiência, transtornos do neurodesenvolvimento e altas habilidades/superdotação na vida acadêmica, na perspectiva de promover a remoção de barreiras físicas, pedagógicas, atitudinais, comunicacionais e digitais, proporcionando cuidado e qualidade de vida na trajetória acadêmica dos/as nossos/as discentes.

10.5 PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

O Plano de Logística Sustentável (PLS), da Ufal é um instrumento de gestão, visando racionalizar recursos, reduzir impactos ambientais e promover práticas sustentáveis. Estruturado em sete etapas cíclicas, ele se baseia em eixos temáticos com metas e ações definidas:

Quadro 5: Síntese do PLS

Eixo Temático	Objetivo Principal	Metas
Material de Consumo	Reduzir o consumo de materiais (papel, copos descartáveis e toners).	Reduzir em até 6% o consumo de copos e em 5% o de papel e toners.
Energia Elétrica	Promover o uso racional de energia elétrica.	Reduzir em 10% o consumo de energia por área construída.
Água e Esgoto	Retomar a autonomia hídrica e o sistema de tratamento no CACS.	Recuperar e colocar em operação o sistema próprio de abastecimento e tratamento.
Coleta Seletiva	Implementar a gestão de resíduos sólidos orgânicos.	Quantificar 100% dos resíduos orgânicos gerados nas unidades.
Compras/Contratações	Inserir critérios de sustentabilidade na contratação de serviços.	Revisar 100% dos instrumentos contratuais vigentes.

Eixo Temático	Objetivo Principal	Metas
Transporte e Frota	Reduzir custos operacionais com manutenção e combustível.	Realizar análise comparativa entre o uso de frota própria e o sistema TáxiGov.
Áreas Verdes	Aperfeiçoar a gestão da arborização.	Inventariar a vegetação existente e aumentar a diversidade de espécies em 5%.
Educação Ambiental	Promover a conscientização crítica sobre o meio ambiente.	Implementar ações formativas direcionadas a escolas e comunidades.

Alinha a Ufal com os ODS. Sua consolidação futura, no entanto, dependerá da criação de uma Política Ambiental amplamente discutida. O PLS (Plano de Logística Sustentável) pode ser consultado através das Portarias nº 674/GR/2020 e nº 19/PROINFRA/2020, e sua aplicação segue a Instrução Normativa nº 10/2012 e o Decreto nº 7.746/2012.

10.6 POLÍTICA PARA GESTÃO DE RISCOS

A Comissão de Gestão de Riscos atua como instância permanente de supervisão e assessoria em governança de riscos e controles internos. Suas principais responsabilidades incluem propor e revisar o Plano de Gestão de Riscos, acompanhar a evolução dos níveis de risco e a eficácia dos controles, apoiar a identificação e análise de riscos orga-

nizacionais, consolidar relatórios gerenciais para o Comitê de Governança, sugerir capacitações, medir o desempenho da gestão e coordenar a implantação da Política de Gestão de Riscos (PGRiscos).

A comissão também promove a disseminação de boas práticas sobre o tema. Atualmente, é composta por representantes do NTI, PROGINST, Gabinete do Reitor e Proinfra.

10.7 PLANO DE INTEGRIDADE

O Plano de Integridade 2023-2025 tem como objetivo promover a prevenção, a detecção e o tratamento de riscos relacionados à ética, à transparência, à corrupção e à governança institucional. Alinhado ao PDI 2019-2023 e ao Programa de Integridade da CGU, o documento estabelece medidas para fortalecer os mecanismos de controle interno, auditoria, ética, ouvidoria e corregedoria.

O plano é conduzido pelo Comitê de Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos (CGRCI) e pela Unidade de Gestão de Integridade (UGI), visando consolidar uma cultura organizacional pautada na ética, responsabilidade e prestação de contas.



10.8 PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA (PAINT)

O PAINT define o planejamento das ações da Auditoria Geral, em conformidade com a Instrução Normativa CGU nº 05/2021. Seu objetivo é fortalecer a gestão, racionalizar controles e agregar valor à instituição por meio de atividades de auditoria interna e consultoria.

10.9 POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS

As políticas afirmativas da ufal tem o objetivo de fortalecer o compromisso da universidade com a inclusão e a igualdade, garantindo representatividade de grupos historicamente excluídos, como negros, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência, por meio de cotas, ações de permanência, formação antidiscriminatória e valorização da diversidade em todos os níveis do ensino e da gestão institucional.

10.10 POLÍTICA AMBIENTAL DA UFAL

A Universidade Federal de Alagoas instituiu, por meio da Resolução nº 136/2025-CONSUNI, a sua Política Ambiental como um conjunto estruturado de princípios e diretrizes voltados à promoção do desenvolvimento sustentável no âmbito institucional e em sua relação com a sociedade. Essa política orienta a implementação de ações que visam garantir um ambiente ecologicamente equilibrado, articulando dimensões ambientais, sociais e econômicas, e reforçando o compromisso da universidade com a responsabilidade socioambiental e a sustentabilidade.

Nesse contexto, a Política Ambiental da Ufal estabelece fundamentos que norteiam a gestão institucional, destacando a necessidade de integrar práticas sustentáveis ao ensino, à pesquisa, à extensão e à gestão administrativa. Ao enfatizar princípios como sustentabilidade, justiça socioambiental e resiliência, a política contribui para a formação cidadã e para o fortalecimento do papel da universidade como agente indutor de desenvolvimento sustentável, promovendo ações contínuas de preservação ambiental, uso racional de recursos e conscientização da comunidade acadêmica.

10.11 PLANO INSTITUCIONAL DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA UFAL

A Resolução nº 124/2025-CONSUNI da Universidade Federal de Alagoas institui o Plano Institucional de Internacionalização como instrumento estratégico voltado à inserção da universidade em redes acadêmicas globais e ao fortalecimento de sua atuação no cenário internacional. A normativa está alinhada às diretrizes nacionais, como o Plano Nacional de Educação e o Plano Nacional de Pós-Graduação, além de dialogar com programas como o CAPES Global, evidenciando a internacionalização como eixo estruturante do desenvolvimento institucional e da qualificação das atividades acadêmicas.

Nesse contexto, o plano estabelece objetivos, processos e diretrizes que orientam a ampliação de parcerias com instituições estrangeiras, a mobilidade acadêmica, a cooperação científica e a promoção de políticas linguísticas institucionais. Ao integrar ensino, pesquisa e extensão em uma perspectiva internacional, a política contribui para a formação de estudantes e pesquisadores em ambientes multiculturais, fortalecendo a produção de conhecimento e consolidando o papel da universidade como agente de inovação e integração global.

10.12 POLÍTICA CULTURAL

A Resolução nº 44/2023 do Conselho Superior Universitário da Universidade Federal de Alagoas institui a Política Cultural institucional como um instrumento estruturante voltado à organização, valorização e promoção das ações culturais no âmbito da universidade. A política é concebida como um conjunto articulado de princípios, diretrizes e objetivos que orientam, de forma contínua e sistemática, a atuação institucional na área cultural, reconhecendo a cultura como dimensão essencial da formação acadêmica e do desenvolvimento social.

Nesse sentido, a Política Cultural estabelece bases para integrar a cultura às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão, promovendo a diversidade cultural, o respeito às identidades e o acesso democrático às manifestações culturais. Ao alinhar-se às legislações nacionais e às diretrizes institucionais, a política fortalece o papel da universidade como agente de produção, difusão e preservação cultural, contribuindo para a formação cidadã e para o fortalecimento das relações entre a universidade e a sociedade.



FINALIZAÇÃO DE TEXTO: COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO
SUPERVISÃO E REVISÃO: COMISSÃO CENTRAL
PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO: MIRELLY OLIVEIRA

www.ufal.br

